



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PEDRO VICTOR CAPÓSSOLI MIGUEL

**O POSICIONAMENTO DO MÉDIO CAPITAL SOJICULTOR NA
CRISE DO *IMPEACHMENT* (2013-2018)**

Campinas

2023

PEDRO VICTOR CAPÓSSOLI MIGUEL

**O POSICIONAMENTO DO MÉDIO CAPITAL SOJICULTOR NA
CRISE DO *IMPEACHMENT* (2013-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Armando Boito Júnior

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO PEDRO VICTOR CAPÓSSOLI MIGUEL, E ORIENTADA PELO PROF. DR. ARMANDO BOITO JÚNIOR

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M588p Miguel, Pedro Victor Capóssoli, 1996-
O posicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018) / Pedro Victor Capóssoli Miguel. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Armando Boito Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Soja. 2. Impeachment. 3. Classe média. 4. Brasil - Política e governo, 2013-2018. I. Boito Junior, Armando, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The positioning of the medium-soybean-farming-capital in the impeachment crisis (2013-2018)

Palavras-chave em inglês:

Soybean

Impeachment

Middle classes

Brazil - Politics and government, 2013-2018

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Armando Boito Júnior [Orientador]

André Vitor Singer

Francisco Pereira de Farias

Data de defesa: 28-09-2023

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6733-1419>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6921825260653287>



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28/09/2023, considerou o candidato Pedro Victor Capóssoli Miguel aprovado.

Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Prof. Dr. André Vitor Singer

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Nesta seção, eu gostaria de fazer um agradecimento mais geral que o de costume. Não se trata de um desmerecimento à família, aos amigos, aos docentes e aos colegas cujo apoio e contribuições foram essenciais para que este trabalho de pesquisa fosse concluído. Trata-se, na verdade, de cultivar a memória do período em que este trabalho foi desenvolvido, período de grandes dificuldades e obstáculos para a pesquisa brasileira, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais.

Por conta disso, faço questão de repetir o agradecimento que fiz em minha monografia de conclusão da graduação em Ciências Econômicas. Assim, agradeço a todos e todas que lutaram e lutam, mesmo nos tempos difíceis, em defesa da Universidade pública, gratuita, popular e de excelência como forma de mudar o nosso país.

A isso, gostaria de acrescentar o reconhecimento a todos os pós-graduandos e pós-graduandas que, nas mais diferentes áreas do conhecimento humano, sustentaram e sustentam a pesquisa científica deste país, mesmo diante de todas as dificuldades do trabalho precarizado, mal remunerado e tantas vezes desmerecido. A luta por condições melhores deve continuar.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com cujo financiamento esta pesquisa pôde contar, número do processo 132115/2021-2.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto a participação de um segmento da burguesia brasileira, o médio capital sojicultor, no processo de crise política que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, compreendendo o período de 2013 a 2018. O médio capital sojicultor é tratado nesta pesquisa como uma fração da classe burguesa composta por proprietários de terra cujo lucro é obtido fundamentalmente na produção de soja, não na sua comercialização. Essa fração de classe ocupa uma posição particular na ampla e diversificada cadeia produtiva da soja e apresenta conflitos de interesse com os demais elos dessa cadeia. Suas entidades representativas apoiaram o movimento pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, a despeito de terem apoiado esse governo até meados de 2015. As perguntas desta pesquisa referem-se às razões para esse apoio e à posição ocupada por essa fração no movimento pelo *impeachment*, isto é, investiga-se se ela logrou dirigir esse movimento ou se atuou numa posição subordinada. Para responder a essas duas perguntas, analisaram-se 2.168 publicações das entidades representativas do médio capital sojicultor por meio do método de análise de conteúdo, e realizaram-se seis entrevistas com os seus representantes. Quanto à primeira questão, concluiu-se que a insatisfação do médio capital sojicultor, que assumiu nova feição em decorrência da mudança da conjuntura econômica já no primeiro mandato de Rousseff, não se referia fundamentalmente à política econômica desse governo, mas sim à sua política de ordem e à sua política social. Em outras palavras, o tratamento dispensado pelo governo de Rousseff à questão fundiária foi o principal fator causal que levou essa fração burguesa, numa conjuntura econômica e política particular, a se voltar contra o governo que vinha apoiando até então. Quanto à segunda questão, concluiu-se que o médio capital sojicultor não foi capaz de dirigir o movimento pelo *impeachment*, já que os seus interesses econômicos específicos não foram priorizados pela política do governo que resultou desse movimento.

Palavras-chave: Soja, *Impeachment*, burguesia, Brasil

ABSTRACT

This research aims to examine the participation of a segment of the Brazilian bourgeoisie, the medium-soybean-farming-capital, in the political crisis process that culminated in the impeachment of Dilma Rousseff, covering the period from 2013 to 2018. The medium-soybean-farming-capital is regarded in this study as a fraction of the bourgeoisie class composed of landowners whose profit is primarily obtained from soybean production rather than its commercialization. This class fraction occupies a distinct position in the broad and diversified soybean business chain and faces conflicting interests with the other links in this chain. Despite having supported the government until 2015, the representative entities of this bourgeois segment endorsed the movement for Dilma Rousseff's impeachment. The research questions pertain to the reasons behind this support and the position occupied by this fraction within the impeachment movement, in other words, whether it managed to lead the movement or acted in a subordinate role. To address these questions, 2,168 publications from the representative entities of the medium-soybean-farming-capital were analyzed using the content analysis method, and six interviews were conducted with their representatives. Regarding the first question, it was concluded that the dissatisfaction of the medium-soybean-farming-capital, which took on a new form due to changes in the economic situation during Rousseff's first term, was not primarily related to the government's economic policy but rather to its order policy and social policy. In other words, the treatment given by the Rousseff government to the land issue was the main causal factor that led this bourgeois fraction, in a specific economic and political context, to turn against the government it had previously supported. As for the second question, it was found that the medium-soybean-farming-capital was not able to lead the impeachment movement, as its specific economic interests were not prioritized by the government resulting from this movement.

Keywords: Soybean, Impeachment, bourgeoisie, Brazil

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 – Lista de Entrevistados

Tabela 2 – Resumo do Enquadramento de Codificação Utilizado na Análise de Conteúdo

Tabela 3 – Estabelecimentos produtores de lavouras temporárias por número (%): Brasil e Unidades da Federação selecionadas

Tabela 4 – Estabelecimentos produtores de lavouras temporárias por área da propriedade (%): Brasil e Unidades da Federação selecionadas

Gráfico 1 – Menções positivas, negativa e ambíguas/neutras ao governo Rousseff, em % do total (2012-2016)

Gráfico 2 – Menções positivas, negativa e ambíguas/neutras ao governo Temer, em % do total (2016-2018)

Gráfico 3 – Demandas políticas dos sojicultores por categoria, em % do total (2012/2013-2018) – Parte 1

Gráfico 4 – Demandas políticas dos sojicultores por categoria, em % do total (2012/2013-2018) – Parte 2

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Abag** – Associação Brasileira do Agronegócio
- Abiove** – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- AGU** – Advocacia-Geral da União
- Ampa** – Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
- Anvisa** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Aprosoja Brasil** – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
- Aprosoja MT** – Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CNA** – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Conab** – Companhia Nacional de Abastecimento
- Contag** – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FACS** – Fundo de Apoio à Cultura da Soja
- Famato** – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
- FPA** – Frente Parlamentar da Agricultura
- Funai** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- Funrural** – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- GBI** – Grande Burguesia Interna
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- Imea** – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
- Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPA** – Instituto Pensar Agro
- ISGA** – International Soybean Growers Alliance
- Mapa** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Matopiba** – Acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTB – Ministério do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PAP – Plano Agrícola e Pecuário

PCA – Programa de Construção de Armazéns

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PIS/COFINS – Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PNDA – Plano Nacional de Defesa Agro

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

STF – Supremo Tribunal Federal

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – Teoria e Método	14
1.1 Crise Política no Brasil	14
1.2 Referencial Teórico	20
1.3 Materiais e Métodos	27
Capítulo 2 - Sojicultura e Política	33
2.1 Economia Política da Soja	33
2.2 Organização Política da Sojicultura	41
2.3 Conflitos na Cadeia da Soja.....	48
2.4 Conclusões.....	56
Capítulo 3 - A Sojicultura e as Políticas de Estado	58
3.1 Apontamentos sobre as políticas demandadas pela sojicultura	58
3.2 Governo Rousseff e seus antecedentes	60
3.3 <i>Impeachment</i> e troca de governo	79
3.4 Governo Temer.....	91
3.5 Conclusões.....	106
Conclusão	114
Referências Bibliográficas	116
Fontes Documentais.....	119
Apêndices.....	147

Introdução

Ao longo dos anos 2010, após um período prolongado de relativa estabilidade política, o Brasil passou a assistir ao desenrolar de uma série de crises. Depois de uma campanha tensa e de um resultado apertado nas urnas, Dilma Rousseff assumiu o seu segundo mandato como presidenta do Brasil em 2015. Contudo, uma série de fatores – resultados aquém do esperado na política econômica, escândalos de corrupção envolvendo o governo e manifestações nas grandes cidades – desafiaram cada vez mais a sustentação de seu governo. Essa crise culminou com o afastamento da presidenta e sua posterior deposição em 2016. A conjuntura em questão é o que, nesta pesquisa, denomina-se crise do *impeachment*, cujo estudo é aqui defendido como central para compreensão da inflexão pela qual passou a política brasileira nesse período.

Diferentes segmentos sociais tiveram participação ativa ou se posicionaram nessa conjuntura, alguns contra o *impeachment*, outros contribuindo para esse desfecho, e muitos mudaram de posição ao longo do processo. Tomando a crise do *impeachment* como um processo de acomodação de forças sociais, em que a compreensão das disputas entre essas forças é essencial, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a participação e o posicionamento de um segmento específico da burguesia brasileira nesse processo. Trata-se do médio capital sojicultor, denominação aqui utilizada para designar os proprietários de terra plantadores de soja cujo lucro advém principalmente da produção da soja e não da sua comercialização nacional e internacional, função que se encontra nas mãos das grandes empresas comerciais do setor agropecuário, como será examinado adiante.

Esse segmento social – os proprietários sojicultores – foi amplamente beneficiado pelas políticas estatais durante os governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente no tocante às medidas de política econômica (PARAIZO, 2021). Concertado numa entidade representativa bastante articulada – a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) – o médio capital sojicultor demonstrava um apoio crítico ao governo Rousseff até meados de 2015. Poucos meses depois, em março de 2016, a situação havia invertido completamente, com a Aprosoja Brasil defendendo a imperatividade do *impeachment*, inclusive organizando manifestações dos produtores. Esta pesquisa se perguntou sobre as razões de tal mudança. Ademais, perguntou-se também se o médio capital sojicultor foi capaz de dirigir o movimento pelo *impeachment*, isto é, de imprimir-lhe seu projeto político.

A fim de responder ambas as perguntas, colocaram-se três objetivos específicos para a pesquisa. O primeiro, identificar os principais conflitos existentes entre os sojicultores e os demais segmentos burgueses da cadeia produtiva da soja. O segundo, investigar o

posicionamento das entidades representativas da sojicultura em relação aos governos Dilma Rousseff e Michel Temer. O terceiro, analisar suas demandas por políticas estatais, entre 2013 e 2018, e como essas demandas foram (ou não) atendidas. O recorte temporal se estende do período em que o médio capital sojicultor ainda apoiava o governo Rousseff até o final do governo Temer, para que seja possível avaliar a trajetória completa da sojicultura no contexto da crise do *impeachment*.

A investigação permitiu identificar que o apoio do médio capital sojicultor ao *impeachment* esteve bastante ligado à sua insatisfação, num contexto de crise econômica, com a política de ordem e a política social para o campo, isto é, com a forma como o governo tratava o direito de propriedade privada e capitalista da terra em contraposição à função social da terra em seu uso pelos segmentos populares do campo. Da mesma forma, identificou-se que o médio capital sojicultor, embora tenha defendido o *impeachment*, não foi a força dirigente desse processo, isto é, não foi capaz de imprimir-lhe o seu projeto político, de modo que seus interesses não foram priorizados com a consecução do impedimento.

Dessa forma, esta pesquisa visou contribuir para a compreensão das disputas sociais que levaram ao *impeachment* de Rousseff e à inflexão política que esse evento representou, a partir da participação de um segmento específico da burguesia brasileira nesse processo – o médio capital sojicultor. Ademais, também buscou ampliar o conhecimento sobre as cisões e conflitos existentes no seio do agronegócio brasileiro e seus impactos na política brasileira.

Esta dissertação é composta por três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, apresentam-se uma breve revisão da literatura sobre as causas atribuídas ao *impeachment* de Dilma Rousseff, o referencial teórico e os conceitos apropriados pela pesquisa, bem como os materiais e métodos utilizados. No segundo capítulo, caracterizam-se a economia política da soja, a organização política do médio capital sojicultor e os conflitos detectados pela pesquisa no interior da cadeia produtiva da soja. Por fim, no último capítulo, reconstrói-se a trajetória do médio capital sojicultor na política brasileira de 2013 a 2018, por meio da descrição de sua relação com o Executivo federal nesse período e das demandas políticas que esse capital manifestou, o que permitiu responder às perguntas propostas pela pesquisa.

Capítulo 1 – Teoria e Método

1.1 Crise Política no Brasil

Esta seção expõe brevemente o debate teórico da Ciência Política a respeito dos fatores que levaram à deposição de Dilma Rousseff em 2016. Pretende-se defender: i) o lugar central ocupado por esse evento no contexto político estudado enquanto um ponto de inflexão na trajetória da política brasileira e ii) que o desvelo das causas desse evento auxilia na elucidação das raízes da crise política. O objetivo é, ao mesmo tempo, apontar a necessidade de aprofundamento das análises sobre esse ponto de inflexão nos estudos sobre a crise política brasileira, bem como contextualizar, na literatura, o referencial teórico adotado nesta pesquisa.

A revisão da literatura sobre o tema permite identificar dois campos mais ou menos delineados em que as explicações para o *impeachment* se posicionam. No primeiro deles, encontram-se as elaborações de referencial institucionalista, que se detêm particularmente sobre os aspectos que dizem respeito ao funcionamento das instituições políticas e à agência de seus principais atores. No segundo, estão diferentes elaborações do campo crítico, que se apropriam do conceito de classes sociais para analisar as disputas presentes no período estudado – seja do ponto de vista nacional ou internacional – que levaram ao *impeachment*.

Referência no campo do institucionalismo, Aníbal Pérez Liñán, em *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America* (2007), indica a existência de um novo padrão de instabilidade política na América Latina a partir dos anos 1990, em que a destituição de presidentes teria passado a ocorrer por meio do *impeachment*, sem rompimento do regime democrático. Segundo o autor, a instabilidade teria raízes nestes fatores: situação econômica desfavorável, escândalos midiáticos, perda de apoio parlamentar e mobilizações populares contra o presidente (LIÑÁN, 2007).

Entrevistado por ocasião do *impeachment* de Rousseff, o autor dá destaque à reversão do quadro econômico para a América Latina entre 2012 e 2013, o que afetou a estabilidade democrática presente até então. Ele aponta ainda, como fazem outros pesquisadores de seu campo, que a efetivação do *impeachment* está relacionada a decisões estratégicas – e essencialmente políticas – dos atores no Congresso, que podem ter abusado de seu poder constitucional para dar consecução ao processo (CHAGAS, 2016).

Por outro lado, Limongi (2017) e Limongi e Figueiredo (2017) defendem que a crise do *impeachment* não foi institucional, isto é, motivada por problemas intrínsecos ao presidencialismo de coalizão brasileiro, mas que “dependeu, basicamente, da estratégia dos atores políticos”. Segundo os autores, os beneficiários diretos desse processo – Temer e seu

grupo íntimo – “fizeram uso da mobilização anti-PT para chegar ao poder e, dessa forma, aumentar suas chances de escapar das denúncias [de corrupção] que os ameaçavam” (LIMONGI, 2017; LIMONGI, FIGUEIREDO, 2017)

Embora recuse a tese do “novo padrão de instabilidade”, ao explicar a “mobilização anti-PT”, o autor resgata os aspectos consagrados por Liñán – escândalos de corrupção, crise econômica, protestos de rua e perda de apoio parlamentar. Soma-lhes aspectos específicos do caso brasileiro que considera centrais: a participação do judiciário (por meio da operação Lava Jato), a postura errática do governo em suas políticas de combate à crise econômica e a “polarização política” que levou a oposição a adotar uma posição “radical” de questionamento da legitimidade do governo (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2017).

Na mesma linha, Kasahara e Marsteintredet (2018) apontam que o *impeachment* pode ser considerado um instrumento de controle do Legislativo sobre o Executivo, mas que é inerentemente controverso por se tratar, a despeito de sua forma jurídica, de um processo essencialmente político. Os autores também resgatam os quatro aspectos elencados por Liñán ao caracterizar a deposição de Rousseff e indicam que o *impeachment* teria sido uma resposta parlamentarista à incapacidade da presidenta de obter maioria congressual e de conduzir a política econômica do país (KASAHARA e MARSTEINTREDET, 2018).

Outros pesquisadores vão na mesma linha ao atestar a validade do modelo de Liñán para a análise do *impeachment* de Rousseff, mas somando-lhe a participação do Poder Judiciário (MENDES, 2018); ou ao constatar qualitativamente que os fatores mais importantes para o *impeachment* no Brasil são, no âmbito institucional, a infidelidade do presidente da Câmara ao governo e, no âmbito não institucional, o mau desempenho econômico da gestão e a elevada rejeição popular (TULIO e VIEIRA, 2021).

Como é possível perceber, as análises de referencial institucionalista, ao buscarem elucidar as causas da deposição de Rousseff, normalmente orbitam os fatores identificados por Liñán – crise econômica, escândalo político na mídia, indignação popular e relação conflituosa entre Legislativo e Executivo – podendo acrescentar-lhes fatores particulares à conjuntura brasileira, mas explorando de maneira mais aprofundada apenas as relações entre os poderes da república e seus agentes. Da mesma forma, tratam a consecução do *impeachment* a partir de uma chave individualista, baseada em decisões estratégicas – e essencialmente políticas – dos congressistas, que aparecem como os principais beneficiários do processo. Ademais, não chegam a se debruçar sobre o que a desintegração da coalizão no governo expressiu ou provocou, apenas assinalam que ela não pôs fim às múltiplas crises então presentes.

Esta pesquisa busca defender que uma análise que se restringe aos atores políticos no Congresso e aos fatores conjunturais que lhes permitiram dar prosseguimento ao processo de *impeachment* é insuficiente. Para a análise e compreensão do período de crise no Brasil (num quadro mais geral) e das condicionantes do *impeachment* (de forma mais específica), é preciso levar em consideração quais foram os segmentos sociais que defenderam esse processo, subordinaram-lhe a um projeto político e tiveram seus interesses atendidos ou beneficiados com sua consecução – bem como aqueles que se contrapuseram e tiveram seus interesses prejudicados. Em outras palavras, é preciso considerar que a política é um território de disputa, e não apenas entre indivíduos autointeressados, mas principalmente entre classes sociais com interesses distintos. Ademais, esta pesquisa não visa corroborar ou se contrapor a uma “lei geral” do *impeachment*, que o campo do institucionalismo parece perseguir, mesmo que restrita ao plano regional. Ela se debruça sobre as especificidades da crise política brasileira, sem perder de vista aspectos dos contextos regional e global que a condicionaram e as possibilidades de análise comparada.

Alguns pesquisadores trouxeram contribuições nesse sentido, como é o caso de Jessé Souza, em *A Radiografia do Golpe* (2016). Tendo como referencial a teoria das elites, o autor defende que o *impeachment* teve a mesma raiz de outros golpes de Estado ocorridos no Brasil, qual seja uma tentativa de assegurar os interesses da “elite do dinheiro”. Essa elite, composta principalmente pelos bancos e grandes fundos de investimento, mostrou-se insatisfeita com a incapacidade do governo Rousseff de manter a política de conciliação de classes estabelecida durante os governos Lula da Silva, e mais precisamente pela tentativa de Rousseff de reduzir sua principal fonte de ganhos financeiros – a alta taxa de juros brasileira. Dessa forma, essa elite teria organizado a grande mídia, o ramo judiciário (representado pela operação Lava Jato) e as classes médias (insatisfeitas com a ascensão das classes trabalhadoras) para imputar seletivamente ao PT e à Rousseff a ideia de corrupção e assim viabilizar o *impeachment* (SOUZA, 2016).

No campo da sociologia, mas dialogando com a ciência política, Antunes et al. (2018) destacam que a crise do *impeachment* revelou o esgotamento do modelo de governo desenvolvido pelas administrações petistas, baseado numa política de compromisso policlassista entre segmentos da burguesia e da classe trabalhadora brasileiras. O contexto de múltiplas crises – a crise econômica internacional que afetou o preço das *commodities* exportadas pelo Brasil, os escândalos de corrupção envolvendo o PT, a desestabilização das alianças partidárias do PT e a insatisfação popular com as políticas de ajuste fiscal iniciadas em 2015 – abriu às “classes burguesas” a possibilidade de realizar um golpe de Estado ou uma

“contrarrevolução preventiva” que garantiu a consecução de uma “regressão neoliberal”, com privatizações e eliminação de direitos trabalhistas (ANTUNES et al., 2018).

Na mesma linha, Braga e Santos (2019) também afirmam que o *impeachment* está relacionado à crise do modo “lulista” de regulamentação dos conflitos sociais, no sentido de que a administração petista perdera “sua funcionalidade do ponto de vista das classes dominantes tradicionais do país, lideradas pelo setor financeiro” (BRAGA e SANTOS, 2019). Essas três análises contribuem ao trazer as classes sociais para o debate e apontar a deterioração do apoio dessas classes ao PT como causa do *impeachment*. No entanto, elas indicam apenas de modo vago e genérico os segmentos sociais que efetivamente promoveram o *impeachment* e aqueles que a ele se opuseram. Assim, induzem a crer que o PT foi capaz de promover uma ampla conciliação de classes e que a burguesia em seu conjunto estava satisfeita com a política petista antes da crise, ignorando que a oposição burguesa ao PT sempre existiu, vocalizada na cena política pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No campo das Relações Internacionais, também há contribuições nesse sentido. Silva et al. (2018) sugerem uma perspectiva sistêmica para análise da crise brasileira, destacando como fatores dessa crise a mudança estrutural no padrão de acumulação capitalista global (que alçou a fração de classe “rentista” à hegemonia) e a conjuntura de escassez de divisas (associada às oscilações de preço das *commodities*). Para os autores, a Nova Matriz Econômica¹ proposta pelo governo Rousseff, em seu caráter “produtivista”, teria afrontado interesses da fração de classe “rentista”, que então abandonou a coalizão que sustentava o governo, sendo seguida pelas demais frações burguesas submetidas à sua hegemonia ideológica. Em contraposição a essa tese, Valle (2021) alude ao fato de que os grandes bancos nacionais foram um dos últimos segmentos a abandonar a frente neodesenvolvimentista, mostrando que o capital financeiro também é atravessado pelo conflito entre burguesia interna e burguesia associada (SILVA et al., 2018; VALLE, 2021).

Também no campo das Relações Internacionais, Monteiro (2018) aponta para o processo de realinhamento político e estratégico aos Estados Unidos pelo qual passaram os países latino-americanos que sofreram destituições presidenciais desde 2009. O autor destaca, portanto, a reação estadunidense ao avanço em nível global de polos alternativos de poder e a necessidade de garantir sua área de influência direta no continente americano. Essas duas pesquisas reivindicam a importância de se considerar as conjunturas política e econômica

¹ Nova Matriz Econômica é uma referência à política econômica posta em prática no primeiro governo de Dilma Rousseff, conforme batizada por seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, de caráter “desenvolvimentista”, isto é, com ativismo estatal visando ao avanço da industrialização no país (SINGER, 2015).

globais e regionais – que nesse momento passavam por uma inversão – como fatores sem os quais não se pode explicar o *impeachment* de Rousseff (MONTEIRO, 2018).

Mais especificamente no campo da Ciência Política, André Singer (2018) oferece uma das análises mais bem elaboradas. Em *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*, o autor levanta a hipótese de que, apoiada no capital político “lulista”, Rousseff teria feito dois tipos de “ensaio”: um ensaio econômico desenvolvimentista, contra a “coalizão rentista”, e um ensaio político republicano, contra o clientelismo e a corrupção no governo. O primeiro ensaio tomou forma na Nova Matriz Econômica e se apoiou nas demandas dos setores produtivos por uma política econômica mais intervencionista. No entanto, ao longo dos primeiros anos do governo de Rousseff, ao notar a redução dos lucros, o aumento das greves e a reorientação hegemônica internacional, e ao perceber que o crescimento do intervencionismo estatal poderia fortalecer o poder político das classes populares, os setores produtivos abandonaram a “coalizão produtivista” e se associaram ao bloco conservador, representado pela “coalizão rentista”, minando a sustentação política do governo (SINGER, 2018).

Por outro lado, o ensaio republicano, manifestado na operação Lava Jato, teria suscitado reações na base do governo, representada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Combinada à reação representada pelo PSDB contra as políticas econômicas intervencionistas, criou-se uma situação de instabilidade parlamentar a que a política do governo se tornou errática, contribuindo para seu isolamento político e queda final. Para o pesquisador, no plano mais amplo, essas reações revelavam os limites do projeto “lulista” e de sua tentativa de promover a ascensão social do subproletariado, fração da classe trabalhadora apartada da economia formal, inerente às formações sociais capitalistas dependentes (SINGER, 2018).

Por fim, Armando Boito Jr., em *Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT* (2018), traz a hipótese de que os governos encabeçados pelo PT teriam sido sustentados pela “frente política neodesenvolvimentista”, frente essa dirigida por uma fração da burguesia brasileira que o autor chama de “grande burguesia interna”, mas que incluía também segmentos da classe trabalhadora. Com a crise econômica, as contradições de classe dessa frente se agudizaram, minando a base de sustentação do governo. Esse momento foi aproveitado pelo grande capital internacional e pela fração da burguesia local a ele associada para desfechar uma ofensiva restauradora do neoliberalismo, que levou à deposição de Rousseff e à mudança no projeto político que organizava as políticas de Estado. Por conseguinte, a principal disputa política que permeou esse período seria entre a “grande burguesia interna” e

o imperialismo e a burguesia local a ele associada, sendo que esses dois últimos segmentos terminaram por alcançar a hegemonia política com a consecução do *impeachment* (BOITO JR., 2018).

É possível perceber que as análises de tradição crítica também carregam semelhanças. Ao analisarem a crise política brasileira a partir de uma ótica de classes, elas convergem ao indicar que a instabilidade política então presente refletia disputas sociais intestinas a respeito do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, e que o *impeachment* representou uma importante inflexão nas políticas de Estado em direção a um neoliberalismo mais extremado. Ademais, um importante fator a ser considerado é a conformação de uma nova conjuntura internacional, mais hostil, que recrudesce as intervenções imperialistas.

Nesta pesquisa, opta-se por tomar como referencial teórico a linha poulantziana seguida nas análises de Boito Jr. (2018), a qual será mais precisamente caracterizada na próxima seção, juntamente com os principais conceitos utilizados. Tal escolha se justifica pela tradição desse referencial em analisar a participação de diferentes segmentos sociais na política, o que lhe permitiu revelar de forma mais precisa a principal disputa do período aqui estudado. A ideia geral é que a burguesia brasileira se encontra, no período estudado, subdividida em frações, sendo que uma delas, a burguesia interna, embora favorável ao capital estrangeiro, disputa com esse capital posições no capitalismo dependente brasileiro, enquanto outra fração, a burguesia associada, está perfeitamente integrada aos interesses do capital estrangeiro. A principal disputa política no período ocorreria, nessa análise, entre a grande burguesia interna, contemplada pela política neodesenvolvimentista dos governos encabeçados pelo PT, e a burguesia associada e o imperialismo, cujo programa político seria o neoliberalismo puro e duro. A análise das políticas de Estado possibilita a esse referencial fornecer as bases para uma explicação não exclusivamente econômica, mas também política, da crise econômica vivida no Brasil, objeto central para esse período, mas que poucos cientistas políticos ousam explorar. Por esses motivos, ela é aqui tomada como ponto de partida para a análise empírica.

Por fim, embora não se proponha a fazer uma discussão a respeito da classificação do *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe de Estado, o que já foi feito por outros autores (MARTUSCELLI, 2020; VITULLO & SILVA, 2020), esta pesquisa opta por denominar esse processo como golpe do *impeachment*, a fim de contribuir para a consolidação, na Ciência Política, do entendimento de que esse processo representou uma ruptura institucional, fruto de um golpe parlamentar.

1.2 Referencial Teórico

Esta pesquisa mobiliza a teoria marxista do Estado, com destaque à tradição desenvolvida a partir de Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (2019 [1977]). Nessa obra, Poulantzas opera com uma definição do Estado que parte de sua função, qual seja a de organizar os interesses da classe dominante e manter a desorganização política das classes dominadas, garantindo assim a reprodução das relações de classe vigentes (POULANTZAS 2019 [1977], p. 193-194). Duas premissas centrais para essa teoria são a de que as relações de poder não se dão entre indivíduos, mas entre coletivos (que podem ser classes, frações de classe e camadas sociais); e que o poder não está disperso na sociedade, mas concentrado no Estado, que se coloca como centro do poder político de classe e, salvo nos momentos de crise revolucionária, como centro da ação política de todas as classes e frações em presença.

Ao se debruçar sobre as especificidades do Estado capitalista – aquele que organiza os interesses da classe burguesa – e tendo como premissa a indivisibilidade do poder estatal, Poulantzas desenvolve o conceito de **bloco no poder**. Trata-se da unidade contraditória das classes ou frações de classe dominantes, isto é, de toda a burguesia de uma formação social capitalista. “Unidade” porque o interesse político geral do conjunto da burguesia – a manutenção do capitalismo – é o mesmo e porque o poder estatal é política e institucionalmente indivisível; e “contraditória” porque o bloco no poder reúne os interesses econômicos particulares e conflitantes dessas diferentes classes e frações de classe. Portanto, o bloco no poder não é constituído pela partilha do poder político institucionalizado, mas pela unidade política sob a égide da classe ou fração de **classe hegemônica**, aquela capaz de fazer prevalecer seus interesses no interior desse bloco e, assim, revelar-se como detentora do poder do Estado em sua unidade. Desse modo, a hegemonia está estreitamente associada ao conceito de bloco no poder nas formações sociais capitalistas, uma vez que essa unidade sempre possui um elemento dominante (a classe ou fração de classe hegemônica), que polariza os distintos interesses econômicos burgueses e os constitui em interesses políticos (*Ibidem*, p. 235-237).

Um último conceito presente na obra e que é útil a esta pesquisa é o de **cena política**. É ela que contém a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos numa formação social capitalista, e onde se identifica uma série de defasagens entre interesses políticos e práticas políticas de classe *versus* sua representação partidária. Em outras palavras, trata-se do espaço onde atuam os partidos e onde há a disputa de ideias na sociedade capitalista, da dimensão mais aparente do processo político, e que nem sempre reflete diretamente aquilo

que se passa no bloco no poder. A análise política visa ir além da cena política, a fim de revelar a essência do processo político, isto é, a sua dimensão de classe (*Ibidem*, p. 252).

Poucos anos mais tarde, em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1975), Poulantzas retoma a questão do fracionamento de classes, referindo-se aos distintos sistemas de fracionamento que incidem sobre a classe burguesa, ponto fundamental para esta pesquisa. Esses sistemas podem ser referentes à função econômica do capital, sua relação com o capital estrangeiro ou escala de operação, e se inter cruzam e variam no tempo. Dessa forma, o autor salienta os conflitos entre o grande capital (monopolista e oligopolista) e os capitais médios, bem como distingue três frações da burguesia conforme sua relação com o capital estrangeiro: a nacional, a compradora e a interior (POULANTZAS, 1975).

Enquanto a burguesia nacional seria uma fração do capital nativo que, a partir de um certo tipo e grau de contradições com o capital estrangeiro, revela certa autonomia e pode assumir uma luta anti-imperialista; a burguesia compradora (aqui tratada como burguesia associada) seria aquela que não tem base própria de acumulação, agindo como “intermediária” do capital estrangeiro e estando, portanto, “inteiramente enfeudada” nesse capital. Por fim, Poulantzas introduz o conceito de **burguesia interior (ou interna)**, que seria uma parte do capital nativo, mas não propriamente uma burguesia nacional (em razão de seus nexos de dependência financeira e tecnológica com o capital estrangeiro), e que nutre um comportamento ambíguo vis-à-vis o capital estrangeiro, ora apoiando-o e ora opondo-se a ele, sem buscar um rompimento com ele, mas numa situação de disputa por posições no capitalismo nacional (*Ibidem*, p. 75-80).

Como a presente pesquisa faz uso do termo “médio” para designar o segmento burguês sob estudo, é importante destacar o que se entende por esse predicado². Assim como faz Poulantzas (1975), usa-se esse termo para diferenciar o capital monopolista (grande capital) do capital não monopolista (**médio capital**), de modo que essa distinção não corresponde a um porte específico do capital (*Ibidem*). É particularmente importante considerar esse aspecto, dado que, no caso do objeto de estudo desta pesquisa, pode haver uma confusão entre grande propriedade agropecuária e grande capital. Na denominação aqui utilizada, o grande capital tem por definição poder de mercado, caracterizado por poder de estabelecer preços e, dessa forma, extrair excedentes de outros capitais menores e menos produtivos. O acúmulo de excedentes

² A hipótese de que os sojicultores constituem um médio capital foi originalmente sugerida em discussão de trabalho por Mariana Davi Ferreira, estudante do Doutorado em Ciências Política da Unicamp, a partir de hipóteses que vêm sendo desenvolvidas em sua pesquisa, na qual ela investiga a cadeia produtiva da soja, o setor têxtil e as relações sino-brasileiras (FERREIRA, 2021). Buscou-se, também, neste trabalho de pesquisa, desenvolver e aprimorar tal hipótese.

permite a conversão progressiva de poder econômico em poder político, de modo que os grandes capitais podem atuar diretamente na cena política. Não é o caso do médio capital sojicultor e do patronato rural em geral. O que possibilita à grande propriedade agropecuária se tornar um grande capital é a diversificação de seu capital para outros segmentos econômicos, pois a atividade agropecuária em si não é capaz de impor preços no mercado, o que será aprofundado no próximo capítulo.

Buscando desenvolver esses conceitos poulantzianos para tornar possível a aferição da hegemonia entre as classes e frações de classe dominantes no bloco no poder, Saes (2001, p. 50) aponta que a priorização dos interesses econômicos de uma determinada classe ou fração de classe pela política econômica do Estado indica a preponderância política e a hegemonia desse segmento. Desse modo, a política econômica deveria ser objeto prioritário da análise que busca revelar a hierarquização das classes e frações de classe no bloco no poder (SAES, 2001). Essas premissas partem do entendimento de que a estrutura específica do Estado, calcada nas disputas entre classes e frações de classe – mas com dominância daquela que é hegemônica – condiciona as políticas estatais. Entre essas políticas, é dado destaque à política econômica (fiscal, monetária, creditícia, cambial). Contudo, como aponta Del Passo (2019), não se deve deixar de considerar as demais políticas estatais, como a externa, tida como a política econômica aplicada ao exterior (BERRINGER, 2015), e a social, que compreende as políticas direcionadas às classes dominadas como forma de manter a dominação no longo prazo (DEL PASSO, 2019).

Além dessas, cabe salientar, nesta pesquisa, a definição de **política de ordem**. A princípio, essa política é entendida como aquela que impõe a ordem capitalista e a prevalência da propriedade privada contra os questionamentos que lhes são levantados, o que seria de interesse do conjunto da burguesia. No entanto, ela pode ser segmentada, de forma que pode ser de interesse de diferentes segmentos burgueses uma política de ordem mais ou menos repressiva. Nesse sentido, ela está diretamente relacionada à política social, entendida como as concessões políticas às classes dominadas. Uma política social mais omissiva, por exemplo, pode estar ligada à uma política de ordem mais repressiva, e vice-versa, o que implica analisar tanto as decisões políticas quanto as não decisões. Para esta pesquisa, são de especial interesse as políticas de ordem e social direcionadas ao campo. Nesse sentido, são investigados diferentes tipos de políticas que afetam a propriedade privada da terra, desde a política fundiária mais estrita, até as políticas ambiental e sanitária.

Cabe ainda definir o que se entende por “**direção**” de um processo político, termo utilizado nas hipóteses da pesquisa. A força dirigente – que pode ser uma classe, uma fração de

classe, uma aliança, uma frente – é aquela que, de dentro ou de fora do Estado, se mostra capaz de dirigir um determinado processo político, isto é, de imprimir a esse processo o seu projeto político. No caso de uma processo político que visa à tomada do poder do Estado, essa força dirigente pode se tornar hegemônica, isto é, ascender à hegemonia do bloco no poder e condicionar as políticas de Estado ao atendimento prioritário de seus interesses de classe. Para averiguar a capacidade de direção de uma classe ou fração de classe num processo político que teve sucesso em tomar o poder do Estado (no caso, o *impeachment* de Dilma Rousseff), deve-se analisar primeiramente os interesses econômicos que são atendidos pela política econômica do Estado, conforme se indicou anteriormente, a fim de observar se a situação desse segmento social no interior do bloco no poder obteve melhora ou não. É por isso que esta pesquisa foca a política econômica para averiguar a capacidade de direção do médio capital sojicultor no movimento pelo *impeachment*, sem deixar de considerar outras políticas que se mostraram relevantes.

Ao utilizar-se dos conceitos dessa tradição teórica para analisar a política no Brasil recente, Boito Jr. (2012) identifica que os governos encabeçados pelo PT promoveram, ao longo dos anos 2000, uma ascensão da grande burguesia interna à hegemonia do bloco no poder. Essa ascensão foi possível graças à formação de uma frente neodesenvolvimentista, base ampla, policlassista e instável que permitiu, com a mediação do PT, uma aproximação da grande burguesia interna com setores populares amplos excluídos do bloco no poder. A frente neodesenvolvimentista deu sustentação às políticas de crescimento econômico do período, executadas por meio de maior intervenção do Estado na economia e que se contrapunham – dentro dos estreitos limites possibilitados pelo modelo econômico capitalista neoliberal, que não foi revogado nos governos do PT – ao capital internacional e à fração da burguesia brasileira a ele associada, segmento burguês politicamente representado pelo campo neoliberal ortodoxo e partidariamente representado por partidos políticos como o PSDB e o Democratas (atual União Brasil) (BOITO JR., 2012).

A grande burguesia interna (GBI) compreende os grandes capitais que disputam com o capital estrangeiro posições no capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que dependem desse mesmo capital e não se antagonizam com ele. Exemplos de capitais componentes dessa fração da burguesia seriam os conglomerados de indústrias, os grandes bancos nacionais, a construção civil e a cúspide do agronegócio (*Ibidem*, p. 77). Tanto a GBI quanto a grande burguesia associada são grandes capitais, isto é, capitais monopolistas ou oligopolistas. O que as difere é sua relação com o imperialismo: a GBI demanda políticas de

proteção e apoio diante da ameaça de ser engolida pelo capital internacional. E foram essas as políticas priorizadas pelas administrações do PT.

Nesse contexto, a crise política do governo Dilma – que culminou, na cena política, com o golpe do *impeachment* – revela justamente a crise da política neodesenvolvimentista e da frente que a sustentou. A crise econômica do período teria contribuído para a agudização dos conflitos no interior da frente e para a desagregação de seus integrantes, conforme os discursos da GBI deixaram de defender as políticas de crescimento econômico para proclamar as de austeridade fiscal. Isso comprometeu a base de sustentação do governo e abriu espaço para uma ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo. Esse campo, que representou a burguesia associada ao capital internacional, pretendia iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil e acabou por recuperar a posição hegemônica no bloco no poder após o golpe do *impeachment* (BOITO JR., 2016).

A partir dessas hipóteses, desenvolveram-se, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp, diversas pesquisas relativas à participação de diferentes segmentos da burguesia brasileira na política recente. São pesquisas congregadas no Grupo de Pesquisa “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, do CNPq. No entanto, ainda são escassos os estudos que se debruçam sobre os segmentos burgueses especificamente do campo. Já há, é verdade, algumas pesquisas nesse âmbito: Pinto (2010) foca o agronegócio durante os governos Lula da Silva (2003-2010), Cyrino (2017) analisa a cadeia produtiva de carne bovina também durante os governos Lula da Silva, Ferreira (2021) aborda a cadeia da soja nesse mesmo período, Paraizo (2021) se debruça sobre o setor sucroalcooleiro nos governos do PT, e Forlini (2020, 2021) estuda os produtores de soja, mas com enfoque no governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir com esses estudos sobre a trajetória de diferentes segmentos do agronegócio brasileiro – setor heterogêneo e composto por diferentes frações burguesas com interesses conflitantes – no bloco no poder no período recente.

A escolha dos proprietários de terra produtores de soja – que esta pesquisa denomina médio capital sojicultor – justifica-se por sua relevância política e econômica no seio do agronegócio brasileiro e para a economia nacional, pelos conflitos que ele cultiva com os grandes capitais que controlam o agronegócio (majoritariamente estrangeiros) em sua cadeia produtiva, e pela crescente representação do agronegócio na política institucional brasileira, aspectos que são detalhados no próximo capítulo.

Nesta pesquisa, o médio capital sojicultor é considerado um segmento da burguesia interna que compôs a frente neodesenvolvimentista, obtendo importantes ganhos políticos e

econômicos durante a hegemonia da grande burguesia interna. Isso porque, embora ele apresente grande dependência em relação ao grande capital estrangeiro e sua base de acumulação não seja fortemente atrelada ao mercado interno, o médio capital sojicultor nutre certas rivalidades com o capital estrangeiro, demandando proteção e apoio do Estado em detrimento dele. No entanto, esse segmento não é parte da GBI, por ser um capital médio, como será tratado no próximo capítulo. Os setores do agronegócio que compõem a GBI seriam, por exemplo, as grandes *trading companies* de grãos nacionais, a indústria sucroalcooleira, os grandes frigoríficos. Foi um objetivo específico desta pesquisa explorar empiricamente a possibilidade de classificação do médio capital sojicultor como burguesia interna, o que é analisado no próximo capítulo.

A categorização do médio capital sojicultor como burguesia interna aponta para a primeira pergunta de pesquisa, referente às razões que a sojicultura teve para aderir à frente golpista e apoiar o golpe *impeachment*. Esse segmento teria se beneficiado da participação na frente neodesenvolvimentista. Contudo, conforme aponta a primeira hipótese, no contexto de uma conjuntura específica de crise, o médio capital sojicultor preteriu uma política econômica que o beneficiava em favor de políticas de ordem que lhe fossem mais favoráveis, isto é, que garantissem com maior ímpeto a propriedade privada e capitalista da terra contra quaisquer alternativas. Sendo assim, buscou-se contribuir com a análise sobre o esfacelamento da frente neodesenvolvimentista a partir de um estudo de caso sobre um segmento da burguesia brasileira que a compôs e que pode ajudar a explicar o posicionamento de outros segmentos do patronato rural. Ademais, o fato de que a ascensão da burguesia associada à hegemonia – por meio do golpe do *impeachment* – restringiu a política econômica que beneficiava a sojicultura, aponta para a segunda hipótese da pesquisa: esse segmento, embora tenha defendido o *impeachment*, não foi a força dirigente desse processo. Dialoga-se aqui com a hipótese presente no referencial teórico de que a crise da frente neodesenvolvimentista se deu por uma ofensiva da burguesia associada, numa disputa que tem como centro não os médios, mas os grandes capitais.

Importante ressaltar que, enquanto classe dominante, o médio capital sojicultor não deixa de compor o bloco no poder, o que significa que sempre há políticas de Estado que o beneficiam e atendem às suas demandas. Em ambos os períodos, antes e depois do golpe do *impeachment*, ele também não compôs a fração de classe hegemônica, pois seus interesses não foram priorizados pelas políticas de Estado em nenhuma das ocasiões. O que acontece é que, com a ascensão do campo neoliberal ortodoxo, as políticas que beneficiam os proprietários de terra restringem-se àquelas que podem ser acomodadas numa agenda de austeridade fiscal, o que não inclui incrementos no crédito agrícola subsidiado de que eles dependem, ou obras de

infraestrutura para redução de seus custos logísticos, por exemplo. Restam as políticas que consagram a ordem capitalista no campo – a terra como propriedade privada em detrimento de sua função social – e de supressão de barreiras ambientais, trabalhistas, fundiárias e sanitárias à produção, de modo que, num contexto de crescente austeridade fiscal, a garantia da reprodução do médio capital sojicultor é feita em detrimento das classes dominadas e da natureza.

Cabem ainda algumas considerações sobre a representatividade da agricultura patronal na política institucional e sua aparente hegemonia ideológica. Nas últimas décadas, a agricultura patronal investiu no desenvolvimento e na disseminação da sua visão de classe de forma ampla na sociedade, colocando os produtores como empresários modernos e eficientes, proprietários de terras produtivas e grandes responsáveis pela preservação do meio ambiente e pela segurança alimentar do Brasil (BRUNO, 2014). A imposição de sua visão de classe como a única possível é característica da atuação política desse segmento que, tendo como objetivo principal a legitimação da propriedade privada da terra (da ordem capitalista no campo), invalida qualquer tipo de debate sobre a função social da terra ou sobre modelos alternativos de produção rural. O agronegócio como um todo galgou, assim, uma posição de inquestionabilidade de sua existência e importância para o país, além de amplos postos na política institucional. Essa aparente hegemonia ideológica e a ampla representação institucional (principalmente no Congresso), contudo, não são necessariamente indicativas de uma hegemonia política no interior do bloco no poder. Enquanto capital produtivo, a agricultura tem mais facilidade para se colocar como representante do interesse geral da formação social, ao contrário das frações improdutivas do capital, como a financeira, que arriscam sofrer críticas das camadas populares ao aspecto parasitário de suas atividades (FARIAS, 2009, p. 95). Dessa forma, a despeito da extensa bancada ruralista no Congresso e de sua aparente hegemonia ideológica, a agricultura patronal (sojicultores inclusos) é subordinada aos interesses de outros segmentos da burguesia no bloco no poder, e mesmo no seio do agronegócio, o que é tema do próximo capítulo.

Por fim, cabe indicar que uma série de pesquisadores busca defender a relevância da participação de segmentos ligados ao agronegócio no movimento pelo *impeachment*, alguns chegando a conceituar tal movimento como “agrogolpe” (WELCH, 2018; LIMA et al., 2018). Esses autores apontam o fato de que o governo que se sucedeu ao golpe do *impeachment* apoiou uma série de demandas políticas e interesses do agronegócio como um todo. Acontece que o agronegócio não é homogêneo. É necessário levar em conta as políticas de Estado que foram priorizadas nesse momento e a que interesses elas atenderam, bem como quais segmentos no

seio do agronegócio foram beneficiados por elas, considerando que não é possível atender de modo igualitário a todos esses interesses presentes nesse setor e que se mantiveram – e até se intensificaram, como será visto adiante – os conflitos entre eles.

1.3 Materiais e Métodos

A coleta e a análise de dados empíricos desta pesquisa visaram prioritariamente à determinação das principais demandas por políticas estatais manifestadas pelo médio capital sojicultor e seu atendimento pelos governos Rousseff e Temer ao longo do período, bem como da relação desse segmento burguês com esses respectivos comandos do Executivo federal. Dessa forma, foi possível responder às duas perguntas de pesquisa propostas, sobre as razões que os sojicultores tiveram para apoiar o golpe do *impeachment* e sobre sua capacidade de dirigir o movimento em defesa desse processo. Adicionalmente, foi possível cumprir o objetivo específico relativo à possibilidade de classificação do médio capital sojicultor como burguesia interna.

A coleta de dados teve duas etapas principais: i) coleta da integralidade das publicações feitas nos *sites* das entidades representativas da sojicultura no período sob estudo, e ii) entrevistas semiestruturadas com representantes da sojicultura. Optou-se pela dupla coleta de dados para ampliar sua validação. Os dados da primeira etapa foram analisados por meio da análise de conteúdo qualitativa.

A primeira etapa de coleta de dados consistiu num levantamento das publicações feitas nos sites da Aprosoja Brasil e da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja MT)³. Ambas as associações publicam notícias e artigos de opinião que versam, entre outros temas, sobre aspectos econômicos e políticos concernentes aos sojicultores. A pertinência desses materiais, como será descrito no próximo capítulo, deve-se ao fato de essas duas associações serem as principais representantes dos interesses do médio capital sojicultor, e de o fazerem de forma concertada frente ao Estado, a despeito das possíveis heterogeneidades entre os representados. Foram coletadas todas as publicações disponibilizadas pelas associações em período determinado, que se estende de 2012 a 2018, para a Aprosoja Brasil, e de 2015 a 2018, para a Aprosoja MT. Neste caso, as publicações anteriores não estavam mais disponíveis; naquele, optou-se por incluir as publicações de 2012 por serem

³ APROSOJA BRASIL – Associação Brasileira dos Produtores de Soja. Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/>>. Acesso em 26 mai. 2022.

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso. Disponível em <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticias-e-releases/>>. Acesso em 26 mai. 2022.

poucas e terem relevância para a compreensão da situação da sojicultura no período inicial da pesquisa. No total, reuniram-se 1.253 publicações da Aprosoja Brasil e 915 da Aprosoja MT.

Considerar a integralidade das publicações foi importante para manter o caráter sistemático da coleta, que visou reduzir o viés de seleção do material a ser analisado. Embora muitos dos documentos sejam republicações de outros veículos de imprensa, não se deixou de considerá-los na análise, pois supôs-se que, para difundir uma opinião ou demanda de terceiros, a associação tende a concordar com ela e até mesmo considerá-la importante. No entanto, os textos republicados receberam tratamento diferenciado, como será explicitado adiante. O texto de todas as publicações foi transcrito e catalogado em Documento Word, para a realização da análise de conteúdo, no seguinte formato: associação (BR ou MT) + ano + número de catalogação (em ordem cronológica). Para facilitar a leitura, essa nomenclatura foi utilizada para se referir a esses documentos no corpo deste texto, e o referencial documental citado pode ser encontrado na seção de fontes documentais, ao final do texto.

A segunda etapa de coleta de dados foi constituída por seis entrevistas semiestruturadas com representantes da sojicultura ligados à Aprosoja, cuja realização foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número do CAAE 63225822.7.0000.8142. O pequeno número de entrevistas se justificou com base na hipótese de que os entrevistados tenderiam a apresentar respostas homogêneas, hipótese que pôde ser confirmada para a maioria das perguntas. O objetivo foi coletar informações preferencialmente com agentes que estiveram diretamente envolvidos no processo político estudado e numa posição de tomada de decisões, mas também foram entrevistados dois dirigentes atuais da Aprosoja e técnicos que trabalhavam nas associações à época. As entrevistas foram realizadas por telefone ou chamada de vídeo e, com exceção de uma, foram todas gravadas para posterior transcrição e análise. Abaixo listam-se os entrevistados, mantendo o sigilo de suas identidades.

Tabela 1 – Lista de Entrevistados

Entrevistado	Perfil	Contato	Data	Duração
1	Presidente em Aprosoja estadual	Com a associação	14/12/2022	72min
2	Ex-presidente na Aprosoja Brasil	Direto	21/12/2022	43min
3	Ex-presidente na Aprosoja Brasil	Direto	31/01/2023	66min

4	Técnico na Aprosoja MT	Com a associação	02/02/2023	90min
5	Técnico na Aprosoja Brasil	Com a associação	03/02/2023	83min
6	Presidente em Aprosoja estadual	Com a associação	17/03/2023	50min

Fonte: Elaboração própria

As publicações coletadas foram analisadas por meio da análise de conteúdo qualitativa guiada principalmente pelos conceitos da pesquisa, em que cada publicação constituiu uma unidade de codificação (SCHREIER, 2012). Após leitura prévia do *corpus*, foram descartadas todas as unidades de codificação sem relação com as perguntas de pesquisa – grande parte do conteúdo trata de temas mais cotidianos dos produtores rurais e dos associados e, portanto, de pouca relevância para a pesquisa. Em seguida, foi feita a leitura e codificação das unidades com base no enquadramento de codificação inicialmente proposto a partir dos conceitos da pesquisa. No caso das publicações da Aprosoja Brasil, foi realizada uma segunda codificação, em que se promoveram alterações no enquadramento de codificação suscitadas pela primeira análise dos dados.

O enquadramento final utilizado foi composto de três categorias. A primeira, nomeada “Relação com o governo”, classificou – separadamente – as menções aos governos Rousseff e Temer em positivas, negativas ou ambíguas/neutras. Incluíram-se elogios ou críticas a medidas e políticas do Executivo, ou diretamente ao governo ou ao governante, bem como relatos das consequências positivas ou negativas dessas medidas para a sojicultura, todos feitos diretamente pela Aprosoja ou seus representantes, de modo a excluir opiniões apenas republicadas. No caso das manifestações ambíguas ou neutras, não há predominância das ponderações positivas ou negativas ou há menção ao governo, mas sem ponderações. A segunda categoria, nomeada “Relação com os demais segmentos da cadeia”, classificou as menções aos demais segmentos da cadeia produtiva da soja, da mesma forma que as menções ao governo. Adicionalmente, classificou-se o segmento alvo da menção, por meio de quatro subcategorias extraídas dos próprios dados: fornecedores, *tradings*, financiadores e demais segmentos.

Por fim, a terceira categoria, nomeada “Demandas por políticas estatais”, localizou as demandas explícitas ao governo federal, os apontamentos de que uma política era necessária ou recebia menos recursos/atenção do que o necessário, e as indicações de que uma política concretizada fora uma demanda. Essas menções foram classificadas em subcategorias, descritas

em detalhe abaixo, conforme a demanda identificada. Dentro de cada subcategoria, atribuiu-se uma valência à demanda, de 1 a 3, da seguinte forma: 1) a demanda aparece lateralmente e não é tema da publicação ou não é feita diretamente pela Aprosoja; 2) a demanda divide com outras a temática da publicação, é tratada como importante e é feita pela própria Aprosoja; 3) a demanda é, sozinha, o tema central da publicação, ou é tratada como prioritária ou urgente, e é feita pela própria Aprosoja. Com a atribuição de valências, foi possível identificar as demandas mais ou menos relevantes em cada publicação e, através da soma das valências, dar mais nuance às demandas conjunturais da associação.

As subcategorias constituintes dessa última categoria, isto é, as demandas que foram classificadas, totalizaram onze tipos de demandas. São eles:

- Investimento em infraestrutura: demandas por investimentos estatais, financiamento, concessões ou facilitação do investimento privado em infraestrutura de armazenagem ou logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e armazéns. Inclui outras demandas por redução do custo logístico, como as contra o tabelamento do frete ou por melhoramentos no funcionamento da estrutura existente.
- Financiamento estatal: demandas por políticas fiscais que garantam a rentabilidade ou a competitividade da lavoura, tais como crédito ou financiamento subsidiados, facilitação do acesso ao crédito, redução de juros, renegociação de dívidas, seguro rural e políticas de comercialização (leilões estatais, preços mínimos, compras do governo). Inclui demandas por melhorias na disponibilização de recursos do Plano Agrícola e Pecuário (PAP).
- Tributação: demandas contra a tributação do agronegócio ou por redução dos impostos sobre insumos. Inclui as demandas contra o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).
- Questão sanitária: demandas por facilitação na liberação de agrotóxicos ou contra sua restrição e por políticas de defesa fitossanitária.
- Questão indígena: demandas por resolução do conflito fundiário entre produtores e indígenas, contra as demarcações de terras indígenas e a violência perpetrada por indígenas, pela indenização de produtores que perderam terras, ou pela possibilidade de construção de infraestrutura em terras indígenas.
- Questão trabalhista: demandas por resolução dos conflitos entre patronato e trabalhadores, por redução do custo do trabalho, por leis que favoreçam o

patronato nas relações trabalhistas (terceirização, reforma trabalhista, flexibilização de jornadas de trabalho), contra a fiscalização do trabalho ou pela reformulação do conceito de trabalho escravo. Inclui manifestações contra políticas trabalhistas ou de assistência social que favoreçam os trabalhadores.

- Questão ambiental: demandas pela flexibilização de leis ambientais ou da fiscalização ambiental, contra o licenciamento ambiental, contra a Moratória da Soja, por recursos financeiros para garantir a conservação ambiental ou manifestações em favor do direito de desmatar previsto no Código Florestal.
- Segurança e defesa da propriedade: demandas por regularização fundiária, contra a criminalidade e violência no campo, ou contra grupos de não-indígenas que ameaçam a propriedade da terra, seja por invasões de terras ou depredações de patrimônio.
- Investimento em pesquisa: demanda por investimentos estatais em pesquisa agrícola ou na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
- Indústria e verticalização: demandas por investimentos ou fomento estatal à indústria de insumos agrícolas ou à indústria que consome as *commodities* agrícolas (esmagadores, proteína animal, biocombustíveis).
- Abertura de mercados: demanda por abertura de mercados internacionais para a soja e melhoria da imagem do agronegócio brasileiro no exterior pela via diplomática.

Além dessas onze demandas, foram classificadas conjuntamente as indicações de alta nos custos da sojicultura ou de baixa rentabilidade, às quais também foram atribuídas valências. Dessa forma, tem-se o seguinte enquadramento de codificação resumido:

Tabela 2 – Resumo do Enquadramento de Codificação Utilizado na Análise de Conteúdo

Categorias	Subcategorias	Valências
Relação com o governo	Governo Rousseff, Governo Temer	positiva, negativa, ambígua/neutra
Relação com os demais segmentos da cadeia	Fornecedores, <i>Tradings</i> , Financiadores, Demais segmentos	positiva, negativa, ambígua/neutra
Demandas por políticas estatais	Investimento em infraestrutura, Financiamento estatal, Tributação, Questão sanitária, Questão indígena,	1, 2, 3

Questão trabalhista, Questão ambiental,
Segurança e defesa da propriedade,
Investimento em pesquisa, Indústria e
verticalização, Abertura de mercados,
Altos custos ou baixa rentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Os dados codificados nessa análise permitiram avaliar a evolução da relação do médio capital sojicultor com o governo e com os demais segmentos da cadeia produtiva da soja, bem como das demandas por políticas estatais ao longo do período de análise. As tabelas que resumem a codificação da pesquisa constam nos anexos desta dissertação. As entrevistas com representantes da Aprosoja serviram para validar os resultados encontrados na análise de conteúdo. Ademais, a pesquisa também incluiu a consulta a literatura científica e a notícias de veículos de imprensa para possibilitar uma melhor compreensão da execução das políticas estatais no período, como será apresentado nos próximos capítulos. De forma mais ampla, foi possível reconstituir a trajetória política do médio capital sojicultor, tanto em termos de seu posicionamento político quanto em termos de seu posicionamento no bloco no poder e, por conseguinte, responder às perguntas de pesquisa.

Capítulo 2 - Sojicultura e Política

Este capítulo visa aprofundar a compreensão da sojicultura enquanto atividade econômica e do médio capital sojicultor enquanto agente político, bem como dos conflitos presentes no interior da cadeia produtiva da soja, para que seja possível, no próximo capítulo, apresentar as demandas políticas desse segmento.

O capítulo está dividido em três seções, mais a conclusão. A primeira trata das características da sojicultura no Brasil e de seu lugar na cadeia produtiva da soja, evidenciando sua posição econômica subordinada. A segunda se debruça sobre a organização política do médio capital sojicultor, que se materializa por meio da rede Aprosoja, bem como da importância política e dos aspectos institucionais dessa entidade. Por fim, a última seção traz dados a respeito da relação da Aprosoja com os demais segmentos da cadeia produtiva da soja, de modo a evidenciar as principais divergências nesse âmbito.

2.1 Economia Política da Soja

A presente seção busca elucidar o posicionamento, em termos econômicos, do médio capital sojicultor na cadeia produtiva da soja, nos níveis nacional e global, bem como no agronegócio como um todo. O objetivo é indicar a relevância da economia da soja, mas também, e principalmente, a posição subordinada a que a sojicultura está submetida nessa economia, o que é a base material para a compreensão de sua organização política, tema da próxima seção.

Atualmente, a soja figura entre as dez principais *commodities* agrícolas no mundo, compondo 4% do total da produção agrícola mundial e ocupando 7% das terras agricultáveis do planeta. De 2003 a 2019, as áreas dedicadas ao cultivo de soja no mundo foram expandidas em 37,4%, alcançando 121,5 milhões de hectares e uma produção de 336,1 milhões de toneladas do grão. Em 2016, a soja foi o 50º produto mais comercializado globalmente, numa lista de 1.238 produtos, gerando quase 52 bilhões de dólares em exportações (CUNHA, 2020; FAO, 2019; BICUDO DA SILVA et al., 2020).

Apesar dessa amplitude, a produção e o comércio mundial de soja são excepcionalmente concentrados em comparação a outras *commodities* agrícolas. Do total de grãos de soja produzidos no mundo em 2019, 36,6% foram no Brasil, 28,7% nos Estados Unidos, 15,1% na Argentina e 5,3% na China. Além de concentrarem mais de 85% da produção de grãos de soja, esses quatro países, sozinhos, respondem por 74,7% de seu consumo. O Brasil, embora concentre a maior área dedicada ao cultivo da soja (30,3% do total global), consumiu apenas 13,4% dos grãos em 2019, uma vez que quase 70% da produção nacional foi exportada

in natura. De fato, o Brasil é o maior exportador global de soja em grão (54,5% das exportações), seguido pelos Estados Unidos (29,6%). A Argentina, por sua vez, destaca-se na exportação de farelo e óleo de soja, enquanto a China figura como maior importadora (60% das importações) e consumidora de grãos, farelo e óleo de soja, bem como maior produtora de farelo e óleo de soja (CUNHA, 2020; GALE et al., 2019).

Os dois principais usos da soja, responsáveis por impulsionar a demanda chinesa e mundial por soja nas últimas décadas, são como proteína (farelo de soja) para ração animal e como óleo para a indústria de alimentos (GALE et al., 2019). Ambos os usos exigem o processamento por “esmagadores”, nome dado à agroindústria em que ocorre o processamento do grão e sua transformação em farelo e óleo de soja. São essas unidades de processamento as responsáveis pela coordenação dessa cadeia produtiva, comandando as transformações na sojicultura, seu ritmo de expansão e “alavancando as transformações nos padrões de produção e de competitividade do setor” (WESZ, 2011, p. 21).

No Brasil, a soja é tida como o carro chefe da agricultura de grande escala, ocupando 56,7% da área cultivada de grãos (CUNHA, 2020). Sua produção cresceu mais de quatro vezes desde 2001 e 46% no período em estudo⁴, o que está intimamente ligado ao crescimento da demanda chinesa e ao aumento dos preços internacionais. Além desses dois fatores, Espíndola e Cunha (2015) destacam a consolidação da soja como importante proteína vegetal, a criação de um Sistema Nacional de Inovação agrícola centrado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as vantagens comparativas naturais do país. De fato, como apontou o entrevistado 4, a sojicultura teve dois importantes estímulos para seu crescimento, um de mercado – com o aumento mundial da demanda, que tornou a soja uma *commodity* com bastante liquidez e, portanto, atraente para os produtores – e outro estatal – com a opção do Estado brasileiro por impulsionar a consolidação do país como grande *player* nessa cadeia de valor. Ademais, cerca de 70% da soja produzida no período sob estudo teve como destino a exportação, tornando a soja líder da pauta de exportações brasileira. Desse montante, 60% deixaram o país sem processamento, dirigindo-se à agroindústria esmagadora de outros países, sobretudo da China⁵.

Fica clara a relevância da cadeia produtiva de soja para o Brasil, seja em termos produtivos, macroeconômicos ou comerciais, bem como a importância do Brasil para o

⁴ CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Portal de Informações Agropecuárias. Disponível em <<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/produtos-360.html>>. Acesso em 27 mai. 2022.

⁵ TRASE - Transparency for Sustainable Economies. Disponível em <<https://trase.earth>>. Acesso em 19 set. 2020.

agronegócio mundial da soja, posição que foi consolidada por razões de mercado, mas também por estímulos estatais. Sobre os agentes dessa cadeia produtiva, Wesz (2011) indica que o setor de processamento assistiu a uma concentração ao longo dos anos 2000, com um grande número de fusões e aquisições e com a entrada massiva de grandes grupos internacionais, o que levou a uma “contínua desnacionalização do elo a jusante da cadeia de soja” (WESZ, 2011, p. 59).

No mesmo período, também foi gestada uma nova geografia dos esmagadores que, assim como a sojicultura, concentravam-se tradicionalmente no Paraná e Rio Grande do Sul, mas passaram a ampliar cada vez mais sua capacidade produtiva no Centro-Oeste, com destaque a Mato Grosso. Apesar da recente expansão da fronteira agrícola liderada pela soja na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a sojicultura e a capacidade de processamento continuam concentradas no Sul e Centro-Oeste. No período estudado, Paraná e Rio Grande do Sul foram responsáveis por um terço da produção nacional, e o Centro-Oeste por 45,5%, sendo 28% somente em Mato Grosso. De forma similar, os dois estados sulistas concentraram pouco mais de um terço da capacidade de processamento em 2016, enquanto os estados do Centro-Oeste responderam por quase 40%, sendo metade em Mato Grosso⁶.

De modo geral, em 2017, a sojicultura foi responsável por ocupar 4,1% dos trabalhadores rurais do país e compreendeu 3,37% dos estabelecimentos agropecuários, em torno de 240 mil no total. Isso revela um alto índice de mecanização e baixa utilização de mão de obra em comparação às demais culturas do país. De fato, a cadeia produtiva da soja tem alto nível de tratorização e colheitadeiraização, e a concorrência levou os sojicultores a um avançado nível de especialização e racionalização, ressaltadas disparidades regionais. Ademais, o baixo número de estabelecimentos agropecuários indica uma alta concentração fundiária nessa cultura, mas que não é homogênea entre diferentes regiões. Rio Grande do Sul e Paraná concentram 76% das unidades produtoras de soja do país, enquanto em Mato Grosso são apenas 3,8% e, no Matopiba, 1,32%. Desse modo, no Sul as propriedades sojicultoras tendem a ser menores, na média, que nas regiões de ocupação mais recente, que abarcam um número maior de grandes propriedades (CUNHA, 2020; BICUDO DA SILVA et al., 2020).

Tomando Mato Grosso como paradigma, é possível extrair alguns dados relevantes das publicações da Aprosoja MT. O estado tem um universo de cinco a seis mil sojicultores, praticamente todos associados à Aprosoja. Na safra 2016/2017, eles plantaram aproximadamente 9,4 milhões hectares, o que resulta numa média de mais de 1.500 hectares por produtor. Cabe destacar que, em Mato Grosso, no geral, o limite para ser considerada uma

⁶ CONAB, op. cit.
TRASE, op. cit.

propriedade média é entre 900 e 1500 hectares, a depender do tamanho do módulo fiscal no município. Acima disso, tem-se uma grande propriedade⁷. A Aprosoja MT também traz alguns dados do período a respeito da distribuição dessas terras: “30% plantam até 500 hectares; 21,7% plantam de 501 a 1.000 hectares; 26,6% plantam de 1.001 a 2.500 hectares; 17,2% plantam mais que 2.500 hectares e apenas 4,5% plantam mais que 10.000 hectares”. Trata-se, portanto, de propriedades de tamanho considerável. Ademais, a lavoura é desenvolvida em propriedade própria por 73% dos produtores do estado, enquanto os demais arrendam terras, o que revela uma proporção de proprietários consideravelmente mais alta que nos Estados Unidos (30%) e na Argentina (40%), por exemplo. Pode-se inferir que esse fato tem consequências sobre as demandas dos produtores por defesa da propriedade privada da terra, tornando-as mais enfáticas (MT2016.222, MT2017.012, MT2017.131).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sintetizados nas Tabelas 3 e 4 apontam diferenças importantes quanto à estrutura fundiária das principais regiões produtoras de soja do Brasil. No que se refere ao número de estabelecimentos produtores de lavouras temporárias (entre as quais se destaca a soja), mais de 95% dos estabelecimentos dos estados do Matopiba têm menos de 100 hectares, com exceção do Tocantins (79%). Já no Paraná e no Rio Grande do Sul, em torno de 90% dos estabelecimentos têm menos de 100 hectares. Nos estados do Centro-Oeste, por outro lado, essa porcentagem é de 75% em Mato Grosso do Sul, 63% em Goiás e 60% em Mato Grosso. Tais dados mostram que os estabelecimentos agrícolas são, na média, consideravelmente maiores no Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso, em comparação à média brasileira (94%). De fato, os estabelecimentos maiores que 2.500 hectares representam menos de 0,3% dos estabelecimentos no Matopiba e no Sul (com exceção de Tocantins, onde eles são 2,2% do total), 2,3% em Mato Grosso do Sul, 2,5% em Goiás e destoantes 9,9% em Mato Grosso.

**Tabela 3 – Estabelecimentos produtores de lavouras temporárias por número (%):
Brasil e Unidades da Federação selecionadas**

⁷ Em Mato Grosso, com exceção da capital, o módulo fiscal varia de 60 a 100 hectares. Segundo a Embrapa, pequenas propriedades têm entre 1 e 4 módulos fiscais, médias propriedade entre 4 e 15, e grandes propriedades possuem mais de 15 módulos fiscais. A título de comparação, um hectare equivale a dez mil metros quadrados, ou a um campo de futebol. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em 2 jan. 2023.

UF	Até 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 2.500 ha	De 2.500 a 10.000 ha	Mais de 10.000 ha
BR	94,2%	4,3%	1,3%	0,3%	0,1%
MA	97,5%	2,0%	0,4%	0,1%	0,0%
TO	78,8%	11,8%	7,2%	1,9%	0,3%
PI	96,8%	2,7%	0,4%	0,1%	0,1%
BA	98,2%	1,3%	0,3%	0,1%	0,0%
PR	89,8%	8,4%	1,6%	0,1%	0,0%
RS	91,6%	6,1%	2,1%	0,2%	0,0%
MS	74,6%	12,5%	10,7%	2,0%	0,3%
MT	60,3%	13,0%	16,8%	7,7%	2,2%
GO	63,6%	20,9%	13,0%	2,2%	0,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE (Tabela 6754).

Quanto à área, conforme descrito na Tabela 4, tanto nos estados do Sul quanto do Matopiba, a área ocupada por estabelecimentos produtores de lavouras temporárias com menos de 100 hectares é maior do que um quinto da área cultivada total, que é a média nacional. A situação no Centro-Oeste é radicalmente diferente: esses estabelecimentos ocupam apenas 5% da área cultivada total em Goiás, 3% em Mato Grosso do Sul e 1% em Mato Grosso. Já os estabelecimentos grandes, com mais de 2.500 hectares, ocupam metade da área agrícola de Goiás, e mais de três quartos em Mato Grosso. Enquanto nos estados do Sul a área ocupada por esses estabelecimentos grandes é bastante menor que a média nacional (41%), nos estados do Matopiba ela é sensivelmente maior, girando em torno dos 50%. Tais dados mostram que, no Sul, a área ocupada por lavouras temporárias é composta predominantemente por pequenas e médias propriedades, principalmente no Paraná. No Centro-Oeste, há a predominância de médias e grandes propriedades, de forma ainda mais acentuada em Mato Grosso. No Matopiba, por outro lado, o que se revela é a desigualdade, uma vez que a área ocupada por pequenas propriedades é, no geral, grande, mas também o é a ocupada por grandes, sendo que as médias propriedades são menos relevantes.

Tabela 4 – Estabelecimentos produtores de lavouras temporárias por área da propriedade (%): Brasil e Unidades da Federação selecionadas

UF	Até 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 2.500 ha	De 2.500 a 10.000 ha	Mais de 10.000 ha
BR	20%	16%	24%	21%	20%
MA	23%	13%	15%	24%	26%
TO	9%	10%	32%	31%	18%
PI	27%	13%	11%	14%	36%
BA	28%	9%	13%	23%	28%
PR	33%	32%	27%	8%	0%
RS	29%	22%	35%	12%	2%
MS	3%	10%	37%	27%	22%
MT	1%	3%	19%	33%	44%
GO	5%	15%	39%	27%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE (Tabela 6754).

Realizando uma análise dos modelos organizacionais predominantes em diferentes regiões agrícolas do Brasil, Chaddad (2016) contribui para a compreensão dessas diferenças reveladas pelos dados do Censo. No Sul, os produtores se organizaram historicamente em cooperativas e por meio de contratos agrícolas que facilitaram o acesso a tecnologia, crédito e mercados, possibilitando o aumento da produtividade e o ganho de competitividade em nível internacional a partir da formação de cadeias de valor bem estruturadas. No entanto, esses produtores têm menor autonomia e capacidade de se apropriar do valor criado por essas cadeias, mantendo escalas pequena ou média (CHADDAD, 2016).

Já no Cerrado, destacam-se dois modelos organizacionais distintos, presentes tanto no Centro-Oeste quanto no Matopiba: os produtores comerciais e as corporações agrícolas (“*corporate farms*”). Estas últimas são grandes empresas com propriedades de larga escala, controladas por grupos familiares ou entidades corporativas (empresas de capital aberto, sociedades controladas por fundos de *private equity* e subsidiárias de *trading companies* transnacionais), que têm largo acesso a economias de escala, a capital financeiro e a gestores profissionais. Dez corporações agrárias plantaram um milhão de hectares no Matopiba em 2013, ou um terço da área cultivada na região. Os produtores comerciais, por outro lado, são produtores familiares⁸ produzindo de 500 até 2.500 hectares (no caso dos médios) ou mais. Eles têm escala suficiente para fazer os investimentos necessários para ter alta produtividade e aumentar suas margens de lucro, mas enfrentam maiores custos nos insumos, são mais dependentes de seus fornecedores e compradores para obter crédito e têm desvantagens no

⁸ Segundo Chaddad (2016), a literatura indica que o custo de agência (perdas ocasionadas pela separação entre a propriedade do capital e a sua gestão) é particularmente alto na agricultura, dados os riscos naturais da atividade (clima e pestes) e seu consequente caráter cíclico, o que abre espaço para que as fazendas familiares persistam junto às grandes corporações.

acesso a mercados. Dessa forma, esses produtores têm se apoiado crescentemente em associações de produtores e cooperativas para se manterem competitivos, como será visto na seção a seguir (CHADDAD, 2016). São eles – e não as corporações agrícolas – que constituem, no caso do Cerrado, o que esta pesquisa denomina médio capital sojicultor.

Retomando o processo de concentração, desnacionalização e expansão da cadeia da soja, há algumas empresas que nele ganharam destaque: as grandes *trading companies* estrangeiras que tradicionalmente controlam o comércio global de *commodities* agrícolas, conhecidas pela sigla ABCD – ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Mais recentemente, desde 2014, também vem ganhando destaque no país o grupo COFCO, de origem chinesa. Além delas, um grande capital nacional também foi capaz de se sobressair: o grupo Amaggi, de propriedade da família Maggi, a qual pertence o ex-ministro da Agricultura do governo Temer, Blairo Maggi. Essas empresas desenvolveram uma estratégia de integração entre os elos a montante (fertilizantes e financiamento à agricultura) e a jusante (esmagamento e comércio) da cadeia da soja, de forma a controlar o elo mais fraco – a sojicultura em si (WESZ, 2011, p. 80).

Dessa forma, as agroindústrias da cadeia da soja no Brasil – e, principalmente, a ABCD, a COFCO e a Amaggi – foram capazes de dividir mercados e subordinar os produtores de soja em vários âmbitos, ao se tornarem seus principais agentes financiadores, fornecedores de insumos, órgãos de assistência técnica e compradores da produção responsáveis pelo processamento, logística e comercialização do grão (*Ibidem*, p. 89), além de controlarem o desenvolvimento de tecnologias para a lavoura. Juntas, essas empresas concentraram diretamente 44% da capacidade de processamento em 2016 e 60% das exportações de soja ao longo do período sob estudo⁹. Além dessas seis, entre as empresas que atuaram no Brasil à época destacam-se os grupos Gavelon e Glencore e a cooperativa CHS, todos estrangeiros especializados no comércio de *commodities*, além das brasileiras Bianchini, Engelhart (do grupo BTG) e Coamo, esta que é a segunda maior cooperativa agrícola do país. Nenhuma dessas empresas começou atuando ou atua diretamente na lavoura, elas sempre tiveram seu foco no comércio da produção agrícola. A única exceção, claro, é a Amaggi, mas que deve ser tratada justamente como exceção singular, não como exemplo da realidade da sojicultura no país.

É importante destacar esse fato pois, na lavoura em si, não predominam grandes capitais¹⁰. Há exceções, como o grupo Amaggi, mas em geral trata-se de capitais médios, dada a própria lógica do agronegócio. A soja é uma *commodity* (produto homogêneo) com preço determinado internacionalmente, de modo que os produtores são tomadores de preço na venda

⁹ TRASE, op. cit.

¹⁰ Retomar a definição de médio capital abordada no Capítulo 1.

da soja. Ademais, também são tomadores de preço na compra de seus insumos, que desde a abertura comercial dos anos 1990 são controlados por algumas poucas grandes empresas (Monsanto/Bayer, Syngenta/ChemChina, DowDupont e Basf que, só no setor de sementes, controlam 75% do mercado) e que afetam diretamente a rentabilidade da lavoura: os maiores custos de produção da soja brasileira são os fertilizantes (28% do total), seguidos pelos agrotóxicos (18%) e pelos custos com operação de depreciação de maquinário (16%) (NETO, 2016). Com efeito, os custos de remuneração do capital fixo e da terra são bastante menores no Brasil do que na Argentina e nos Estados Unidos, enquanto os custos com insumos e logística pesam muito mais (CUNHA, 2020). Por fim, dada a amplitude das lavouras de soja no Brasil, há múltiplos produtores em concorrência, o que também contribui para minar seu poder de mercado.

Como apontam os entrevistados 1, 2 e 4, os sojicultores são predominantemente médios proprietários e, mesmo quando grandes, não tendem a diversificar seu capital, preferindo investir, quando capitalizados, na expansão horizontal de suas propriedades ou no melhoramento das tecnologias de sua lavoura. A diversificação se restringe à agropecuária: é comum que os produtores sejam também sementeiros, cultivem outras *commodities* além da soja, ou integrem lavoura e pecuária. Como aponta um dos ex-presidentes da Aprosoja: “Como no mercado não temos influência, mesmo coletiva, o que nos resta é ficarmos muito atentos aos custos” (BR2014.028). Bicudo Da Silva et al. (2020) inclusive denominam armadilha da soja (“*soybean trap*”) o risco que os sojicultores enfrentam de ficarem presos num ciclo vicioso de crescente dependência financeira frente aos seus financiadores, *tradings* e fornecedores. Como a sojicultura é uma atividade capital-intensiva, ela requer constantes e crescentes investimentos em novas tecnologias que mantenham as margens de lucro e a competitividade da lavoura. Para financiar tais investimentos, os sojicultores tomam crédito privado ou público e, para pagá-lo, são obrigados a buscar níveis de produtividade cada vez maiores, enquanto enfrentam os riscos constantes de desequilíbrio entre custos e preços e de oscilações da taxa de câmbio. Em suma, a armadilha da soja seria um conjunto amplo de situações que desafia a autonomia dos sojicultores, tornando-os vulneráveis ao aumento de sua dependência em relação aos demais segmentos da cadeia (BICUDO DA SILVA et al., 2020).

Nota-se, assim, a condição subordinada a que a sojicultura está relegada em sua cadeia produtiva em relação ao grande capital industrial, financeiro e comercial – e majoritariamente estrangeiro. É por isso que, nesta pesquisa, defende-se denominá-la médio capital sojicultor, em oposição aos grandes capitais a montante e a jusante da cadeia de soja. De fato, conforme a agricultura de *commodities* se torna capital-intensiva, a produção agrícola

em si é enfraquecida enquanto elo na cadeia produtiva, embora permaneça central para sustentar toda a indústria a montante e a jusante. Esmagados entre os fornecedores de insumos e os compradores de sua produção – que geralmente são setores oligopolizados ou até mesmo cartelizados – os produtores se veem como tomadores de preços e dependentes de subsídios estatais para manter o ciclo do agronegócio na lavoura capitalizada e moderna (LIMA, 2015).

Contudo, tal configuração do capital agrário não é nova. Retomando Silva (1976), as transformações na economia do café no Brasil do final do século XIX implicaram a formação de um capital cafeeiro que ia além da lavoura, ligando-se cada vez mais ao comércio, à indústria e ao setor bancário incipientes, e também ao Estado. Já nesse contexto, o autor aponta que a função dominante na cadeia do café, principal produto do Brasil naquele momento, era a do capital comercial, meio principal de acumulação capitalista (SILVA, 1976).

Perissinotto (1994), trabalhando com o mesmo referencial teórico desta pesquisa, faz indicações nesse mesmo sentido. Ele propõe que, na República Velha, a grande lavoura de café (capital cafeeiro) e a média lavoura constituíam duas frações de classes distintas e autônomas, residindo essa diferença não no tamanho da propriedade, uma vez que o cultivo se dava de modo geral em grandes propriedades, mas essencialmente na diversificação do capital. Enquanto o capital da média lavoura restringia sua atuação à lavoura em si – ou seja, à produção – o grande capital cafeeiro era diversificado, sendo aplicado não só na produção, mas principalmente no comércio, nos bancos, na indústria e ferrovias, sendo predominantemente mercantil e constituindo, à época, a fração de classe hegemônica, a cujos interesses a média lavoura era submetida – imposição de preços na compra do café produzido nas fazendas e imposição de taxas elevadas de juros pelo capital adiantado ao fazendeiro (PERISSINOTTO, 1994). Notam-se, portanto, diversos paralelos com a nova principal *commodity* da economia de agroexportação brasileira – a soja – nas relações entre os capitais médios e grandes dessa cadeia produtiva.

2.2 Organização Política da Sojicultura

Nesta seção, busca-se apontar que, apesar de sua posição subordinada na cadeia produtiva da soja, o médio capital sojicultor está organizado politicamente e opera de forma concertada na defesa de seus interesses por meio de entidades representativas de grande relevância e influência no âmbito do agronegócio nacional.

No Brasil, o médio capital sojicultor se encontra organizado politicamente por meio de uma rede de associações estaduais centralizadas em torno da Associação Brasileira dos

Produtores de Soja (Aprosoja Brasil). Essa rede começou a se formar a partir de 2005, com a fundação da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja MT). Nesse momento, os sojicultores enfrentavam uma crise econômica da safra, com baixos preços internacionais e sobrevalorização do real, combinados com a chegada da ferrugem asiática ao país, que acabou por tornar-se a principal praga da soja brasileira. Diante de tal crise, em 2006, um grupo de produtores de Ipiranga do Norte (MT) iniciou protestos que se espalharam pelo norte de Mato Grosso, mas também por nove outros estados produtores, e acabaram por levar o nome de Grito do Ipiranga. A principal ação dos manifestantes foi o fechamento de rodovias federais, que se estendeu por até dois meses em alguns pontos. Segundo Endrigo Dalcin, que era presidente da Aprosoja MT em 2016,

“O Grito do Ipiranga significou a sobrevivência do agronegócio em Mato Grosso. Foi também um divisor de águas para as associações e entidades do setor. Depois deste movimento, elas ficaram mais fortes e representativas, tanto que hoje estamos em um nível alto de debate político tanto na esfera estadual, quanto na federal” (MT2016.099).

Carlos Fávaro, que presidiu a Aprosoja MT de 2011 a 2013, também afirmou:

“O que de melhor surgiu do movimento Grito do Ipiranga foi a criação da Aprosoja. Passamos por outras crises sérias e não foi preciso mais adotarmos ações mais radicais, porque conseguimos estabelecer diálogo com a sociedade” (MT2017.202).

Não obstante, outro fator muito relevante para o estabelecimento e fortalecimento da Aprosoja MT foi a criação, no âmbito estadual, do Fundo de Apoio à Cultura da Soja (FACS), por meio das leis estaduais 8.432/05 e 8.549/06, enquanto Blairo Maggi ocupava o governo do estado (2003-2010). Esse fundo, responsável por financiar projetos que beneficiassem a sojicultura mato-grossense, sustentou financeiramente – como apontou o entrevistado 1 – as atividades da Aprosoja MT e até mesmo da Aprosoja Brasil, até que a rede Aprosoja se estabelecesse entre os produtores. Inicialmente, a contribuição dos produtores para o fundo era de cinco centavos por saca de soja (60kg), valor que era igualado pelo governo do estado. Em 2014, o FACS totalizou 36 milhões de reais. Seu conselho gestor – que decide quais os projetos que receberão financiamento – é escolhido pelo governo estadual, pela Aprosoja e pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) (CHADDAD, 2016).

Segundo o entrevistado 1, uma outra razão para que a rede Aprosoja tenha se iniciado a partir de Mato Grosso, e não das regiões tradicionais de cultivo no Sul do país, foram as tensões ambientais e quanto à transgenia que os sojicultores mato-grossenses enfrentavam para exportar sua produção. Tais tensões impulsionaram sua organização política, além de terem motivado a criação, em 2006, da International Soybean Growers Alliance (ISGA),

entidade que representa globalmente os sojicultores do Cone Sul e da América do Norte até hoje, tendo como porta-voz brasileira a Aprosoja MT.

É nessa conjuntura que a Aprosoja Brasil – criada em 1990, mas com menor atuação até então – foi retomada pelos produtores mato-grossenses. A partir de 2007, a Aprosoja nacional começou a apoiar a criação de associações estaduais em todos os estados produtores, nos moldes da Aprosoja MT, chegando a 16 associações em 2018¹¹. Esse conjunto de associações com alta capilaridade junto aos sojicultores de todo o país é o que se denomina, nesta pesquisa, rede Aprosoja. Vale destacar que, até hoje, a Aprosoja MT se destaca entre as demais associações estaduais, tanto por representar o maior estado produtor quanto por contar com o FACS para o sustento de suas atividades. Em 2014, a Aprosoja MT tinha 5.412 associados, com 75% deles produzindo menos de 2000 hectares, e um orçamento de 18 milhões de reais (CHADDAD, 2016).

A análise das publicações da Aprosoja MT deixa clara a proximidade da associação com as suas bases e a ênfase que se dá à organização e à representação políticas. A associação mantém delegados em todas as regiões do estado, que são treinados para e responsáveis por levantar as demandas gerais dos associados para serem posteriormente tratadas pelas comissões temáticas da entidade, que por sua vez estão em contato direto com os governos estadual e federal. Ademais, a Aprosoja MT também opera uma série de programas em todo o estado, que incluem orientações diretas ao produtor, grupos de discussão, palestras, treinamentos, coleta de dados estatísticos, formação de lideranças, parcerias em pesquisa agrária, além de programas sociais e de recuperação ambiental. Os vários eventos promovidos pela associação no período foram frequentemente patrocinados por grandes transnacionais do agronegócio.

A Aprosoja MT também mantém laços estreitos com a Assembleia Legislativa e com o governo do estado, tendo inclusive ocupado cargos nessas instâncias com seus quadros, como é o caso de Ricardo Tomczyk – presidente da associação de 2014 a 2015 – na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, e de Carlos Fávaro como vice-governador de Mato Grosso de 2015 a 2018 e secretário do Meio Ambiente de 2016 a 2017. Nas palavras de um dos ex-presidentes da associação: “Em âmbito estadual, a Aprosoja tem um relacionamento estreito com os poderes Executivo e Legislativo, o que leva a um canal de comunicação direto para discutir as demandas do setor do agronegócio” (MT2016.022, MT2016.154). Com efeito, a proximidade da associação com os poderes estaduais é também física, uma vez que sua sede

¹¹ Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/sobre-nos/historia/>> Acesso em 07 fev. 2023.

está a dezenas de metros das sedes dos poderes do estado, no Centro Político Administrativo de Cuiabá.

Como já apontado, a Aprosoja MT também sustenta a ISGA, entidade que trabalha em nível internacional principalmente para abertura de novos mercados, contra impostos sobre exportação e pela liberação de transgênicos e agrotóxicos. Contudo, as relações exteriores da Aprosoja MT são ainda mais amplas. Há inúmeros relatos de missões internacionais periódicas financiadas pela associação, principalmente para os Estados Unidos, União Europeia, Cone Sul e China. Ademais, a associação também declara que recebe, em média, uma comitiva estrangeira por bimestre em sua sede, com o objetivo de promover o agronegócio mato-grossense para os estrangeiros, seja para atrair investidores, seja para abrir mercados consumidores (MT2016.039). Como aponta Endrigo Dalcin:

“A gente sabe que há 11 anos estávamos em um momento difícil, quando criamos a Aprosoja. Hoje ela é a maior entidade do Brasil em representatividade. Fazemos um grande trabalho, também, fortalecendo a Aprosoja Brasil e criando outras Aprosojas. A união precisa existir porque nós precisamos falar em nome da cadeia lá fora [no exterior]” (MT2017.129).

Ademais, a Aprosoja MT também mostrava ser, à época, bastante articulada junto às demais associações do agronegócio mato-grossense e nacional. A entidade compunha o Sistema Famato, que é uma das 27 entidades sindicais de grau superior que integram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e mostrava bastante proximidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT), o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) e a Fundação Mato Grosso. Em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Aprosoja MT também criou e mantinha o Soja Plus desde 2010, programa que auxiliava milhares de produtores no país a se adequarem à legislação trabalhista e ambiental, garantindo acesso a mercados estrangeiros mais exigentes, como o europeu.

Por sua vez, a Aprosoja Brasil também conquistou bastante relevância no cenário nacional do agronegócio desde os anos 2000, passando a representar mais de 240 mil produtores em 2021¹². Em 2014, o então presidente da associação, Glauber Silveira, afirmava: “Hoje, já somos 12 Aprosojas estaduais, representamos mais de 90% da área plantada e consolidamos a Aprosoja como um modelo de sucesso na representação dos sojicultores deste país” (BR2014.060). Seu sucessor, Almir Dalpasquale, em relação ao porte dos associados, destacou:

¹² APROSOJA BRASIL. Nota à imprensa. 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2021/08/10/aprosoja-br-critica-aprovacao-de-joint-venture-pelo-cade/>>. Acesso em 27 mai. 2022.

“Hoje, os maiores produtores de grãos do País estão ligados à Aprosoja, mas é preciso dizer que estamos aqui para representar todos os perfis de produtores, desde os pequenos até os grandes” (BR2014.061). Ademais, tanto Silveira, como Dalpasquale e seu sucessor, Marcos da Rosa, apareceram em 2014 e 2017 entre os 100 maiores nomes do agronegócio nacional, de acordo com a revista Dinheiro Rural (BR2014.117, BR2017.082).

Quanto à questão do porte dos associados, no entanto, cabe salientar que ambos os entrevistados 1 e 2 indicaram que os associados da Aprosoja, na maioria dos casos, produzem em médias propriedades, havendo também aqueles de pequena escala. De fato, o entrevistado 1 apontou que mega produtores, que são poucos no país, pouco têm a agregar às associações da classe, pois “pensam só no umbigo deles” e agem politicamente (ou seja, na cena política) diretamente, defendendo os interesses de suas grandes empresas, como é o caso da Amaggi. Com efeito, demandas políticas de primeira ordem da Aprosoja, como a por seguro agrícola, são típicas de médios e pequenos capitais, uma vez que não há seguro agrícola subsidiado pelo Estado para grandes produtores (BR2017.165). Da mesma forma, a Aprosoja também se concentra na defesa dos interesses da lavoura em si, e não dos demais segmentos da cadeia produtiva da soja, dado que, como apontado na seção anterior, os sojicultores raramente diversificam seu capital para além da agropecuária estrita.

A literatura reconhece a importância das entidades representativas, e especificamente da Aprosoja, como forma de garantir maior resiliência econômica e poder político para os produtores rurais. Bicudo Da Silva et al. (2020) indicam que a associação é uma oportunidade para que os sojicultores atuem como um *player* maior frente às transnacionais da cadeia da soja, o que foi confirmado pelos entrevistados 1 e 3. Chadadd (2016) aponta que produtores engajados em associações têm menores custos produtivos e conseguem melhores preços. O autor também indica a importância da organização dos produtores em cooperativas como forma de aumentar o poder de barganha e garantir o fornecimento de serviços de uso comum. Para o autor, o associativismo é o único meio pelo qual os pequenos e médios produtores podem ter condições de competir no mesmo nível que grandes grupos familiares e corporativos, o único meio de sobrevivência enquanto produtores comerciais (CHADDAD, 2016, BICUDO DA SILVA et al., 2020). No entanto, conforme apontou o entrevistado 6, embora o sistema de cooperativas ainda seja muito forte no Sul do país, as cooperativas se tornaram grandes empresas, que não mais operam num sistema cooperativo no sentido mais forte da palavra, provendo assistência técnica e oportunidades de integração para os produtores, mas sim visando ao seu próprio lucro.

Sobre a representação de interesses do agronegócio, Pompeia (2020) indica que, até os anos 2010, ela se organizava de forma múltipla – contrariando a orientação unitária que prevalecera até os anos 1990 (GRAZIANO DA SILVA, 2010) – destacando-se as associações especializadas em determinadas cadeias produtivas. É o caso da Aprosoja MT e da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), que ganharam ímpeto nos anos 2000 a partir dos recursos advindos das exportações, no contexto de *boom* das *commodities*. Foi a partir desse rápido crescimento que essas duas associações financiaram a criação do Instituto Pensar Agro (IPA), em 2011. Hoje, o IPA é o principal núcleo de representação e articulação política do agronegócio, responsável por orientar os posicionamentos da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), conhecida como “bancada ruralista” (POMPEIA, 2020).

Segundo Pompeia (2020), ao longo dos anos 2010 e por meio do IPA, foi gestado um novo padrão de representação política do agronegócio, que visa fazer convergirem os interesses de seus diferentes setores e ampliar sua força política. Esses diferentes setores passaram a agir de forma concertada, ocultando do público os conflitos materiais existentes entre si e enfatizando demandas políticas transversais, notadamente a questão fundiária e o que denominam “insegurança jurídica” – termo geral que engloba todo tipo de inconveniente ou ameaça à propriedade da terra ou à produção, como políticas ambientais ou sociais, por exemplo. Esse novo padrão de representação tem seu primeiro marco de atuação na votação do Código Florestal em 2013 (POMPEIA, 2020).

Não obstante, esse novo padrão não implicou a decadência das organizações por produto, como a Aprosoja, mas apenas sua secundarização. Essas organizações continuaram atuando de forma paralela à concertação promovida por meio do IPA, principalmente nas câmaras temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), como é o caso da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, cuja criação foi promovida pela Aprosoja. Com efeito, ao menos até 2015, a Aprosoja e a Ampa continuaram sendo preponderantes no IPA, por terem maior participação no financiamento do instituto. Ademais, o IPA foi presidido por representantes dessas associações até 2016. Foi só a partir de 2015 que se ampliou o financiamento por uma série de outras associações – a maioria ligada à agroindústria e não diretamente à agricultura patronal. A partir daí, a agroindústria começou a ter um papel cada vez mais decisivo no interior do IPA, eclipsando o domínio das associações da agricultura patronal. Como aponta Pompeia (2022), embora estas ainda tenham protagonismo público, nos bastidores o poder daquelas é suficiente para barrar iniciativas em que seus interesses diverjam dos da lavoura (POMPEIA, 2022).

De fato, nas publicações da Aprosoja, principalmente no começo do período sob estudo, a associação aparece como importante elo do IPA e da FPA, conforme mostram os relatos de deputados que ocuparam a presidência da frente:

“[...] Moreira Mendes destacou a força e representatividade da Aprosoja que, segundo ele, junto com outras entidades é corresponsável pela atual organização e conquistas alcançadas pela FPA e os produtores brasileiros. [...] Homero Pereira afirmou que a Aprosoja é considerada atualmente um dos melhores exemplos de organização dos produtores no Brasil e representa o que ele considerou o que gostaria que houvesse com todos os produtos da agricultura: uma organização profissional. ‘A Aprosoja se organiza através do produto, não através do produtor. Tem mostrado, naquilo que lhe compete, sua importância brigando por novos mercados, fazendo o *marketing* da soja, qualificando os produtores, fazendo prospecção de mercado, interagindo institucionalmente seja com outras entidades, seja com o parlamento. Sem dúvidas é uma entidade que tem dignificado seus associados’, afirmou o deputado” (BR2012.005).

Do lado da associação, o apoio à representação da FPA também é uma constante:

“Nosso setor está muito bem representado no Congresso Nacional com a maior bancada da casa. Atualmente, temas e demandas do cotidiano e das nossas propriedades são trazidos para cá, e aqui são solucionados, ou seja, nossos parlamentares trabalham em prol da sustentabilidade do campo e a favor do crescimento do país” (BR2015.139).

Cabe salientar que, à época do *impeachment*, a FPA englobava quase metade dos parlamentares de ambas as casas legislativas, o que evidencia sua importância na tramitação desse processo. Com efeito, a frente parlamentar teve papel proeminente tanto no impedimento de Rousseff quanto na posterior manutenção de Temer no cargo de presidente, diante das denúncias de que ele passou a ser alvo (POMPEIA, 2022).

Dessa forma, a rede Aprosoja tem relevante papel representativo no âmbito do agronegócio nacional. Além disso, a despeito da heterogeneidade que possa haver entre os proprietários de terra produtores de soja, seja em termos de porte da propriedade, volume de produção, região ou diversificação do capital, a Aprosoja Brasil opera de forma a convergir os interesses específicos dos sojicultores para incorporá-los à agenda do governo. Afinal, apesar das diferenças que possa haver entre os milhares de sojicultores de todo o país, suas convergências em termos de demandas políticas prevalecem. É por essa razão que as publicações da rede Aprosoja são tomadas nesta pesquisa como expressão do interesse de classe do médio capital sojicultor, que opera de forma concertada no processo político sob estudo.

2.3 Conflitos na Cadeia da Soja

A presente seção trata dos principais conflitos de interesse presentes na cadeia produtiva da soja, entre os sojicultores e os demais segmentos a montante e a jusante. Reconhecendo a posição econômica subordinada que a sojicultura ocupa em sua cadeia produtiva, bem como sua organização política para mitigar essa subordinação, é relevante destacar os principais conflitos que os sojicultores nutrem com os grandes capitais, a fim de compreender as demandas e os posicionamentos políticos da sojicultura – temas do próximo capítulo – e a classificação do médio capital sojicultor como uma burguesia interna.

Inicialmente, conforme apontaram os entrevistados 1, 2 e 3, é importante destacar que a escala de produção influencia as relações que os sojicultores entretêm com os demais segmentos de sua cadeia produtiva. No Sul do país, onde as propriedades são menores e o cooperativismo é bastante disseminado, os produtores nutrem relações mais estreitas com as cooperativas, revendas de insumos e cerealistas. É um mercado distinto dos produtores comerciais do Centro-Oeste que, por serem maiores, têm maior poder de barganha para realizar compras diretas junto aos grandes capitais estrangeiros. Em muitos casos, a própria Aprosoja é responsável por viabilizar a união de produtores para obter melhores condições de negociação com as grandes empresas. Contudo, mesmo que haja intermediários, a venda da soja sempre se dá, em última instância, para as grandes *tradings*, sendo que não há diferença na relação dos produtores com as *tradings* estrangeiras ou as nacionais.

Segundo Pompeia (2020), a despeito de o novo padrão de representação baseado na concertação de interesses amplos do agronegócio ter levado à consecução de demandas importantes do setor, ele não deixa de ser ameaçado por conflitos latentes – e por vezes explícitos – entre seus diferentes segmentos. Embora reconheça a existência de conflitos intrassetoriais, o pesquisador aponta para a maior relevância dos conflitos intersetoriais, ao salientar as disputas distributivas entre agropecuária e indústria, com destaque “para as relações entre sojicultores e *tradings*, e entre representações da agricultura patronal e corporações de agrotóxicos” (POMPEIA, 2020).

De fato, a Aprosoja mantém alguns atritos nas relações com outras entidades do agronegócio, principalmente com aquelas que representam capitais da agroindústria. Em 2020, por exemplo, a Aprosoja Brasil se desligou da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), uma das principais associações a agregar os interesses do setor, mas que é composta principalmente por entidades do setor secundário, isto é, por segmentos da agroindústria (POMPEIA, 2020). Há também críticas à Abiove, representante dos compradores de grãos (da

indústria esmagadora) e por vezes associada aos interesses das grandes *tradings* estrangeiras. A seguir são evidenciados os principais conflitos de interesse identificados pela análise de conteúdo realizada nesta pesquisa nas publicações da Aprosoja Brasil e da Aprosoja MT. Destaca-se que não se trata de conflitos antagônicos – isto é, que possam ameaçar a reprodução do médio capital sojicultor enquanto classe – mas que ainda assim podem ajudar a compreender as mudanças no posicionamento político da Aprosoja desde antes do golpe do *impeachment* até hoje, em que a associação se destaca no agronegócio por suas posições mais extremistas¹³.

Em consonância com o que aponta Pompeia (2020), os dois principais atritos que a Aprosoja mantém no interior da cadeia da soja são com as *trading companies* compradoras da soja e com os grandes capitais estrangeiros fornecedores de insumos, principalmente sementes transgênicas e agrotóxicos. A vasta maioria das críticas registradas nas publicações da Aprosoja contra os demais segmentos do setor se enquadra nessas duas categorias. É importante destacar que esses segmentos são compostos por grandes capitais de origem majoritariamente estrangeira, e as críticas são frequentemente direcionadas ao poder de mercado excessivo desses grupos.

Como indicam Bicudo Da Silva et al. (2020), desde os anos 2000, houve um processo de migração da pesquisa por novas cultivares (novas variedades de sementes de soja) do setor público – basicamente da Embrapa – para o privado. Ao longo dos anos 2010, foi frequente o lançamento de novas variedades pelas grandes empresas oligopolistas do setor, que dificultam o acesso a variedades antigas ou convencionais (não transgênicas). Essas novas tecnologias aumentaram significativamente os custos dos sojicultores com a aquisição de sementes no período. De sua parte, os sojicultores buscam combater esse aumento de custos com a prática de salvar as sementes, que consiste em guardar parte das sementes colhidas para o plantio da safra seguinte, prática que é legal quando as sementes salvas são usadas pelo próprio agricultor, mas por vezes os produtores comercializam essas sementes, o que é considerado pirataria quando as sementes possuem tecnologias patenteadas. Estima-se que em torno de 30% das sementes plantadas em Mato Grosso são pirateadas (BICUDO DA SILVA et al., 2020). Segundo o presidente da Aprosoja Brasil em 2015:

“Segundo Dalpasquale, o produtor não encontra no mercado sementes que não sejam de última geração, porque grandes empresas dominam o mercado e só oferecem produtos com alta rentabilidade para elas. Ele considera importante que estejam disponíveis no mercado também ‘variedades convencionais’ de sementes. De acordo

¹³ POMPEIA, Caio. O Agrobolsonarismo. Revista Piauí, Edição 184, janeiro 2022. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>>. Acesso em 13 fev. 2023.

com Almir, as sementes de alta tecnologia não necessariamente trazem mais produtividade” (BR2015.136).

Dado esse cenário, é compreensível que os produtores dirijam críticas frequentes à principal empresa fornecedora de sementes – a Monsanto, que controlava 26% do mercado (BR2015.136). Embora reiterem reconhecer que o pagamento de *royalties* pelas sementes é fundamental para financiar a pesquisa de novas cultivares, os sojicultores consideram esses valores excessivos e o modo de cobrança inadequado, como apontou o entrevistado 1. De fato, a Aprosoja indicou que os sojicultores brasileiros pagavam 150% a mais pelas sementes transgênicas da Monsanto que seus pares argentinos e paraguaios (BR2017.286, MT2018.053). Ademais, por duas vezes, em 2012 e 2017, a Aprosoja entrou com uma ação contra a empresa, acusando-a de cobrar *royalties* sobre patentes vencidas e, em ambos os processos, a Aprosoja saiu vencedora (BR2012.024, BR2013.026, BR2017.369, MT2017.249)

Nesse sentido, são recorrentes as acusações de que a empresa, por meio de seu largo poder de mercado, tentaria tornar os sojicultores meros apêndices de suas atividades. Há muitas críticas à concentração do mercado – como no caso da contrariedade dos sojicultores à fusão da Bayer com a Monsanto – e ao risco de verticalização dos desenvolvedores de cultivares. Isso porque, no Brasil, o mercado de sementes é dividido entre os obtentores, que desenvolvem as cultivares, e os multiplicadores, que multiplicam e vendem essas sementes. Há um grande temor de que as mesmas empresas controlem ambas as atividades, o que geraria aumento nos preços das sementes. Ademais, os produtores também criticam as empresas de transgenia por não incentivar ou auxiliar a prática de refúgio sanitário pelos sojicultores, que consiste em manter áreas delimitadas de lavoura mais vulneráveis a pragas, para que as áreas principais não sejam afetadas. Sem a adoção dessa prática, as sementes transgênicas perdem seu potencial de resistência a pragas mais rapidamente (BR2013.093, BR2014.211, BR2015.132, MT2017.220).

Contra a tendência de concentração no mercado de sementes, os produtores defendem reiteradamente investimentos estatais na pesquisa de novas cultivares, por meio da Embrapa. Em parceria com a Embrapa, a Aprosoja MT mantinha um programa de incentivo ao uso de variedades convencionais da soja, o Soja Livre, que se tornou uma associação própria em 2017. O objetivo do programa era garantir a autonomia e o poder de escolha do sojicultor, bem como a competitividade no mercado de sementes. Ademais, também há uma disputa constante em torno da Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/97), que trata da proteção dos direitos intelectuais sobre cultivares. Os sojicultores se colocam contra a ampliação dos direitos dos obtentores sobre a comercialização das sementes (como fizeram no caso do PL 2.325/07) e defendem de forma intransigente o seu direito de salvá-las (BR2013.044, BR2013.080,

BR2017.388, MT2018.157). Segundo o entrevistado 2, é por conta desses impasses entre produtores e obtentores que as discussões sobre a lei já duram anos, sem avanço. Já o entrevistado 1 aponta que, embora tenha havido momentos em que os sojicultores se colocaram a favor de alterações na lei, sua aprovação hoje apenas os prejudicaria em favor das grandes empresas.

Quanto aos demais insumos, como agrotóxicos e fertilizantes, as críticas não são direcionadas a empresas específicas, mas à concentração no mercado. Do ponto de vista dos sojicultores, a morosidade na liberação de agrotóxicos apenas favorece as empresas responsáveis por vendê-los, ao reduzir a competição entre diferentes produtos e viabilizar o aumento de preços. Da mesma forma, a dependência de importações que o país possui no mercado de fertilizantes também acaba por prejudicar principalmente os produtores. Como forma de superar esses gargalos, os sojicultores defendem a produção nacional de insumos e a liberação de agrotóxicos, sempre com um discurso direcionado ao aumento da competição via mercado, mas sem deixar de considerar a necessidade de investimentos estatais. A tendência, no entanto, é de um controle cada vez maior das tecnologias da lavoura pelo setor privado e por um número reduzido de oligopólios (BR2012.023, BR2014.030, MT2016.263, MT2017.262). É interessante notar que demandas semelhantes por intervenção estatal e nacionalização no setor também estavam presentes em outros segmentos do agronegócio que compuseram a frente neodesenvolvimentista e depois a abandonaram, como constata Boito Jr. (2018) para o caso dos usineiros paulistas. Na conjuntura do segundo mandato de Lula da Silva e do primeiro mandato de Rousseff, os usineiros demandavam uma associação à Petrobrás, para os proteger da concorrência contra o capital estrangeiro, que consideravam desigual (BOITO JR., 2018, p. 86-88).

No período sob estudo, a principal fonte de atrito dos sojicultores com as *tradings* é a classificação de grãos. Trata-se do processo que determina a qualidade das cargas de soja no ato da venda, atribuindo preços menores aos lotes de menor qualidade (com mais umidade, mais grãos partidos ou fermentados etc.). Há críticas a esse tema em todos os anos do período, mas elas se intensificam a partir de 2016 – momento de crise da lavoura, tratado no próximo capítulo. Os sojicultores criticam a rigidez da classificação e a arbitrariedade dos descontos impostos pelos compradores. Eles se sentem lesados principalmente quando os preços caem, situação em que os descontos das *tradings* aumentam sem justificativa, ao mesmo tempo em que não recebem prêmio na venda de cargas de qualidade superior. Nas palavras de Antônio Galvan, então presidente da Aprosoja MT, “são muitos os casos de classificadores que apresentam laudos com muitos problemas na carga com o objetivo de extorquir os produtores.

Se instalou uma verdadeira máfia da classificação” (BR2018.016). Para defender os produtores, a Aprosoja apoiou a criação de uma Câmara Arbitral de Grãos ligada ao Mapa e a revisão dos critérios técnicos como forma de mitigar os conflitos com os compradores da soja (BR2013.041, BR2014.033, BR2015.027, BR2016.034, BR2016.064, BR2017.063, BR2018.131). Segundo o entrevistado 4, a associação tem tido um papel fundamental na representação dos interesses dos produtores nos casos da classificação de grãos e do pagamento de royalties pelas sementes transgênicas.

De fato, Bicudo Da Silva et al. (2020) indicam que as práticas de classificação de grãos adotadas pelas *tradings* são consideradas injustas e geram vulnerabilidade para os produtores, de modo que a Aprosoja MT criou, em 2015, um programa próprio de classificação de grãos em associação com o Mapa (BICUDO DA SILVA et al., 2020). Ademais, a Aprosoja também critica as *tradings* por imporem fretes mais caros e absorverem altas no preço internacional da soja, sem repassá-las aos produtores, o que só é possível dado o poder de mercado dessas grandes empresas diante dos sojicultores (BR2016.019, BR2018.072).

É só no final do período sob estudo, em 2017 e 2018, que começam a aparecer as críticas ao posicionamento das *tradings* quanto à questão ambiental, que se tornaram preponderantes nos últimos anos e fonte de importante divergência no seio do agronegócio (POMPEIA, 2022). Em 2017, os produtores se mostraram preocupados quanto às restrições de mercados importadores da soja por motivos ambientais. Já em 2018, eles se posicionaram contra a Moratória da Soja na Amazônia, um acordo entre importadores de soja, *tradings* e produtores que visa impedir a compra de soja proveniente de áreas desmatadas na Amazônia, e cuja ampliação para o bioma do Cerrado começou a ser discutida em 2017. Para os sojicultores, a Moratória desrespeitaria o Código Florestal e a imagem dos produtores, por isso as *tradings* deveriam ser legalistas na defesa do Código contra a Moratória (BR2017.063, MT2018.130).

Cabe acrescentar que, durante os anos sob estudo, a Aprosoja MT mantinha, em parceria com a Abiove, o programa Soja Plus. Como já citado, esse programa, criado em 2010, auxiliava milhares de sojicultores em diversos estados a se adequarem às legislações trabalhista e ambiental. O programa foi muito celebrado ao longo de 2016 e 2017, quando se avançou na assinatura de memorandos com a China e a União Europeia que reconheceriam a sustentabilidade da soja dos produtores vinculados ao programa, facilitando a exportação para esses mercados e abrindo a possibilidade da cobrança de um prêmio na venda da soja sustentável. Em 2017, o Soja Plus chegou inclusive a contar com o financiamento milionário da The Sustainable Trade Initiative, uma organização não governamental estrangeira, para o restauro de áreas de proteção permanente. Do ponto de vista do entrevistado 4, esse programa

cumpria uma função fundamental no combate à visão de que a soja brasileira não seria sustentável.

Atualmente com o nome de AgroPlus, o programa é coordenado pela Abiove e recebe o apoio de todas as grandes *tradings*. No entanto, não há registros da participação da Aprosoja no *site* do programa¹⁴. Questionado a respeito, o entrevistado 3 apontou que discordâncias entre os dirigentes mais recentes da Aprosoja MT e da Abiove levaram ao rompimento da parceria. Segundo ele, a Aprosoja ainda coordena o programa em Mato Grosso, com outro nome, mas sem a relevância que ele vinha alcançando na década passada. Da mesma forma, atualmente a Aprosoja não faz mais parte do Sistema Famato, que reúne os sindicatos rurais e entidades da agropecuária de Mato Grosso, onde a Aprosoja MT tinha papel de destaque. Esse recente isolamento da Aprosoja, segundo o mesmo entrevistado, está relacionado aos posicionamentos das novas diretorias da associação, que se capitalizaram politicamente sobre a insatisfação dos produtores para buscar soluções mais “extremistas” para os problemas da lavoura, em vez de continuar construindo os fóruns de discussão de que a Aprosoja fazia parte. É possível inferir que o atual contexto de disputa com as *tradings* e sua representação em torno da questão ambiental é central para explicar esse processo de isolamento. O entrevistado 1 confirmou que as divergências em torno desse tema se intensificaram nos últimos anos e geraram importantes impasses entre o “agro” e o “negócio”.

Para além das divergências de interesse com seus fornecedores e com as *tradings*, cabe citar outros conflitos indicados nas publicações da Aprosoja, que compreendem, embora de forma mais pontual, todos os demais segmentos envolvidos na cadeia da soja. Uma crítica presente em diferentes períodos, e inclusive citada pelos entrevistados 2, 3 e 6, é em relação aos bancos e seguradoras. Do ponto de vista dos sojicultores, em muitas ocasiões, o crédito fornecido pelo governo por meio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) acaba por beneficiar mais os bancos com liquidez do que os produtores com financiamento, devido ao conjunto de garantias exigidas pelos bancos, principalmente em períodos de aumento dos juros: “os bancos ganham muito dinheiro emprestando o dinheiro do crédito oficial, mas o produtor está pagando essa conta” (BR2015.124).

Uma reclamação bastante recorrente é quanto à exigência, por parte dos bancos, de que o produtor contrate um seguro rural para ter acesso ao crédito, o que eles consideram como uma forma de venda casada, prática que é ilegal. No mesmo sentido, também criticam o formato do seguro rural, pois a subvenção do governo seria paga às seguradoras e, em muitos casos, não

¹⁴ Disponível em < <https://agroplusbrasil.com.br> > Acesso em 07 fev. 2023.

chegaria aos produtores na forma de renda para os sustentar até a próxima safra. Há, nesse sentido, uma noção de que os agentes financiadores da agricultura obteriam vantagens sobre os produtores, principalmente por meio da retenção dos recursos estatais que deveriam ir para a agricultura. Novamente, essa situação é atribuída ao poder de mercado desses agentes, e os sojicultores chegam a defender que o aumento da competição no mercado de seguros e a pedir para que as instituições financeiras não repassem seus aumentos de custos para o setor produtivo (BR2014.067, BR2014.199, BR2015.124, BR2016.012, BR2016.071, BR2017.210, BR2017.261).

Há um questionamento pontual em 2016, durante grave crise da sojicultura, contra a taxação da agricultura para favorecimento da indústria processadora. Embora se trate de uma demanda pontual, é interessante destacar que, no Brasil, a exportação de soja sem processamento (em grão) é isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela Lei Complementar 87/96, conhecida como Lei Kandir. O farelo e o óleo de soja, contudo, não são desonerados desse impostos para a exportação. Dessa forma, o pleito intransigente dos sojicultores pela manutenção da Lei Kandir é responsável por reduzir a competitividade da indústria processadora em favor da agricultura e pode ser considerado um ponto de tensão com outros segmentos da cadeia, um dos poucos em que os sojicultores conseguem fazer prevalecer sua vantagem frente aos demais. Para os sojicultores, inclusive, o fim da Lei Kandir prejudicaria principalmente os produtores menores, gerando concentração das terras e favorecimento do capital estrangeiro (BR2016.074, MT2015.028, MT2016.132).

A oposição a grandes capitais estrangeiros aparece pontualmente nas publicações da Aprosoja, para além dos conflitos com fornecedores de insumos e *tradings*. É o caso da questão da liberação da compra de terras por estrangeiros, à qual os sojicultores se opõem, como confirmaram os entrevistados 1 e 2. Para os produtores, abrir o estoque de terras do país ao capital estrangeiro seria prejudicial, pois geraria volatilidade na economia dos municípios agrícolas e elevação no preço dos arrendamentos (BR2017.088). Ademais, há também críticas pontuais dos sojicultores aos capitais ligados à logística da cadeia, principalmente quanto ao tabelamento do frete, contra o qual o setor apresenta ferrenha oposição, já que o frete compõe parte importante dos custos da sojicultura. Há acusações de que as transportadoras e os distribuidores de combustíveis teriam ganhos excessivos sobre os produtores, bem como uma crítica à fusão das empresas de transporte ferroviário ALL e Rumo, o que geraria concentração do mercado e alta nos preços (BR2014.150, BR2014.204, BR2018.198). Essas duas demandas políticas dos sojicultores são discutidas mais amplamente no próximo capítulo.

Por fim, é importante destacar mais um aspecto típico do discurso de médio capital dos sojicultores em sua oposição a grandes capitais. É comum, ao longo do período sob estudo, mas principalmente no último biênio, o discurso contra organizações não governamentais (ONGs) e atores nacionais ou estrangeiros que supostamente trabalhariam em favor de interesses estrangeiros e contra a sojicultura brasileira. É um discurso mais ou menos difuso e que pode variar o alvo de sua crítica, sejam os competidores da soja brasileira (Estados Unidos e Argentina) ou seus compradores mais exigentes (União Europeia). No entanto, em geral permeia a questão ambiental, podendo se estender à indígena (BR2013.095, BR2017.411, BR2018.196, MT2018.144).

Conforme explicou o entrevistado 5, é de interesse de países importadores da soja – principalmente os europeus – manter sua segurança alimentar, embora a agropecuária em seu território seja mais cara e exija muito mais subsídios estatais que no Brasil. Nesse sentido, esses países financiariam ONGs e outros agentes para difamar a agropecuária brasileira, principalmente em termos ambientais, a fim de impedir que ela se desenvolva e se torne capaz de “alimentar o mundo” a preços mais baixos, a ponto de tornar a agropecuária europeia inviável. Além disso, tornar-se o “celeiro do mundo” garantiria ao Brasil maior relevância geopolítica do ponto de vista das cadeias alimentares, o que poderia ser uma ameaça a países com menor segurança alimentar. De forma complementar, o entrevistado 2 indica que seria do interesse de estrangeiros que o Brasil não se tornasse uma potência agropecuária:

“É que o mundo desmatou, não tem código ambiental, fez, aconteceu, levou madeira do Brasil, tudo, e agora que o Brasil está virando uma grande potência agrícola eles não querem que o Brasil abra [novas áreas agrícolas]. [...] E aí tem gente que muitas vezes defende isso também, não entende, acha que beleza, tá bonito, por quê? Porque nós temos que ficar, não podemos ser uma grande potência mundial, nós temos que ser sempre um ‘paisinho’, que fica dependendo de pedir benção para os Estados Unidos, pedir benção para a China, pedir benção para todo mundo. Um país pobre. É essa que é a verdade, tem gente que acha que o Brasil tem que ser país pobre, e a gente, nós, todo mundo virar índio, entendeu? Plantar mandioca e caçar no campo” (Entrevista 2).

Portanto, do ponto de vista dos sojicultores, é o receio de que o Brasil se torne uma potência agropecuária – e, por conseguinte, econômica – que explica as acusações, principalmente por parte de estrangeiros, de que a soja brasileira não seria ambientalmente “responsável”. Como já apontado, esse conflito ganha ímpeto a partir de 2017, com a tentativa de extensão da Moratória da Soja ao Cerrado e a adesão (ao menos discursiva) das grandes *tradings* ao discurso ambientalista, o que passaria a ser criticado pelos sojicultores nesses

mesmos termos. O que se observa, por trás das críticas às ONGs e a ambientalistas, é uma crescente oposição discursiva aos grandes capitais da cadeia da soja por parte da lavoura, tendo como cerne a questão ambiental. Como apontou o entrevistado 3, as ONGs estrangeiras investiriam contra a produção brasileira e, de acordo com o entrevistado 1, as grandes empresas da cadeia estariam do lado dos interesses europeus, que seguem cada vez mais uma linha de “ambientalização esquerdizante”. De forma complementar, o entrevistado 2 indica que, para a sojicultura, a vantagem de um governo de direita seria que “ele não é refém, por exemplo, de outros países, né? Ele defende a soberania nacional, defende código ambiental brasileiro, ele defende que nós temos 60% das reservas nossas totalmente intocadas”.

Como é possível perceber, embora não se trate de divergências antagônicas, o médio capital sojicultor manteve, no período, uma série de tensões e conflitos com os demais capitais da cadeia produtiva da soja. Destacam-se os conflitos com os fornecedores de insumos – principalmente sementes e agrotóxicos – e as trading companies, mas essas disputas distributivas vão além, conforme se mostrou. Na maior parte dos casos, os sojicultores mantêm um discurso típico de médio capital, criticando a concentração do capital a montante e a jusante como causa de preços elevados, responsáveis pela transferência de excedentes da lavoura para essas demais atividades, e demandando apoio do Estado contra esses grandes capitais. Ademais, a despeito de esses grandes capitais não serem integralmente estrangeiros, eles o são em sua maioria, e a oposição a eles é alimentada pelo discurso de que diferentes entes trabalhariam em favor do capital estrangeiro, buscando impedir o desenvolvimento da sojicultura brasileira e do país. Tais constatações empíricas contribuem para a validar a classificação do médio capital sojicultor como burguesia interna no período sob estudo, que teria composto a frente neodesenvolvimentista que sustentou os governos encabeçados pelo PT.

2.4 Conclusões

O presente capítulo teve como objetivo apresentar a posição econômica do médio capital sojicultor na cadeia produtiva da soja, sua organização política por meio de uma rede de associações representativas e os principais conflitos que essa rede alimenta no interior da cadeia e do agronegócio.

A partir do exposto, destaca-se a importância da cadeia produtiva da soja para o agronegócio global e para a economia brasileira, bem como a posição subordinada a que os sojicultores são relegados nessa cadeia em relação aos grandes conglomerados majoritariamente estrangeiros, posição que é típica da lavoura capitalista moderna, mas que

encontra precedentes históricos. Ressalta-se também o caráter predominantemente médio do capital focado na lavoura de soja, a despeito das diferenças que existem entre seus exemplos mais típicos, os sojicultores cooperados da região Sul e os produtores comerciais de soja no Centro-Oeste e do Matopiba. É nesse sentido que esta pesquisa defende denominar esse segmento burguês como médio capital sojicultor.

Ademais, evidencia-se também a organização política ampla, capilarizada e atuante na cena política que o médio capital sojicultor foi capaz de desenvolver desde os anos 2000 por meio da rede Aprosoja. Embora tenha perdido parte de sua pujança desde o fim do *boom* de *commodities*, a Aprosoja continua como uma das principais organizações do agronegócio nacional. Ela se mostra capaz de fazer convergirem os interesses dos milhares de sojicultores brasileiros (a despeito das heterogeneidades presentes entre eles), de defender os interesses da sojicultura no interior da cadeia produtiva e de influenciar os fóruns de concertação do agronegócio. É por conta disso que as publicações da rede Aprosoja e a opinião de seus representantes são tomadas nesta pesquisa como expressão consolidada do interesse de classe do segmento burguês sob estudo.

Por fim, destacam-se os conflitos presentes no seio da cadeia produtiva da soja, em que os sojicultores se opõem – embora não de forma antagônica – aos grandes capitais majoritariamente estrangeiros de sua cadeia, principalmente os fornecedores de insumos e as *trading companies*. Além de alimentar um discurso contrário à concentração dos capitais da cadeia, a Aprosoja tem intensificado, nos últimos anos, os conflitos que dizem respeito à questão ambiental. Tais observações empíricas vêm a confirmar o caráter médio do capital sojicultor, bem como evidenciam que os conflitos na cadeia – que parecem ter se intensificado ao longo do período – se dão principalmente em torno do porte dos capitais, mas também em torno de sua nacionalidade, ou seja, os fracionamentos de classe se cruzam. Dessa forma, esta pesquisa assinala que o médio capital sojicultor compôs a burguesia interna no período sob análise e, como se observará no próximo capítulo, também fez parte da frente neodesenvolvimentista.

Capítulo 3 - A Sojicultura e as Políticas de Estado

Neste capítulo, apresentam-se os principais resultados obtidos pela pesquisa relativos às políticas demandadas pelo médio capital sojicultor e o atendimento a essas demandas feito pelos dois governos do período estudado – Rousseff e Temer – bem como a relação entre esse capital e o governo nesse mesmo intervalo. Nesse sentido, as demandas políticas identificadas tendem a sustentar que esse segmento compôs a frente neodesenvolvimentista e dela se beneficiou, e que seu apoio ao golpe do *impeachment* está relacionado às políticas de ordem e social do governo Rousseff num contexto de crise econômica, o que prejudicou a rentabilidade do setor. Da mesma forma, os sojicultores não foram capazes de dirigir o movimento pelo *impeachment*, com muitas de suas demandas subalternizadas frente às demais frações burguesas da frente golpista.

Os resultados apresentados neste capítulo estão majoritariamente apoiados na análise de conteúdo das publicações da Aprosoja Mato Grosso e, principalmente, da Aprosoja Brasil. O destaque é dado à Aprosoja nacional pois suas publicações se estendem por todo o período, enquanto as publicações da Aprosoja MT se iniciam em 2015. Ademais, a associação nacional apresenta demandas mais amplas, compreendendo os diversos estados produtores de soja, bem como maior nuance ao longo dos anos, uma vez que as demandas mato-grossenses são muito focadas em infraestrutura logística durante todo o período. Por fim, a análise é complementada pelas entrevistas, por bibliografia a respeito do tema e notícias do período.

3.1 Apontamentos sobre as políticas demandadas pela sojicultura

Nesta seção, apresentam-se alguns aspectos ligados mais propriamente à lavoura e que podem ser importantes para contextualizar as demandas por políticas apresentadas pelos sojicultores e para a compreensão de como essas políticas os afetaram ao longo do período sob estudo. Para começar, é relevante salientar que o ano-safra, na maior parte do Brasil, não segue o ano civil, mas se inicia por volta de julho, fato refletido no próprio PAP, que vige de julho a junho do ano seguinte. No caso da soja, o plantio geralmente se dá a partir de setembro, com o início da primavera, sendo a colheita até abril, com o final do verão. Embora a soja possa ser armazenada e vendida durante todo o ano, a maioria dos sojicultores não tem armazenamento próprio ou sequer tem acesso a armazenamento de terceiros, de modo que a vigência da safra impacta suas demandas por políticas estatais.

Sendo assim, o meio do ano concentra as demandas por financiamento da safra, enquanto o início do ano concentra as demandas por escoamento da produção e políticas de

comercialização e garantia de renda. Da mesma forma, a rentabilidade de uma safra é medida de um ano ao seguinte e é bastante afetada pelas oscilações do real frente ao dólar, como será observado. Para os sojicultores, o ideal é que o real esteja valorizado no momento da compra de insumos, a partir do meio do ano, e desvalorizado no momento de escoamento da produção, no início do ano, ou que ao menos se mantenha estável.

Outro aspecto econômico de grande importância para a lavoura é a taxa de juros. A atividade agrícola, de modo geral, é bastante dependente do crédito em todas as suas fases, seja no pré-custeio (compra dos insumos agrícolas), durante o plantio em si ou após a colheita, quando pode haver dificuldades na comercialização da produção. Dessa forma, aumentos na taxa Selic e nos juros do PAP prejudicam consideravelmente as margens da sojicultura. Como apontaram os entrevistados 3, 4 e 5, embora o crédito federal subsidiado nunca tenha coberto a maior parte da necessidade de financiamento dos sojicultores, principalmente dos maiores, ele atua como importante balizador dos juros de mercado, viabilizando que o mix de recursos dos produtores fique mais barato e permitindo a diluição dos custos.

Outro ponto a ser destacado é que, no Brasil, devido ao clima predominantemente tropical, as lavouras podem produzir mais de uma safra por ano. No entanto, o plantio de soja sobre soja é arriscado – pois favorece a disseminação de pragas – e diversificar a produção é importante, a fim de mitigar riscos econômicos, de modo que os sojicultores normalmente plantam outras *commodities* na segunda safra. Entre elas, destaca-se o milho, que é a segunda *commodity* agrícola mais produzida no Brasil, sendo que ao menos metade dos sojicultores planta soja na safra de verão e milho na safra de inverno, antes conhecida como “safrinha”. Desse modo, os sojicultores também são bastante afetados pelo mercado de milho e pelas políticas direcionadas a essa *commodity*. Não por acaso, a Aprosoja MT é também representante dos produtores de milho do estado.

Cabe ainda destacar que, embora as demandas dos sojicultores como um todo tenham bastante homogeneidade, diferentes regiões sojicultoras podem priorizar de forma diferente suas demandas políticas, dado que as lavouras de soja são espalhadas por quase todo o país. Em Mato Grosso, principal produtor do país, as demandas por logística sempre têm forte apelo, dado que o estado é o mais distante dos portos de exportação e enfrenta grandes custos no escoamento da safra. Em Mato Grosso do Sul, os conflitos com indígenas e com restrições ambientais são particularmente fortes. Nas regiões de fronteira agrícola, como no Amapá, Rondônia, Pará e no Matopiba, as demandas por regularização fundiária e construção de infraestrutura têm destaque. Já no Paraná e Rio Grande do Sul – onde a produção é mais consolidada, mas há mais problemas climáticos e as propriedades são menores – as demandas

por seguro rural e financiamento são mais presentes. A despeito dessas diferenças, reitera-se que a Aprosoja Brasil busca unificar e priorizar essas demandas, sem deixar de garantir que representantes de diferentes regiões manifestem suas reivindicações mais específicas. As demandas políticas que unem os sojicultores, a maior parte delas na alçada do governo federal, são, afinal, mais relevantes que aquelas que os diferenciam.

Por fim, como admite a própria Aprosoja, a agricultura é guiada por políticas estatais. Os sojicultores sabem que o entendimento que o governo tem sobre o setor é crucial na tomada de decisões: “taxas de juros, ambientes de mercado, regras ambientais, legislação: diversas são as intervenções públicas que afetam o cotidiano do agricultor, em sua propriedade ou fora dela” (BR2014.205). Da mesma forma, “os incentivos do governo são fundamentais na agricultura brasileira, pois desta forma evita perdas consideráveis de renda dos produtores” (BR2014.104). Por conseguinte, os sojicultores estão sempre ativos na reivindicação das políticas necessárias ao setor e são profundamente afetados por elas.

3.2 Governo Rousseff e seus antecedentes

Esta seção foca a relação da sojicultura com o governo federal entre meados de 2012 até meados de 2015, buscando fazer uma reconstrução histórica mais detalhada desse período, mas também compreende alguns antecedentes. O que se nota, ao longo desse intervalo de três anos do governo Rousseff, é uma progressiva melhora nessa relação, mas concomitantemente a uma piora contínua no cenário econômico para a soja, principalmente para a sojicultura em si.

No início dos anos 2000, o mercado externo apresentava uma crescente demanda por *commodities* minerais e agrícolas, relacionada ao crescimento econômico a que a China passava a assistir. Durante os governos Lula da Silva (2003-2010), as políticas externa e econômica se alinharam a essa demanda internacional e estimularam no país a exportação de *commodities*. Dessa forma, dava-se continuidade à política de garantia de superávit da balança comercial iniciada no fim dos anos 1990 como forma de manter a estabilidade macroeconômica (BOITO JR., 2007, p. 66). Nesse cenário, o PT favoreceu os interesses do agronegócio no geral, mas três cadeias produtivas se destacaram: a da carne, a sucroalcooleira e a da soja (PARAIZO, 2021).

Diversas foram as políticas que favoreceram essas cadeias. Paraizo (2021) cita os crescentes recursos creditícios do PAP e a diminuição dos juros a eles vinculados, bem como os projetos de expansão de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento relacionados à logística para exportação de *commodities*. Vale destacar que, garantindo mais

recursos estatais para a lavoura, o Estado diminui a dependência financeira dela em relação aos demais elos da cadeia produtiva, aumentando sua autonomia relativa e melhorando sua posição no bloco no poder. De fato, como afirma o entrevistado 2, a atuação dos governos do PT foi boa para o agricultor, uma vez que houve bastantes investimentos e atenção do governo para o setor. No caso da sojicultura, ainda houve a liberação das sementes transgênicas em 2009 (PARAIZO, 2021). Ademais, em 2010, diante do contexto global de estrangeirização de terras e consequente aumento especulativo nos preços fundiários, o governo aprovou o parecer nº LA-01 da Advocacia-Geral da União (AGU), que retomava a lei 5.709/71 e, assim, impunha limites à aquisição de terras por estrangeiros no país, o que na prática criava reservas de mercado para os proprietários nacionais (LIMA, PEREIRA, 2018). Assim, essas políticas contribuíram para que, enquanto o PT esteve no governo, a produção de soja no Brasil crescesse 83%, e o valor de suas exportações em dólares em 350%, o que a tornou o principal produto de exportação do país¹⁵.

Segundo Sauer (2017), os governos do PT se comprometeram a atender uma série de demandas do agronegócio como forma de manter seu apoio, o que bloqueou avanços mais significativos nas políticas sociais no campo, principalmente na expansão e expropriação de terras para a reforma agrária. O preço do apoio se tornou ainda maior, dado que os segmentos mais conservadores do agronegócio – especialmente o patronato rural – sempre nutriram uma desconfiança em relação ao partido e a suas origens populares, o que teria implicado mais concessões. O pesquisador cita o aumento de recursos orçamentários dispostos ao setor, a isenção de taxas para a exportação de *commodities* agrícolas e o perdão e renegociação de dívidas do setor (SAUER, 2017).

Debruçando-se mais especificamente sobre as publicações da Aprosoja Brasil, percebe-se que a safra 2012/2013 de soja foi marcada por bastante otimismo. Apesar de os custos terem ultrapassado pela primeira vez a marca dos dois mil reais por hectare em Mato Grosso, as perspectivas eram positivas, com expansão da demanda internacional por soja, aumento de preços de venda, redução dos juros e desvalorização do câmbio (BR2012.015).

No que tange à relação com o governo, no entanto, as publicações da Aprosoja tiveram cunho majoritariamente crítico. São frequentes, entre 2012 e 2013, as reclamações quanto à falta de prioridade a que o governo relegava a agropecuária e quanto às medidas intempestivas e prejudiciais à lavoura adotadas pelo Executivo. É questionada a falta de uma política agrícola ampla para além do aumento do crédito subsidiado, que envolvesse mais visão

¹⁵ ITC – International Trade Centre. *Trade Map*. Disponível em <<https://www.trademap.org/>>. Acesso em 19 set. 2020.

de futuro no investimento em pesquisa e infraestrutura e no desenvolvimento contínuo da produção. Da mesma forma, critica-se a adoção pelo governo de medidas e políticas repentinas, sem diálogo com o setor, sem explicação ou tempo para adequação, responsáveis por restringir a produção, gerar insegurança jurídica e afetar a renda dos produtores (BR2012.054, BR2012.055, BR2012.057).

Os principais exemplos dessa intempestividade envolvem as questões indígena, trabalhista, ambiental e sanitária. Em 2012, o setor criticou Rousseff pelos vetos¹⁶ realizados ao Novo Código Florestal (lei 12.651/12), que os sojicultores encararam como uma afronta ao extenso debate democrático promovido pelo Congresso para a construção dessa lei. É fato que, embora reiterem que o Código Florestal não atendeu a todos os seus interesses, os sojicultores defendem sua versão final, que é, inclusive, considerada a primeira grande vitória do IPA no Congresso, como já citado (POMPEIA, 2020). Nesse contexto, os sojicultores também criticaram o poder de legislação do Executivo por meio de medidas provisórias (MPs) e ressaltaram a preocupação com a tendência de arbitrariedade do Executivo quando as questões indígenas e trabalhistas fossem pautadas pelo Congresso (BR2012.056).

De modo geral, essas quatro questões são tratadas como entraves ao desenvolvimento da produção. A legislação ambiental, por exemplo, imporá restrições ao uso da propriedade fundiária, sem a devida indenização aos proprietários. Da mesma forma, a lei 12.619/12, que limitou a jornada de trabalho dos caminhoneiros, é vista como um entrave por encarecer o frete. O mesmo acontece com as terras indígenas, que impediriam o avanço de obras de infraestrutura logística e que seriam demarcadas sobre áreas produtivas e sem qualquer direito dos proprietários à indenização, gerando insegurança jurídica e conflitos entre famílias produtoras e indígenas. Ademais, a falta de um marco regulatório para os agrotóxicos e as frequentes proibições repentinas em seu uso também seriam fonte de insegurança jurídica. A culpa seria do governo que, além de não dar celeridade ao processo de registro de novos produtos, seria incapaz de fiscalizar desvios, preferindo restringir ou proibir, prejudicando quem maneja corretamente (BR2012.055, BR2012.063). Resumindo essas críticas, o então presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira, declarou:

“No Brasil tudo é na contramão: quando precisamos trabalhar mais para enriquecer e aproveitar as oportunidades, chegam os ‘do contra’ e querem reduzir jornadas, proibir investimentos, tudo passa a ser proibido e não sustentável!” (BR2012.054).

¹⁶ Entre os nove vetos de Rousseff à versão final da lei, o que mais gerou críticas dos produtores rurais foi o que aumentava a área de conservação obrigatória nas margens de rios em médias e grandes propriedades.

Nessa safra, também são intensas as demandas por maiores investimentos do Estado, com destaque àquelas por investimentos em infraestrutura logística. Com efeito, esse é tratado como o maior gargalo da produção. Há um reconhecimento de que o governo trabalhava para desenvolver os modais de escoamento da safra, principalmente no âmbito dos portos do Arco Norte¹⁷, com a MP 595/12. Esse trabalho, contudo, mostrava-se insuficiente para acompanhar o crescimento da produção de soja, como no caso da BR163, principal via de escoamento da soja para o Norte do país, onde as obras não avançavam. Com efeito, a insegurança jurídica também afastava investimentos estrangeiros nesse âmbito, prejudicando a agricultura (BR2012.008, BR2012.047). No final de 2012, em meados da safra, Glauber Silveira destaca as principais demandas daquele momento de crescimento da produção de soja:

“O governo brasileiro precisa criar uma estratégia de aumento da nossa competitividade, conciliando logística interna, desenvolvimento portuário, negociações internacionais de aprovação biotecnológica em sincronia com a aprovação de novos eventos transgênicos e com marketing sustentável aliado à melhoria da nossa sanidade” (BR2012.065).

Esse período inicial da análise também concentra as demandas por investimentos na verticalização das cadeias da soja e do milho e numa política de produção nacional de insumos agrícolas¹⁸. No primeiro caso, o objetivo é criar mais demanda para esses produtos e viabilizar a agregação de valor local. São demandas por investimento na indústria esmagadora, na cadeia de proteína animal e na indústria de biocombustíveis, como o biodiesel de soja e principalmente o etanol de milho. No segundo caso, o objetivo é aumentar a autonomia nacional e a concorrência na produção de fertilizantes e agrotóxicos, a fim de mitigar a dependência de oligopólios estrangeiros. As dificuldades logísticas e na obtenção de licenças, bem como a falta de priorização do governo eram apontadas como os grandes entraves para o avanço dessa demanda. Conforme apontaram os entrevistados 1, 2, 4 e 6, a produção nacional de insumos é até hoje uma demanda importante do setor para diminuir sua dependência externa, mas que sofre com entraves ambientais e referentes à questão indígenas. Por vezes, essa demanda é acompanhada pela de maiores investimento na Embrapa para o desenvolvimento de cultivares nacionais que possam competir com as sementes transgênicas das grandes corporações estrangeiras. Como apontou o entrevistado 4, a Embrapa é “importantíssima, tem que ser estimulada, precisa de mais recursos para pesquisa, porque os pesquisadores estão lá, as

¹⁷ Rede multimodal de infraestrutura que liga o Centro-Oeste aos portos fluviais e marítimos a norte da região, incluindo desde Rondônia, passando por Amazonas e Pará até Tocantins e Maranhão.

¹⁸ FÁVARO, Carlos. *Especial Aprosoja: pavimentando os caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Agroanalysis, v. 32, n. 7, p. 33, 2012.

pesquisas são aplicáveis”. Note-se que, em todos os casos, essas demandas visam à redução de custos ou à ampliação da demanda por soja (BR2012.023, BR2012.057). Contra a dependência tecnológica dos produtores, Glauber Silveira declara:

“É urgente o governo brasileiro disponibilizar recursos para a Embrapa desenvolver e manter seu banco genético atualizado e capaz de responder a qualquer demanda necessária à segurança alimentar de nosso país. Tecnologia boa é aquela que traz liberdade e não aquela que aprisiona, fazendo toda a produção de um país ou do mundo dependente dela”¹⁹.

Por fim, embora esse período seja o que concentra o menor número de reivindicações por financiamento estatal, já está presente a questão do seguro rural. Nas palavras do então presidente da Aprosoja Brasil:

“Com os problemas climáticos emergiu dos produtores uma só reclamação, antiga, porém atual: a falta de um seguro agrícola adequado. Veio a saudade do ‘Plante que o João garante’ – programa do governo militar. Conversamos com mais de 10 produtores, todos pioneiros da soja em Mato Grosso, e a insatisfação com o governo seja estadual ou federal é muito grande” (BR2012.054).

Passando à safra seguinte, 2013/2014, é interessante destacar um crescimento bastante sensível das queixas contra o aumento dos custos da sojicultura, calculados em torno de 21% em Mato Grosso. Já havia uma percepção de que a produção passaria por períodos de menor rentabilidade, após ao menos três safras de bons lucros (BR2013.012, BR2014.004). O PAP 2013/2014 foi bastante elogiado pelos sojicultores: “[o PAP] veio como um alento, mostrando uma sintonia fora do comum do Planalto e do Ministério da Agricultura (Mapa) com o setor” (BR2013.009). De fato, uma série de pleitos dos produtores foi atendida: houve aumento do limite de crédito e dos preços mínimos, aumento do crédito e diminuição dos juros, além de um bom volume de recursos para o déficit de armazenagem e logística²⁰. Mostrando grande alinhamento com o setor, o então Secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, declarou em entrevista:

“Com relação à armazenagem, construímos um programa extraordinário para resolver este problema no País, de R\$5 bilhões por ano durante cinco anos, com taxa de juros de 3,5% ao ano e quinze anos para pagar. Cito também o INOVAGRO, plano de acesso à inovação tecnológica, que dará oportunidade àquele agricultor que ainda não possui automação na propriedade de ter acesso a tecnologias, com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro, na ordem de R\$ 1 bilhão, de 3,5% e doze anos para pagar. [...] Ele [o PAP] está bem sintonizado com o setor, pois 98% das demandas exigidas

¹⁹ SILVEIRA, Glauber. *Os impactos da biotecnologia*. Agroanalysis, v. 31, n. 10, p. 18, 2011.

²⁰ FÁVARO, Carlos. *Aprosoja avalia 2013 como um ano de grandes conquistas*. Agroanalysis, v. 33, n. 7, p. 33, 2013.

pela agropecuária nós captamos junto às entidades representativas, como a OCB, as Federações da Agricultura de vários estados, a Aprosoja e sindicatos. [...] Além das linhas de crédito, a questão do seguro também foi muito discutida, com aumento de R\$ 400 milhões para R\$ 700 milhões de recursos para o prêmio de subvenção”²¹.

Nessa entrevista, Geller elenca múltiplas frentes de trabalho da política agrícola que visavam fortalecer a produção no país, e principalmente o produtor, inclusive em relação aos demais capitais da cadeia produtiva. Ele atribui os avanços na produção à organização das entidades do setor (da qual sua presença no Mapa como Secretário seria um exemplo), à incorporação de tecnologia com aumento de produtividade e às políticas agrícolas federais: “Eu sou produtor, fui da Aprosoja, e o Governo está dando muita estrutura para esse setor”. Ademais, garante que o governo fazia de tudo para que o crescimento observado no setor nos anos precedentes continuasse²².

No entanto, meses depois, constata-se que o crédito não chegou ao produtor, os editais de investimento em obras fracassaram e o seguro rural não foi liberado quando necessário, o que gerou críticas:

“O setor produtivo comemorou a nova linha de armazenagem anunciada no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário – a ideia é guardar 100% da safra. O plano disponibiliza valores muito próximos da necessidade real de investimento para construir armazéns. [...] Mas, agora, estamos vivendo outra batalha, que é ver este plano se realizar na prática. O Ministério da Agricultura tem defendido a produção brasileira. Mas, infelizmente, para os outros setores do governo a área produtiva não é tida como prioritária, pois, quando buscamos um entendimento com as autoridades, mesmo diante do nosso potencial produtivo e das dificuldades, há sempre uma forte resistência” (BR2013.030).

No âmbito da relação com o governo, a Aprosoja apresenta um posicionamento mais ambíguo que na safra anterior. Se por um lado permanecem as críticas, por outro há importantes reconhecimentos e elogios à gestão de Rousseff. Ainda ocorrem críticas quanto à intempestividade das ações do governo, que são acrescidas à preocupação com a falta de foco da gestão – que “vive apenas apagando incêndios” – e a falta de capacidade para resolver ou evitar emergências e litígios. O diagnóstico fornecido é de que a raiz desse problema estaria nas políticas assistencialistas – que teriam tornado a mão de obra brasileira a menos eficiente do mundo – e o fato de o governo se encontrar refém de um programa inadequado que atentava contra o desenvolvimento do país. Por vezes, tal programa é atribuído às bases do governo; em outras situações destaca-se a presença de interesses estrangeiros infiltrados no governo, ao se

²¹ GELLER, Neri. *Sintonia com o setor produtivo*. Agroanalysis, v. 33, n. 10, p. 6, 2013.

²² *Ibidem*.

fazer alusão ao escândalo de espionagem estadunidense sobre Rousseff. Esses problemas teriam tornado o Brasil “uma nação engessada, com leis inexecutáveis, o país da burocracia e dos custos altos” (BR2013.045, BR2013.080, BR2013.083, BR2013.100). Assim, é possível perceber que os sojicultores sempre nutriram desavenças com as bases populares do PT e da frente neodesenvolvimentista, embora tenham sido capazes de tolerar essas divergências enquanto a situação econômica era favorável, o que foi um comportamento típico da burguesia interna no período.

Há, no entanto, uma compreensão de que o governo seria composto tanto por setores “burocráticos e ideológicos” que criavam entraves à lavoura e ao país, quanto por setores que passavam a reconhecer e apoiar o agronegócio. Essa visão mais positiva começa a aparecer em meados de 2013, conforme o governo Rousseff foi ampliando os canais de interlocução com a sojicultura e com o agronegócio de forma mais geral. Nesse período, a alta cúpula do governo – incluindo os então ministros da Agricultura, Neri Geller, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e até a própria Dilma Rousseff – passou a comparecer a importantes eventos da sojicultura, como os de lançamento do plantio e o início da colheita. Rousseff é inclusive prestigiada por ser a primeira presidente a visitar Lucas do Rio Verde, município às margens da BR163, no maior núcleo produtor de soja do país (BR2014.003, BR2014.008, BR2014.010, BR2014.011). Nesse período, o presidente da Aprosoja Brasil – que por vezes chega a se referir à Rousseff como “presidenta” – declara:

“Muitos já disseram que o Brasil só não cresceria se fizessem tudo errado, não que a presidenta Dilma estivesse fazendo, acredito e sei que ela é capaz de colocar este país no lugar certo, mas infelizmente tudo tem dado errado ou não tem sido feito por culpa do sistema institucional impregnado no governo, seja por alas radicais, por funcionários públicos ideológicos, e infelizmente os bons funcionários públicos se veem engessados no sistema atual. A presidente Dilma sabe o que é preciso fazer, mas precisa ter a disposição de enfrentar uma máquina defeituosa e acreditar que o povo será seu grande exército. O Ministério da Agricultura tem defendido a produção brasileira. Mas, infelizmente, para os outros setores do governo a área produtiva não é tida como prioritária” (BR2013.017).

Nesse período, a Aprosoja Brasil reconhece que o agronegócio nunca foi tão prestigiado e ouvido pelo Executivo federal e que finalmente o setor conseguia mostrar seu potencial: “o governo e os brasileiros estão começando a enxergar o valor da agricultura” (BR2013.052). Não obstante, a associação também apontava que, nos diálogos com a presidenta, ela evitava falar a respeito das políticas que geram insegurança jurídica (questões ambiental, indígena), preferindo discutir o financiamento estatal para a agricultura e os

investimentos em infraestrutura logística. O presidente da associação chegou a mencionar, inclusive, que quando o PT “assumiu o comando do país, nós produtores ficamos de cabelo em pé [...]. Mas felizmente foi o contrário e o atual governo reconhece nossas lutas e conquistas” (BR2014.011).

Sobre as demandas por políticas estatais durante essa safra, cabe destacar três conjuntos de demandas que foram muito presentes: as por liberação de agrotóxicos, as por investimentos em infraestrutura logística, e as contra a continuidade das demarcações de terras indígenas. De fato, a safra 2013/2014 foi bastante atingida por pragas, com destaque à ferrugem asiática, principal praga da lavoura de soja no Brasil. Isso levou os sojicultores a cobrar a priorização do assunto pelo governo e a fazer várias críticas quanto à morosidade na liberação de novos produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à necessidade de uma nova lei de agrotóxicos (BR2013.065, BR2013.079, BR2013.080, BR2014.029).

Quanto à infraestrutura, a Aprosoja revelava uma constante preocupação com o volume de produção da safra, que não teria como ser escoado, gerando um “apagão” logístico. Diante disso, acusava o governo de não priorizar a logística, não cumprir suas metas e investir uma parcela muito pequena dos bilhões arrecadados em impostos sobre o agronegócio. As regiões de fronteira agrícola, em particular, enfrentavam altos custos de produção e escoamento devido à falta de planejamento e apoio governamental. Criticava-se ainda a demarcação de terras indígenas e a morosidade na obtenção de licenças ambientais, que se colocavam como entraves ao avanço das obras e afastam investimentos. Como solução, a associação defendeu o investimento de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, a rápida implementação do marco regulatório dos portos, a agilização das licenças ambientais e mais investimento em armazenagem. Ao mesmo tempo em que a associação defendia a conclusão de obras diretamente pelo governo (pois as concessões não garantiriam a redução dos custos com frete, devido aos pedágios cobrados pelas concessionárias), um de seus ex-presidentes, Rui Prado, alegava acreditar que a solução para aumentar os investimentos em logística passaria pelas parcerias público-privadas²³. Apesar dos questionamentos, a associação pontuou que o ano tivera um saldo positivo, pois a questão logística passara a ser notada pelo governo, como se nota na fala da então Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, aos sojicultores: “Vamos reduzir o custo de transporte e dar mais competitividade para o Mato Grosso, o Centro-Oeste e para o Brasil” (BR2013.013, BR2013.020, BR2013.052, BR2013.083, BR2013.089, BR2013.092).

²³ PRADO, Rui. *Além da porteira*. Agroanalysis, v. 33, n. 7, p. 8, 2013.

A questão indígena também recebeu bastante atenção nesse período. A Aprosoja considera inaceitável a expropriação de terras sem indenização aos proprietários, fonte de grande insegurança jurídica. Segundo a associação, produtores pequenos tinham suas terras invadidas por indígenas e não tinham meios para se defender: “Não é fácil testemunhar que milhares de famílias que produzem e contribuem com o desenvolvimento da economia nacional continuem perdendo suas terras e histórias de vida por conta dos interesses obscuros da fundação [Nacional dos Povos Indígenas]”²⁴. A situação era agravada pela incapacidade do governo de mediar os conflitos, o que levou os sojicultores a defender a transferência da prerrogativa de demarcação para o Congresso, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 (BR2013.033, BR2013.091, BR2014.025, BR2014.060). Chegou-se até a noticiar a “importação de paraguaios [que se passariam por indígenas] para ocupar reservas indígenas fajutas” e a relacionar as demarcações à interesses estrangeiros, alheios aos brasileiros:

“Todos brasileiros são originários de diversas etnias, formando um só país, assim, sejam índios ou não índios somos todos colonizadores do Brasil. [...] Eu, como brasileiro, fico indignado ao ver a incapacidade do estado de ser soberano. Produtores são subjugados por interesses internacionais. A sociedade brasileira intrusa e estrangeira está manipulada por um falso protecionismo aos índios, e esses que na verdade querem é ser brasileiros e terem direito à dignidade e ao progresso” (BR2013.095, BR2013.100).

Essas demandas encontram repercussão no governo. Gleisi Hoffmann afirmou que “a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] não está preparada, não tem critérios claros para fazer gestão de conflito, não tem capacidade de fazer mediação”. A Aprosoja também identificou que Rousseff “não aguenta mais o uso de índios para prejudicar as obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Ela sabe quem manipula os índios” (BR2013.095). Conforme pontuou o entrevistado 1, a questão indígena ganhou premência entre 2013 e 2014, e nesse contexto a Funai seria “uma entidade que escraviza o índio, não deixa o índio se libertar e ser um cidadão” e o manipula ideologicamente. Duas declarações do então presidente da Aprosoja Brasil salientam a importância da questão indígena, além de sumarizarem as insatisfações e demandas do setor no final de 2013:

“Estamos iniciando a maior safra que este país já teve, enquanto deveríamos estar nos reunindo com o governo para tratarmos do porto, da ferrovia, do armazém, da estrada, do incentivo à industrialização no país, da agregação do valor à produção, da ampliação e sanidade da exportação e do crescimento do agronegócio, mas não, as

²⁴ *Ibidem*.

discussões estão tomando outros rumos. Isso porque, os temas que estamos debatendo junto com a FPA são: a terceirização da área meio, questão indígenas da PEC 215 e Defesa Vegetal/Agrotóxicos” (BR2013.045).

“Ou nos envolvemos seriamente no processo eleitoral ou perderemos as difíceis batalhas que temos pela frente, da legislação trabalhista, da questão indígena e da defesa vegetal. Sem falar que a nova legislação ambiental está longe de funcionar no campo. Problemas como trabalhista e Indígena que estiveram em segundo plano em muitas agendas, agora a cada ano serão prioritários” (BR2013.089).

Por fim, cabe destacar que esse é o penúltimo período com um número significativo de demandas por verticalização da cadeia de milho, por meio de investimentos no etanol de milho, ao menos no caso das publicações da Aprosoja Brasil. A verticalização era vista como a única medida plausível de longo prazo para garantir os preços do milho no Centro-Oeste, e demandaria importantes políticas de incentivo ao investimento e distribuição por parte do governo²⁵. Essas demandas escasseiam na safra seguinte, embora ainda apareçam, mas posteriormente se tornam praticamente ausentes. Há, inclusive, demandas por um programa de longo prazo os biocombustíveis (BR2013.048, BR2015.075, BR2015.076). Sobre o assunto, o entrevistado 4 indicou que a atuação do governo federal foi fundamental até 2015, através da política de preços mínimos, para garantir que a produção de milho nacional se ampliasse até que as usinas de etanol se tornassem viáveis e o milho se tornasse remunerador para o produtor.

Em meados de 2014, a Câmara Setorial da Soja no Congresso (então presidida por Glauber Silveira, que recém deixara a presidência da Aprosoja Brasil) entregou ao ministro Neri Geller a Carta Aberta da Soja²⁶, em que se elencaram as principais demandas do setor ao governo. No documento, as demandas são divididas em quatro grupos: logística, política agrícola, defesa vegetal e segurança jurídica. No âmbito da logística, demandaram-se mais investimentos em infraestrutura de transporte, celeridade nas licenças ambientais e indígenas, aprovação da Lei das Eclusas (PL 5.335/09), e mais recursos para o Programa de Construção de Armazéns (PCA). Entre as políticas agrícolas, destacam-se as reivindicações por mudanças no seguro rural para que ele garanta a renda do produtor, por apoio à comercialização (manutenção dos juros, limites e prazos do PAP anterior e recursos orçamentários para o trigo e o milho) e por manutenção da Lei Kandir²⁷, extinção do ICMS interestadual para o processamento e exportação da soja e celeridade no ressarcimento do Programa de Integração

²⁵ SILVEIRA, Glauber. Exportar para China ou produzir etanol. *Agroanalysis*, v. 33, n. 1, p. 42, 2013.

²⁶ MAPA, Câmara Setorial da Soja. *Carta Aberta da Soja*. 24 fev. 2015. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/soja/anos-anteriores/carta-aberta-da-soja-27.pdf>>. Acesso em 17 set. 2022.

²⁷ Lei Kandir é o nome dado à Lei Complementar 87/1996, que isenta a cobrança de ICMS sobre a exportação de produtos primários e semielaborados.

Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/CONFINS). Na defesa vegetal, destacam-se a demanda por um novo marco legal para os agrotóxicos e por celeridade em seu registro. Por fim, no que diz respeito à segurança jurídica, são elencadas as questões indígena (aprovação da PEC 215/00), ambiental (implantação do Cadastro Ambiental Rural e regulamentação das compensações ambientais²⁸), trabalhista (adequação da jornada de trabalho, terceirização da atividade-fim e definição objetiva para o trabalho escravo) e fundiária (desapropriação apenas com indenização e regularização de propriedades em áreas de fronteira agrícola).

Nota-se que a Carta Aberta da Soja sumariza de forma bastante clara as demandas do setor àquela época. Por um lado, têm-se as demandas por maiores investimentos em infraestrutura logística e por flexibilização de regras sanitárias, que são as duas mais frequentes ao longo desse triênio, respectivamente. Por outro, já estão presentes as demandas por garantia da rentabilidade dos produtores e isenção de impostos, reflexo da piora na situação econômica da lavoura observada nesses anos. Por fim, há ainda as demandas por segurança jurídica em diferentes âmbitos, que nesse momento parecem visar remover entraves à produção e frear o avanço sobre as propriedades rurais. Também é interessante destacar que as reivindicações no âmbito trabalhista se avolumam a partir de então.

Também em meados de 2014, a associação difundiu amplamente um jantar realizado no Palácio da Alvorada pela própria Dilma Rousseff para o “Time Agro”, liderado por Kátia Abreu (então presidenta da CNA) e com participação da Aprosoja. Na ocasião, foram elencados oito temas prioritários para o agronegócio como um todo: “logística, agroquímicos, açúcar e álcool, questões trabalhistas, acordos internacionais de comércio, crédito tributário e questão indígena”. Segundo consta na publicação, a “logística, o etanol e os agroquímicos foram os temas mais destacados nas falas dos representantes do agro. Mas também houve espaço para tratar do seguro rural”. Rousseff, de sua parte, teria ouvido atentamente as demandas e dado encaminhamentos (BR2014.056). Nota-se que a logística e os agrotóxicos continuavam como reivindicações importantes do setor que visavam à redução de custos e ao aumento da competitividade. Como será observado a seguir, o seguro rural e as demais políticas de sustentação da renda agrícola também passariam a ocupar lugar de destaque.

²⁸ O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado no âmbito do Novo Código Florestal para cadastrar todos os imóveis rurais do país, a fim de compor uma base de dados para controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. O sistema define a necessidade ou não de recomposição de áreas desmatadas nas propriedades rurais, as chamadas compensações de passivos ambientais. Como se observa, os sojicultores apoiaram a versão final do Novo Código Florestal e viam na regulamentação das compensações ambientais a oportunidade de dirimir a insegurança jurídica no campo no que diz respeito à questão ambiental.

O período subsequente, que será o último analisado nesta seção e que correspondente à safra 2014/2015, é de crescentes dificuldades para a sojicultura. Ocorre uma significativa queda nos preços internacionais da soja, e os custos da produção continuam a subir, atingindo um aumento de 100% ao longo das quatro safras anteriores, em termos dos custos variáveis. O cenário econômico doméstico é incerto e gera insegurança aos produtores, de modo que as reivindicações por redução de custos mantêm sua tendência de aumento. Os sojicultores, contudo, não deixam de reconhecer que a crise não é somente doméstica, mas também internacional. De qualquer forma, o esmagamento da rentabilidade da sojicultura nesse período é contido, ao menos em parte, pela contínua desvalorização cambial que passou a ocorrer de meados de 2014 até o início de 2016 (BR2014.041, BR2014.099, BR2014.110, BR2014.131, BR2014.203, BR2015.055, MT2015.028).

Há nesse intervalo um crescimento sensível nas demandas por políticas de garantia da renda dos sojicultores, principalmente para aqueles que também produzem milho, embora admita-se um bom nível de capitalização dos produtores após ao menos quatro safras de lucros expressivos. São demandas por políticas de comercialização (leilões de subvenção para o milho e compras do governo) e por melhorias no seguro rural. Este último passa a ser uma importante reivindicação, com demandas por aumento dos recursos disponíveis, da área coberta e para que o seguro não cubra apenas frustrações na quantidade produzida, mas também a própria renda do produtor, além de se adaptar às particularidades das diferentes regiões produtoras do país. Demanda-se ainda que o seguro não seja obrigatório ou atrelado aos empréstimos para custeio (o que os produtores consideram como uma venda casada), e que a subvenção seja transferida diretamente aos produtores, e não mediada pelas seguradoras. Nas palavras de Glauber Silveira: “Quando partirmos para uma safra com custos tão altos e sem nenhum mecanismo real de seguro de safra e de renda, com ameaças de menos defensivos agrícolas, de nos tomarem as terras, o que devemos fazer?”. A situação de rentabilidade menor também começa a suscitar atritos com as políticas de distribuição de renda atribuídas ao PT – os sojicultores declaram não aceitar que o governo lhes imponha mais custos: “é preciso manter a rentabilidade dos cidadãos comuns, ou será cada vez mais difícil manter esta distribuição de renda, e nós já estamos no limite” (BR2014.041, BR2014.051, BR2014.067, BR2014.069, BR2014.073, BR2014.075, BR2014.086, BR2014.163, BR2014.199, BR2014.202, BR2014.208, BR2014.209).

No início desse período, o recém-empossado presidente da Aprosoja Brasil, Almir Dalpasquale, indica as prioridades do setor naquele momento: salvaguardar o direito de propriedade em relação à questão indígena e em regiões de fronteira, contornar os desafios relacionados aos agrotóxicos e garantir o investimento em logística, sendo este último elencado

como prioridade de sua gestão (BR2014.055, BR2014.060, BR2014.175). Em duas publicações feitas no mesmo mês, ao se referir ao governo, o presidente declara:

“Acho que o Plano Safra melhora a cada ano, de uma forma geral. Antigamente não tínhamos dinheiro para plantar, e agora temos e conseguimos a verba muito antes da safra. Temos dinheiro para investimento, armazenagem, escoamento e seguro agrícola. Hoje, o nosso maior problema está do lado de fora da porteira, e é a logística ineficiente. [...] São desafios importantes, mas acho que o Governo vem olhando para eles” (BR2014.061).

“Apesar das dificuldades, o agro avança rapidamente, mas o Governo segue de charrete e não acompanha a velocidade do setor” (BR2014.064).

As demandas priorizadas por Dalpasquale são de fato bastante frequentes ao longo desses meses. A falta de logística, principalmente nas regiões de fronteira agrícola, é eleita como inimiga número um dos produtores, que criticam o governo por não entregar as obras prometidas, não liberar os recursos para o aumento da capacidade armazenagem e relegar o avanço da logística ao setor privado, prejudicando o escoamento da safra. Nesse âmbito, o processo “burocrático” de concessão de licenças ambientais e de consulta a povos indígenas continua como um importante obstáculo. Percebe-se também uma onda de investimentos privados no Arco Norte, principalmente em portos, mas que não estariam sendo acompanhados pelos investimentos estatais necessários nas vias de acesso (BR2014.080, BR2014.204, MT2015.091, MT2015.098).

Da mesma forma, embora sejam menos frequentes que nas safras anteriores, as reivindicações por liberação de agrotóxicos também se fazem notar. Na visão dos sojicultores, era necessário mudar o marco regulatório dos agrotóxicos e flexibilizar o processo de registro – tratado como o mais lento do mundo – pois a morosidade na liberação de novos químicos seria a responsável por restringir o acesso a produtos mais eficientes, menos custosos e menos prejudiciais ao meio ambiente, obrigando os produtores a usar quantidades maiores e desnecessárias de pesticidas cada vez menos eficientes: “o Brasil ainda perde muito por não ter uma política de defesa sanitária ajustada ao dinamismo e à necessidade do campo”²⁹. Além disso, como já apontado, a restrição na quantidade de novos produtos favoreceria apenas seus fornecedores, ao gerar maior concentração nesse mercado e ao aumentar os preços ao produtor (BR2014.030, BR2014.206).

Ademais, os sojicultores continuam se vendo ameaçados pelo suposto avanço das terras indígenas, mas também pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

²⁹ DALPASQUALE, Almir. *Falta política sanitária ajusta ao dinamismo do campo*. *Agroanalysis*, v. 35, n. 1, p. 6, 2015.

que seriam tratados com convívência pelo Executivo. Em tom bastante crítico ao governo – e elogioso à ditadura militar – o então presidente da Aprosoja Rio Grande do Sul declara:

“No Brasil, logo após a Revolução de 1964, houve um verdadeiro impulso para o desenvolvimento da agricultura nacional. [...] Hoje, apesar dos sojicultores serem peças fundamentais para que toda essa evolução fosse possível, temos sido constantemente afligidos com invasões de terras por índios e militantes do MST. [...] Ou seja, de forma recorrente enfrentamos a insensibilidade do governo, eivado de pautas ideológicas, ignorando projetos pragmáticos de desenvolvimento realmente sustentável, junto com ONGs, atores globais e outras figuras sem compromisso com o Brasil, investem contra o setor produtivo que ainda dá algum folego a estabilidade socioeconômica do país” (BR2014.207).

De fato, há certo recrudescimento nas declarações da Aprosoja: a opção por expropriações com indenização ao proprietário passa a ser rejeitada, por ser um processo demorado e incerto, e a solução para o conflito com os indígenas passa a ser a reintegração de posse e o fim das demarcações (BR2015.017). Há relatos de conflitos com indígenas e movimentos sociais e, em março de 2015, a Aprosoja publica uma nota de repúdio às invasões de propriedade e destruição de patrimônio “recentemente perpetradas por movimentos sociais organizados”, bem como às declarações do ex-presidente Lula da Silva que, “ao conclamar o ‘exército do Stédile do MST’ para as ruas, incitou tais ações” (BR2015.041, BR2015.046). Do ponto de vista dos sojicultores, a reforma agrária deveria garantir a qualidade dos assentamentos, e não avançar sobre novas terras por motivos políticos (BR2015.152).

Na mesma linha, aumentam também as críticas contra a fiscalização do trabalho, tida como subjetiva e “ideológica”, e proclama-se a necessidade de rever a conceituação de trabalho análogo à escravidão, considerada muito vaga. Os produtores demonstram receio quanto às autuações da fiscalização do trabalho, pois elas inviabilizam a captação de financiamento e podem – no caso de presença de trabalho escravo na fazenda – levar à expropriação da propriedade. Ademais, também passam a defender com insistência a terceirização da atividade-fim de empresas, através do PL 4.330/04. A terceirização é defendida como essencial à atividade agrícola, dado seu caráter sazonal e imprevisível no que tange à meteorologia, mas a Aprosoja também apresenta críticas à elevação dos salários superior à elevação da produtividade do trabalho (BR2014.101, BR2014.200, BR2015.067, BR2015.069, BR2015.154). Em contundente artigo, o então presidente da Aprosoja Piauí declara:

“O produtor rural brasileiro [...] Ator principal no cenário do combate a fome, e não as políticas assistencialistas do governo as responsáveis por esta vitória, mas sim a eficiência dos produtores no campo, tem sido alvo fácil de ataques surreais, sempre vinculados a temas como destruição do meio ambiente, utilização de ‘venenos’,

exploração da mão de obra, etc. [...] e os últimos 10 anos, quando, de forma absurda e no mínimo estranha, o governo tenta extirpar dos empregadores qualquer segurança, tratando-os como algo pernicioso. O ápice desse absurdo se observa quando o assunto é ‘trabalho escravo’. [...] E, o pior, o subjetivismo das normas que estão tentando fazer valer transformará a geração de emprego em algo arriscado. [...] Porque sabemos que tanto a conceituação do que é trabalho análogo a escravo quanto a terceirização são fatores limitantes do crescimento do país. Engana-se quem pensa se tratar de uma questão econômica, pois as consequências serão definitivamente sociais. Ou o que você acha que o empresário fará quando perceber que manter um empregado significará ter mais prejuízo do que lucro? Ele substitui por máquinas. Ainda acha que não precisamos mudar a legislação trabalhista?” (BR2014.200).

É fato que a política social neodesenvolvimentista do PT nunca agradou ao patronato rural, e isso fica claro ao longo dos anos nas publicações da Aprosoja. No entanto, é perceptível que, num cenário de crise e de contração na rentabilidade da atividade sojicultora, os produtores passaram a se mostrar mais agressivos e menos tolerantes diante dessa política. Essa tendência, que parece ser contida ao longo do primeiro semestre de 2015, volta com força no segundo semestre, às vésperas do *impeachment*. A política social petista também está diretamente ligada, na visão dos sojicultores, a uma política de ordem mais permissiva para com os movimentos sociais e povos do campo e, nesse sentido, teria importante causalidade no apoio do médio capital sojicultor à deposição de Rousseff.

No que diz respeito às eleições de 2014, conquanto não tenham apoiado candidato específico à Presidência da República, os sojicultores não deixaram de reivindicar a manutenção do diálogo com o setor e de frisar suas prioridades: logística, segurança jurídica e fortalecimento do Mapa. Almir Dalpasquale chegou a afirmar: “Esperamos que qualquer que seja o presidente eleito, que tenha compromisso e leve a cabo as demandas do setor dentro de um planejamento do Palácio do Planalto”. Rousseff, por sua vez, prometeu fortalecer uma política agrícola capaz de reduzir custos e estimular a inovação, de forma a diminuir custos logísticos e melhorar o ambiente de negócios. Após a reeleição, a presidenta continuou acenando para o setor ao dizer que não queria apenas ouvir os produtores, mas tê-los junto consigo na tomada de decisões políticas, promessa que foi bem recebida pelos sojicultores (BR2014.078, BR2014.083, BR2014.187).

Com os rumores de que Rousseff escolheria Kátia Abreu para ser Ministra da Agricultura no novo governo, a Aprosoja declara preferência pela manutenção do então ocupante do cargo, Neri Geller, produtor de Mato Grosso com quem nutriam uma relação muito próxima e a quem atribuíam um excelente trabalho à frente da pasta. Todavia, ressaltam que

Kátia Abreu também era um nome relevante do setor à frente da CNA, e que o importante era que o espaço de interlocução com o Mapa se mantivesse aberto. Vale notar que, à época, o então presidente da Aprosoja Brasil também ocupava a presidência da Comissão Nacional De Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA. Ademais, com a assunção de Abreu ao cargo e o início do novo governo Rousseff, a Aprosoja admite uma expectativa de boa gestão e fortalecimento do Mapa, fim da corrupção e resolução dos problemas econômicos do país. Almir Dalpasquale chega a afirmar: “Conheço o trabalho de Kátia Abreu há anos. Acompanhei a gestão dela na CNA e como Senadora Federal e estamos otimistas com a gestão dela no Ministério da Agricultura”. (BR2014.060, BR2014.163, BR2014.205, BR2015.010, BR2015.021).

De fato, Abreu cumpriu a promessa de manter abertos os canais de diálogo com o setor e foi bastante elogiada ao longo da gestão. Em resposta a demandas do próprio setor, a ministra deu atenção especial à região do Matopiba, considerando que a “última fronteira agrícola” do país deveria contar com apoio direto do Estado para seu desenvolvimento – vale destacar, não se trataria de um apoio protecionista, mas de garantir a competitividade da região. Assim como outras regiões de avanço recente da soja, como Rondônia e Amapá, a região do Matopiba encarava problemas com a regularização fundiária, licenciamentos e logística. A parceria público-privada oferecida por Rousseff e Abreu ao delimitar a abrangência do Matopiba e anunciar o Plano de Desenvolvimento da região foi muito bem recebida pelos produtores, que esperavam avanços da logística, da questão fundiária, da segurança jurídica e da pesquisa agrícola na região (BR2015.044, BR2015.049, BR2015.063, BR2015.070, BR2015.074).

Abreu e Rousseff também mantiveram o diálogo com os produtores e responderam às suas reivindicações ao criar o Plano Nacional de Defesa Agro (PNDA), com foco em defesa agropecuária para o desenvolvimento sustentável do setor, priorizando ações de controle das fronteiras, pesquisa e monitoramento. Segundo o presidente da Aprosoja Brasil, “A agropecuária brasileira está se modernizando e crescendo cada vez mais, dessa forma o lançamento do PNDA mostra que governo federal quer acompanhar com dinamicidade, colocando metas e se modernizando com o desenvolvimento do campo, do produtor rural”. Abreu ainda chegou a comissionar Edeon Vaz Ferreira – diretor-executivo do Movimento Pró-Logística, movimento sustentado pela Aprosoja MT e outras entidades do estado – para o cargo de presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio no Mapa (BR2015.071, BR2015.074, MT2015.033).

Em abril de 2015, Dalpasquale deu aquela que seria uma das últimas declarações elogiosas ao governo Rousseff encontradas nas publicações da Aprosoja Brasil. O dirigente

indicou que “o governo federal tem nos dado um atendimento nota 10 nos últimos anos”, elogiando a manutenção de baixos juros para o crédito agrícola. Ele também se mostrou bastante compreensivo com as políticas de ajuste fiscal iniciadas após a reeleição: “hoje, o governo passa por dificuldades financeiras, mas não podemos julgar. Temos de entender a situação [...]”. Ao final, ele se mostrou confiante com o governo:

“O governo atual melhorou muito os portos, além das rodovias, mas é claro que a infraestrutura não é 100%. Também, por meio de financiamentos baratos, foi possível renovar a frota de caminhões e atender melhor à demanda. Temos o problema da distância, mas estamos caminhando. E a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, conhece muito bem esta realidade. Tenho certeza de que na primeira acertada que o Brasil der em crescimento, voltaremos a discutir investimentos em logística” (BR2015.065).

Ao final desse período, a divulgação do PAP 2015/2016, com um aumento generoso de recursos, é elogiada pelos sojicultores, que se consideraram priorizados em meio ao ajuste fiscal. De fato, Abreu indicou que o ajuste também deveria se dar via investimento, e que o agronegócio era prioritário nesse âmbito. Além disso, a ministra também defendeu uma lei agrícola que substituísse a anualidade do PAP, o que era uma grande demanda do setor. Apesar do aumento significativo dos juros do Plano, eles se mantiveram abaixo da Selic e acompanharam o aumento da inflação. Contudo, os produtores já observavam, por meio do pré-custeio da safra, que o aumento dos juros se refletiu em crédito mais escasso nos bancos e dificuldade de acesso, com maior demanda dos bancos por garantias de empréstimo e uma composição de crédito subsidiado com crédito livre que tornava os empréstimos ainda mais caros. De fato, o crédito livre, como as Letras de Crédito do Agronegócio, compunha uma parte cada vez maior dos recursos providos pelo governo, encarecendo os empréstimos. Ademais, o governo falhou na promessa de liberar os recursos do seguro rural e desenvolver um modelo de seguro mais funcional para os produtores (BR2015.012, BR2015.056, BR2015.061, BR2015.066, BR2015.068, BR2015.070, MT2015.036). Apesar dos reveses, o presidente da Aprosoja Brasil se mostrava compreensivo com o governo, enquanto Rousseff, por sua vez, continuava buscando mostrar total apoio ao setor:

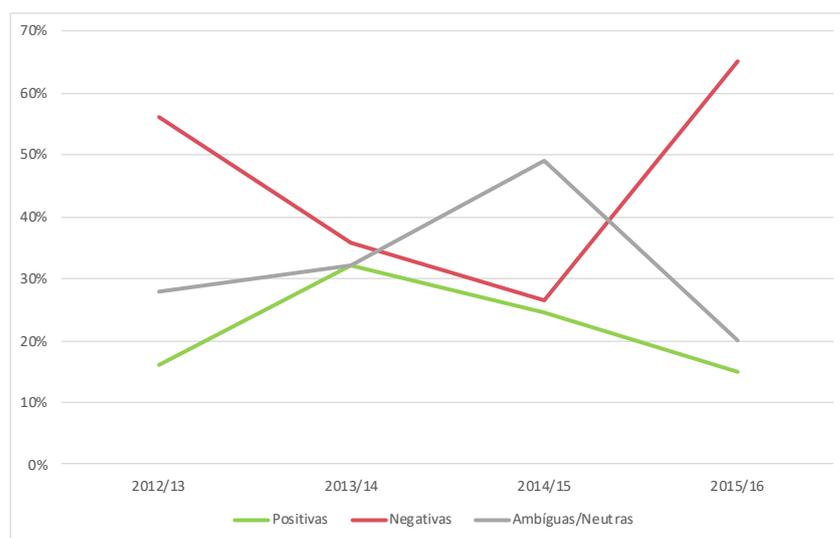
“Segundo Dalpasquale os juros acompanharam o aumento da taxa Selic. ‘Infelizmente o país vive um momento de ajuste, dessa forma era de se esperar o incremento dos juros, mas como o produtor vem se capitalizando, nas últimas safras, acredito que os ajustes não serão tão agressivos a produção brasileira’, afirmou o presidente da Aprosoja Brasil. [...] a presidente Dilma Rousseff agradeceu aos produtores rurais do país pelos bons resultados da produção e afirmou que o Plano é uma forma de não só investir no setor, mas sim no progresso do país. ‘O agronegócio está na vanguarda do

crescimento do país. O Brasil é o celeiro de alimentos do mundo, produzimos a verdadeira riqueza – riqueza que alimenta o mundo’, destacou a presidente” (BR2015.083).

De fato, como apontaram os entrevistados 1, 2, 4 e 6, a política de crédito agrícola foi bastante favorável aos produtores durante o governo de Rousseff em comparação aos períodos posteriores. Os entrevistados destacaram principalmente as linhas de armazenagem e de compra de máquinas agrícolas que, embora nunca tenham sido plenamente suficientes, garantiram bons aportes a juros bastante baixos. Conforme apontou o entrevistado 2, essa disponibilidade de recursos esteve relacionada à conjuntura mundial mais favorável. De forma mais detalhada, o entrevistado 4 destacou que o governo federal abriu muitas linhas de crédito visando estimular a produção sustentável de soja, com boas práticas ambientais e de conservação. Foi o caso do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) e do crédito concedido mediante registro no CAR, prática de plantio direto e integração lavoura-pecuária-floresta. Fato é que, como apontam os entrevistados 2 e 6, desde a crise de 2016, o crédito público se tornou cada vez mais escasso e caro, principalmente se contrastado aos custos crescentes da lavoura. Haveria uma tentativa deliberada do governo de focar o financiamento estatal aos pequenos proprietários, de modo que aos médios e grandes proprietários resta financiar-se com os demais entes privados da cadeia, o que implica maiores custos de captação e menor autonomia em relação a esses agentes.

Esta seção reconstituiu as políticas estatais demandadas pela sojicultura e sua relação com o governo Rousseff entre meados de 2012 e meados de 2015. Tal recorte temporal tem uma razão, qual seja, a de que em seu decorrer se observam duas tendências opostas. Por um lado, pode-se dizer que há um progressiva melhora na relação sojicultura-governo, com a predominância de críticas no começo, a passagem por um intervalo de maior ambiguidade, até o fim do período, em que as manifestações de apoio ao governo se tornam mais elogiosas, ao menos em termos qualitativos. Por outro lado, há também uma tendência de piora na rentabilidade da atividade sojicultora, safra após safra, sendo que a safra 2012/2013 está entre as mais rentáveis deste século, enquanto a safra 2014/2015 manteve a rentabilidade positiva a partir de forte desvalorização cambial. No período que será analisado a seguir, enquanto uma dessas tendências – a de achatamento da rentabilidade – se intensifica, a outra – a de melhora na relação com o governo Rousseff – é completamente invertida, como se observa no Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Menções positivas, negativa e ambíguas/neutras ao governo Rousseff, em % do total (2012-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

O gráfico acima foi elaborado a partir da codificação das publicações da Aprosoja Brasil em que há menção à Rousseff, ao seu governo, ou a alguma política atribuída ao Executivo federal. As menções foram classificadas em positivas, negativas ou ambíguas/neutras, quando não havia predomínio de comentários positivos ou negativos, conforme detalhado no primeiro capítulo. Do ponto de vista quantitativo, o que se observa é justamente uma redução do percentual de críticas ao governo durante as safras 2013/14 e 2014/15, bem como um aumento no percentual de comentários positivos, que quase igualam os negativos em número. No período a ser analisado a seguir, correspondente à safra 2015/16, no entanto, essa tendência de melhora na relação com o governo é, como apontado acima, totalmente invertida.

Quanto às demandas políticas da sojicultura, o que se observa é uma priorização, ao longo de todo esse intervalo, das demandas por infraestrutura logística, liberação de agrotóxicos e resolução da questão indígena. Ademais, nota-se um crescimento das reivindicações por novas políticas trabalhistas e – conforme a situação econômica da lavoura se deteriora e aumentam as queixas de alta nos custos e queda na rentabilidade – por políticas de garantia da rentabilidade da sojicultura. Cabe citar ainda a grande diminuição, ao longo do período, das demandas por verticalização da cadeia e incentivos ao setor de insumos agrícolas. Os dados quantitativos relativos a essas demandas são apresentados na conclusão deste capítulo e, de forma completa, nos apêndices.

A melhora observada na relação com o governo parece ser resultado de uma atitude da própria gestão, que buscou, a partir de 2013, aproximar-se do agronegócio, escutar e

compreender suas demandas e mostrar que elas seriam atendidas, ao menos aquelas relativas à disponibilização de recursos orçamentários. Tal política de apoio ao setor foi concretizada principalmente por meio dos recursos crescentes disponibilizados no PAP, a despeito da piora do cenário econômico nacional, bem como no avanço dos investimentos em infraestrutura para escoamento da safra. Contudo, do ponto de vista das políticas social e de ordem, a despeito das críticas da Aprosoja, também houve algumas políticas do governo que favoreceram o setor: congelamento da reforma agrária e da distribuição de terras, de modo que menos terras foram incorporadas e menos famílias assentadas do que nos governos Lula da Silva e Cardoso (LOUREIRO, 2016; PARAIZO, 2021); e menor índice de demarcação de terras indígenas e quilombolas desde a redemocratização, em comparação com governos anteriores, com priorização das demarcações em regiões de baixo conflito com os proprietários de terra³⁰.

A forma como as demandas da sojicultura foram atendidas pelo governo federal sugere uma melhora da posição do médio capital sojicultor no bloco no poder ao longo desse triênio. Com efeito, os interesses econômicos da sojicultura ganharam espaço no orçamento, apesar da crise econômica que se abatia sobre o país e do ajuste fiscal coordenado pela Fazenda. Ao mesmo tempo, as demandas por segurança jurídica, embora não tenham sido – e não pudessem ser – plenamente atendidas, também não foram frontalmente confrontadas. Na seção a seguir, busca-se identificar como, a despeito dessa progressiva melhora, o médio capital sojicultor inverteu seu posicionamento, passando a apoiar o *impeachment* de Dilma Rousseff e aderindo à frente golpista.

3.3 *Impeachment* e troca de governo

A presente seção se debruça sobre o período central da análise, quando o médio capital sojicultor deixou de apoiar o governo Rousseff e passou a defender o *impeachment* e a assunção de Michel Temer à Presidência, tendo como recorte o intervalo entre meados de 2015 e o final de 2016. Esse período é caracterizado por uma inversão repentina no posicionamento dos sojicultores em relação ao governo Rousseff e por certo entusiasmo com a gestão de Temer, mas também pela pior safra de soja dentre todos os anos analisados.

De fato, nos últimos meses do governo Rousseff, a Aprosoja afirma que a rentabilidade dos sojicultores chegava ao limite. O aumento da taxa de juros reduziu e

³⁰ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação?* 01 jun. 2016. Disponível em <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao>> Acesso em 06 jul. 2022.

encareceu o crédito disponível para financiamento da agricultura, não houve liberação de recursos para o pré-custeio e os demais recursos de crédito atrasaram, de modo que os sojicultores passaram a ter dificuldade para financiar a safra, gerando endividamento, principalmente entre os de menor porte. Os preços internacionais da soja caíam, sem perspectiva de melhora, e o câmbio estava oscilante, alimentando incertezas no setor. Os custos continuavam a aumentar e a lavoura enfrentava mais uma safra de muitas pragas, o que aumentou os custos com agrotóxicos. Contudo, o pior ainda estava por vir: no início de 2016, o clima adverso causou danos significativos e irreversíveis durante a colheita, principalmente no Matopiba e no Centro-Oeste (BR2015.090, BR2015.091, BR2015.099, BR2015.101, BR2015.113, BR2015.124, BR2016.009, BR2016.013, BR2016.028, BR2016.057, MT2015.141, MT2015.148).

Em outubro de 2015, o presidente da Aprosoja Brasil concedeu uma entrevista em que se mostrou surpreso com a repentina piora da situação do país, já indicando prematuramente algumas das possíveis razões para o apoio do setor ao *impeachment* de Dilma Rousseff:

“Ninguém esperava ou acreditava que iríamos chegar a um enorme problema de crédito, de descontrole total da economia e também de descontrole político. Não sabemos aonde tudo isso vai chegar [...] Nós vínhamos crescendo num ritmo bastante forte, impulsionado pelas baixas taxas de juros para investimentos e pelas condições de mercado muito boas, um cenário muito diferente do que se apresenta hoje. [...] o Brasil é muito grande e eu não sei até onde o agronegócio pode sustentar a economia, caso a política não se acalme. [...] O Brasil cobrou do campo um alto grau de normatização da atividade agropecuária, nos últimos anos. Por outro lado, o governo falha porque faz pouco na hora de devolver ao setor a contrapartida em segurança jurídica, seguro agrícola, acesso fácil a financiamento e logística. Há um desequilíbrio nessa relação, porque o produtor não para de querer produzir cada vez mais”³¹.

Diante dessa situação de crise, a demanda por fortalecimento do seguro rural ganhou destaque como nunca. Houve críticas à demora na liberação dos recursos, à dificuldade de acesso e ao fato de que o seguro cobria apenas perdas de quantidade e não as perdas de rentabilidade dos produtores. Ademais, os produtores também criticaram as propostas de alteração no modelo de seguro feitas pelo governo. Houve ainda preocupações com cortes no PAP e no orçamento do Mapa, que admitia a necessidade de restrições fiscais e de priorização dos gastos, embora garantisse que não haveria prejuízos às atividades do Ministério. Já em março de 2016, o governo divulgou antecipadamente os recursos do seguro, a fim de manter o apoio do setor nesse período de crise política. Havia uma ideia presente nas publicações da

³¹ DALPASQUALE, Almir. *Entrevista*. Dinheiro Rural, n. 130, ed. 02/10/2015.

Aprosoja – baseada no fato de que apenas o setor primário da economia cresceu em 2015 – de que somente à agropecuária resistia à crise por que passava o Brasil, mas de que ela não conseguiria resistir por mais muito tempo (BR2015.100, BR2015.145, BR2015.155, BR2016.012, BR2016.013, BR2016.022, BR2016.024, MT2015.102, MT2016.046, MT2016.064).

Por outro lado, uma demanda que continuou presente nesse período, mas que se enfraqueceu no posterior, é a por liberação de agrotóxicos. A Aprosoja elogiou a Portaria 163/15 publicada pelo Mapa, que estabelecia os critérios de priorização na análise de novos agrotóxicos, e reconheceu que se tratava de uma importante demanda atendida. No entanto, a associação continuava a criticar as restrições intempestivas de determinados agrotóxicos, alertando que elas ameaçavam gerar uma alta inflação de alimentos, pois inviabilizavam a produção no campo (BR2015.118, BR2015.142).

Além da situação de crise, dois movimentos são notáveis nas demandas da Aprosoja Brasil no segundo semestre de 2015. Primeiramente, há uma redução drástica da principal demanda da sojicultura – a por investimentos em logística. Como indicam as publicações, tal redução pode ser fruto de uma compreensão de que o país passava por um ajuste fiscal, em que esses investimentos restariam inviabilizados, embora ainda fossem cruciais para o setor. Ademais, no caso da Aprosoja MT, embora se tenha criticado durante todo o ano de 2015 o fato de que o rápido desenvolvimento de obras privadas no Arco Norte não fora acompanhado pelos investimentos estatais, a avaliação em setembro era de que o ano fora positivo para a logística, com importantes avanços na infraestrutura rodoviária federal (MT2015.091, MT2015.098, MT2015.134). Por outro lado, o outro movimento se dá com um destaque das demandas relativas à propriedade da terra, ligadas à questão indígena e principalmente à fundiária.

Nesse período, as publicações trazem alguns relatos de invasões de terras e depredações de patrimônio por indígenas e movimentos sociais, diante das quais os proprietários se encontravam sem qualquer maneira de se defender, destacando que o Centro-Oeste vivia conflitos fundiários insolventes e uma brutal insegurança jurídica. Nesse contexto, em mais de um momento, os sojicultores acusaram o governo de desdenhar do tema e de mostrar má vontade ou incapacidade para resolver a questão. A FPA também elencou o tema como prioridade de seus deputados, através da PEC 215/00. Ademais, nesse momento também tramitava no Congresso a PEC 71/11, apoiada pela Aprosoja, que poderia garantir a indenização em dinheiro àqueles que perdessem terras para as demarcações. O poder Executivo, no entanto, buscava adiar ou inviabilizar a votação de ambas as PECs, julgando que a aprovação levaria ao acirramento dos conflitos. Ainda nesse contexto, a Aprosoja lançou uma nota de repúdio a uma

invasão do MST a terras produtivas pertencentes à Universidade de São Paulo (BR2015.092, BR2015.109, BR2015.122, BR2015.126, BR2015.138, BR2015.140). Em nota de repúdio a essa invasão, a associação afirmou:

“Não é de hoje que assistimos a essas violações ao direito de propriedade, delitos que passaram a ser mais frequentes nos últimos anos. Isso é público e notório. Esses atos de vandalismo trazem insegurança jurídica e muita conturbação nas propriedades rurais, como nos centros de pesquisa e em órgãos públicos. São ações condenáveis. No âmago dessas agitações está esse deplorável Movimento dos Sem Terra, essa organização que a todos amedronta, choca a sociedade e nos deixam a todos consternados. [...] Por tudo isso, a Aprosoja Brasil vem a público repudiar e condenar essas invasões, essas violações ao sagrado direito constitucional da propriedade privada. E alerta que o Governo Federal tem o dever de dar um basta nessa situação, de coibir essas invasões, que se imagina ocorrer num país de governo acanhado” (BR2015.116).

No entanto, com exceção das manifestações de apoio ao *impeachment* de Rousseff, que incluem reivindicações por defesa da propriedade, essas praticamente desaparecem em 2016. Com efeito, as publicações do início de 2016 da Aprosoja Brasil são quase monopolizadas pelos questionamentos aos altos custos da safra 2015/2016 e pela demanda por políticas fiscais de garantia da rentabilidade da lavoura. É nesse contexto que a Aprosoja Brasil e a Aprosoja MT declararam seu apoio ao *impeachment* de Rousseff, mais precisamente em 17 de março de 2016, um dia após a presidenta nomear Lula da Silva como ministro da Casa Civil e apenas um mês antes da admissão do processo na Câmara dos Deputados. Nessa primeira nota da Aprosoja Brasil, os sojicultores priorizaram a manifestação de repúdio à nomeação de Lula da Silva, tido como “símbolo da corrupção e incompetência da esquerda populista”, de modo que o apoio ao *impeachment* foi secundarizado. O então presidente da Aprosoja Brasil, Almir Dalpasquale, aquele mesmo que elogiara longamente a gestão de Rousseff poucos meses antes, termina a nota da seguinte forma:

“Diante do exposto, manifestamos nossa desaprovação com a condução política que nos leva a este momento trágico para o Brasil e elevamos o clamor da sociedade para que o processo de *impeachment* prospere e chegue a cabo” (BR2016.032).

Já a Aprosoja MT, em sua primeira nota, repudiou a nomeação de Lula da Silva, mas enfatizou a necessidade de imediata substituição do governo federal como condição para a construção de um novo governo no país, dada a total falta de governabilidade então presente. Ainda em março, as entidades representativas de Mato Grosso se reuniram para formalizar seu apoio conjunto ao impedimento. Endrigo Dalcin, então presidente da Aprosoja MT, destacou que a nomeação de Lula da Silva fora a gota d’água e que a crise econômica já se abatia sobre

o setor, com custos crescentes e expectativa de desemprego no campo. Dias depois, as entidades mato-grossenses publicaram um manifesto a favor do *impeachment*, em que condenaram os esquemas de corrupção imorais e ilegais que envolviam os mandatários do país, a incompetência na gestão pública, a política econômica desastrosa, a falta de credibilidade dos políticos, a redução dos investimentos no setor produtivo, o aumento do desemprego, a intervenção em outros poderes e quaisquer novos impostos que visassem pagar pela gestão fiscal temerária (MT2016.060, MT2016.066, MT2016.082).

De fato, embora admitindo ter desenvolvido certa afinidade com o governo de Rousseff, a Aprosoja agora se mostrava bastante descontente com o fato de o governo não ter sido capaz de superar a crise econômica que se instalara no país. Nessas críticas, a causa da crise é por vezes atribuída à necessidade do governo de continuar arrecadando impostos do setor produtivo para dar prosseguimento a políticas assistencialistas, mesmo diante dos altos custos e da crise que se abatia sobre o setor. Questionava-se, inclusive, se o impedimento deveria se resumir à Rousseff ou também a Temer. Nas palavras de Glauber Silveira:

“Afinal, em 2015, ao invés de vermos mudanças estruturantes e propostas de ajuste, reestruturação de ministérios, redução de cargos, coisa que qualquer empresa do setor privado faria em caso de crise financeira, o que se observou foi apenas o total corte de investimentos fundamentais ao crescimento do País em detrimento [sic] da manutenção de programas assistencialistas e a manutenção de cargos desnecessários em troca de apoio político [...] Com a distribuição de peixes ao invés de varas de pescar, o peixe se acabou. [...] O que o setor ou a sua base clama é pelo *impeachment* da presidente Dilma ou da grande parcela política que se vê envolvida na lama do desvio de dinheiro público? [...] Com tudo isso, dá para se concluir que o ideal seria a realização de novas eleições, pois o cesto está com a maioria das frutas podres, e é preciso descontaminar o sistema. Ou, infelizmente, o Brasil continuará nesta crise que é política e econômica”³².

Esse discurso que atribui a necessidade do *impeachment* à incapacidade do governo de resolver a crise política e econômica que se instalara é reproduzido pelos entrevistados 2, 5 e 6. Após frisar que a Aprosoja nunca apoiou ou sequer pode apoiar qualquer candidatura política (embora haja registros que contradigam tal afirmação), o entrevistado 2 afirmou que o apoio ao impedimento se deu após muita discussão interna, com apoio da FPA, e num momento em que não havia outro posicionamento possível, pois “estava inviável, estava uma guerra”, isto é, o governo cumulativamente não conseguia avançar. Da mesma forma, o entrevistado 6 buscou amenizar o posicionamento da Aprosoja, avaliando que o movimento pelo *impeachment*

³² SILVEIRA, Glauber. *Impeachment! O que o agronegócio espera*. A Granja, ed. 809, mai. 2016.

foi um “movimento da sociedade civil organizada” numa situação em que todos os setores econômicos passavam por dificuldades. O entrevistado 5, por outro lado, chegou a reconhecer a dinâmica da cena política àquele momento, como as dificuldades criadas por Eduardo Cunha ao governo e o fato de que as justificativas jurídicas utilizadas para o impedimento não tinham embasamento, mas afirmou que o governo não tinha mais como se sustentar depois de sucessivos erros econômicos que prejudicaram todos os setores da economia, e que seriam responsáveis pelo seu desgaste político.

O entrevistado 1 foi o único a admitir categoricamente que, para além do “desastre econômico”, a insegurança jurídica foi a principal causa do apoio dos produtores ao *impeachment*, incluindo os conflitos com indígenas, as invasões de terra e demais ameaças à propriedade privada da terra, principalmente de pequenos e médios produtores. Em suas palavras, o governo estimulava esse tipo de conflito por razões ideológicas: “é a questão ideológica do marxismo, que acha que o processo revolucionário tem que começar no campo, tirando o direito de propriedade”. Com a consecução do *impeachment*, a situação teria melhorado para os produtores, tanto do ponto de vista da questão indígena quanto da ambiental.

O entrevistado 2, a despeito de ter afirmado que as questões de segurança jurídica não tiveram qualquer relação com o *impeachment*, ao ser questionado sobre se haveria entre os produtores algum receio quanto à volta do PT à Presidência em 2023, apontou sem hesitar: “o produtor realmente tem essa preocupação, principalmente para com a questão de invasão de terras e com relação à questão indígena”, considerando que o PT seria um governo “muito mais populista”. Na mesma linha, o entrevistado 3 também afirma que tais questões não estiveram ligadas ao *impeachment*, mas, paradoxalmente, explicariam o apoio dos produtores a Bolsonaro contra Lula da Silva em 2022. Ademais, segundo ele, o tempo que a associação levou para apoiar o impedimento está relacionado ao próprio processo decisório em assembleia, que leva algum tempo, mas a decisão final é por ele tratada pela via moral, não relacionada a qualquer política direcionada à lavoura, mas tão somente ao fato de que o PT seria um partido mentiroso e corrupto, que precisava ser substituído para que o país voltasse a progredir, o que de fato teria ocorrido sob o governo de Temer.

Vale citar que, à época do *impeachment*, também incomodava os produtores o fato de que esse processo passou a monopolizar a agenda política do país, em detrimento de assuntos de interesse da agricultura àquele momento, como segurança jurídica, direito à propriedade, questões indígenas e trabalhistas:

“A morosidade do julgamento do *impeachment* da Presidente Dilma faz com que temas importantes e a continuidade sustentada do agronegócio não avancem, afinal,

tudo no Congresso Nacional agora só gira em torno do *impeachment* e nada se vota ou se decide. [...] Com isso o Brasil se arrasta em uma crise política e econômica gravíssima, na qual o setor produtivo está pagando uma conta alta por falta de investimentos, crédito e infraestrutura”³³.

Poucos dias após perder o apoio de vários setores do agronegócio, Rousseff mudou completamente o tom do governo no que diz respeito a um dos interesses centrais do patronato rural – o concernente à propriedade privada da terra. Numa tentativa de aproximação com suas bases populares, o governo retomou a desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. Em 1º de abril, a presidenta publicou 25 decretos de desapropriação, totalizando 56,5 mil hectares de terras. No início de maio, o governo ainda demarcou três novas terras indígenas e homologou uma outra, enquanto o Ministério da Justiça declarou cinco grandes áreas como território tradicional indígena³⁴. No entanto, essas ações contribuíram para o acirramento dos conflitos pela terra nas semanas imediatamente anteriores e posteriores à votação do *impeachment* na Câmara, o que é bem ilustrado, por exemplo, pelo discurso de ampla repercussão feito por um representante da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) no Palácio do Planalto, convocando invasões de terras de ruralistas em protesto contra eventual impedimento da presidenta³⁵. De fato, representantes da Aprosoja também divulgaram essas ações de forma negativa, tratando-as como “absurdos”, “atos ideológicos, inconsequentes que prejudicam o Brasil que produz” e “maldades” que logo deveriam ser anuladas pelo governo interino³⁶.

Poucos dias depois, chegava a vez de a CNA declarar seu apoio à deposição de Rousseff, em nota reproduzida pela Aprosoja Brasil. Na leitura da confederação, a crise vivida pelo país originara-se “por reiterados erros de política econômica e pelo colapso fiscal promovido pela ação do atual governo”. A única saída seria a aprovação de reformas no Congresso, as quais o governo não teria capacidade política de promover. Ademais, a nota frisa que o governo “mobiliza para sua defesa apenas organizações radicais e minoritárias da sociedade, aprofundando divisões e separando as pessoas”, citando como exemplo o caso do dirigente da Contag e o apoio do Ministro da Justiça à fala do sindicalista. Dessa forma, o impedimento de Rousseff seria também uma forma de voltar a unir o país – e, claro, restaurar

³³ SILVEIRA, Glauber. *O impeachment do agronegócio*. A Granja, ed. 807, mar. 2016.

³⁴ PASSOS, Gésio. *Do Marco Civil à demarcação de terras indígenas, conheça últimos atos de Dilma antes do afastamento*. 12 mai. 2016. Disponível em <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/ultimos-atos-de-dilma-antes-do-impeachment>> Acesso em 21 nov. 2022.

³⁵ CANAL RURAL. *Contag convoca invasões de terras de ruralistas*. 04 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/contag-convoca-invasoes-terras-ruralistas-69329/>> Acesso em 15 jul. 2021.

³⁶ SILVEIRA, Glauber. *Novo governo, mesmo provisório: uma esperança*. A Granja, ed. 810, jun. 2016.

a segurança jurídica no campo ao resguardar o direito de propriedade privada da terra (BR2016.041).

Nesse ínterim, Dalpasquale relata que, numa tentativa de diálogo com Kátia Abreu, sugeriu que a ministra deveria deixar o cargo e contar com o apoio do setor, ao que Abreu recusou, afirmando que só sairia se a presidenta caísse. O presidente da Aprosoja Brasil então conclui: “sendo assim cortamos o vínculo e apoio que pretendíamos dar a ministra” (BR2016.042). Em novembro de 2015, um diretor da Aprosoja MT também afirmou que o agronegócio estaria bem representado politicamente, inclusive por Kátia Abreu, mesmo com as incertezas políticas por que o país passava (BR2015.144). Nota-se, portanto, que o setor mantinha o reconhecimento e a interlocução com a gestão da ministra e estava disposto a apoiá-la em detrimento de Rousseff, o que corrobora a relação positiva que o setor nutriu com a ministra – e, por extensão, com alas do então governo – enquanto ela ocupou o cargo, ao menos até o episódio acima relatado.

Ao longo de abril de 2016, a Aprosoja Brasil publicou ou reproduziu algumas notas relacionadas ao impedimento. Numa delas, a CNA reitera as duas principais motivações de seu posicionamento contra o governo: a crise econômica e a violência no campo. Noutra, a FPA critica o silêncio, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, do dirigente da Contag a respeito de suas falas no Planalto, indicando que incitar a invasão de terras seria inaceitável numa democracia. Em mais outra, a Aprosoja apoia a ação da CNA pelo *impeachment*, sendo que esta defende um grande pacto para a reconstrução da economia e repete suas razões – crise econômica e invasões de propriedades. Em 18 de abril, com a aprovação do processo de impedimento na Câmara, acompanhada pessoalmente por milhares de produtores levados à Brasília pelas associações do setor, a Aprosoja Brasil publica uma nota de apoio aos deputados que votaram a favor, tratando esse como um momento de esperança, de recuperação social e econômica e combate à corrupção. A Aprosoja MT também reproduziu o mesmo tipo de discurso, mas com mais intensidade, ao afirmar que se dava o primeiro passo para o restabelecimento da governabilidade, do crescimento econômico e da reconstrução do país (BR2016.044, BR2016.045, BR2016.047, BR2016.048, MT2016.093)

Poucos dias após essa comemoração, a Aprosoja MT celebra os dez anos do chamado “Grito do Ipiranga”, manifestação dos produtores iniciada em Ipiranga do Norte (MT) e que se espalhou por dez estados, em luta contra a crise que o setor vivia naquele período. Em face desse evento, a associação publicou a “Carta de Ipiranga 10 Anos”³⁷, reunindo as principais

³⁷ Carta de Ipiranga 10 Anos. 21 abr. 2016. Disponível em: <<http://appssenarmt.org.br/portal/arquivos/25042016120752.pdf>>. Acesso em 17 set. 2022.

demandas políticas da sojicultura mato-grossense: a redução no preço dos combustíveis e a eficiência logística, as políticas fiscais de apoio ao setor (redução de juros e ampliação de recursos para o financiamento agrícola, seguro rural, isenção de impostos, políticas de comercialização, desoneração de insumos), a criação de uma política agrícola de Estado, a liberação de agrotóxicos e o investimento em pesquisa, a segurança física e jurídica da propriedade da terra e a celeridade nas reintegrações de posse. Além disso, fica subentendida a demanda pelo porte de armas: “é necessário assegurar ao produtor rural o direito de legítima defesa [...], dando-lhe o direito de defesa pelos meios necessários”. Em comparação com as demandas apresentadas pela Aprosoja Brasil em 2014 na Carta Aberta da Soja, o que se nota é que as políticas fiscais de manutenção da renda do produtor ganharam maior destaque, junto com aquelas pela defesa da propriedade privada da terra, em detrimento das demandas mais diretamente ligadas às questões indígena, trabalhista e ambiental. Vale pontuar, no entanto, que essas três questões são pouco presentes nas publicações da Aprosoja MT como um todo.

Com o afastamento de Rousseff, o governo interino é bem recebido pelo setor, principalmente na figura de Blairo Maggi, escolhido por Temer para liderar o Mapa (MT2016.118, MT2016.125). Maggi, então importante político mato-grossense e considerado o maior produtor de soja do país – um grande, e não médio capitalista sojicultor – assume o Mapa num momento crítico para a agricultura, mas desde o começo toma a redução de custos da lavoura como uma de suas principais metas³⁸ e faz questão de estreitar a interlocução com o setor. Uma semana após sua posse, o ministro já compareceu à cerimônia de posse da nova diretoria da Aprosoja Brasil, ressaltando a necessidade de o setor levar suas demandas ao governo e indicando que resolveria as reivindicações relativas à quebra da safra que assolava os sojicultores. Na ocasião, a assessoria de comunicação da Aprosoja relatou sobre o presidente empossado, Marcos da Rosa:

“Para o novo presidente da Aprosoja Brasil o mandato terá muito trabalho pela frente, como por exemplo, priorizar os problemas da Segurança Jurídica no campo. ‘Todos os dias propriedades são invadidas, produtores têm suas terras roubadas e saqueadas e não temos a quem recorrer. Falta uma legislação que garanta a segurança no campo, para isso temos que atuar junto ao Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e a Funai’” (BR2016.055).

Como já apontado, a safra de soja sofria com importantes quebras no Matopiba e no Centro-Oeste, e as demandas por recomposição da renda da lavoura dominariam as publicações da Aprosoja até o fim do ano. A primeira reivindicação levada a Maggi – menos

³⁸ SILVEIRA, Glauber. *Novo governo, mesmo provisório: uma esperança*. A Granja, ed. 810, jun. 2016.

de uma semana após sua posse – foi pela prorrogação do pagamento dos financiamentos à agricultura, os quais muitos sojicultores não estavam sendo capazes de honrar, o que poderia gerar inadimplência e inviabilizar o acesso a novo crédito para a próxima safra. Maggi prometeu acatar a demanda do setor, mas a prorrogação chegou atrasada, meses depois, gerando incertezas. Da mesma forma, o seguro rural também teve seu pagamento atrasado, e bastante abaixo do valor esperado pelo setor, a despeito de estar entre as principais reivindicações do segmento para o novo ministro³⁹. Nesse período, inclusive, os preços internacionais da soja tiveram um período breve de alta, mas que resultou prejudicial aos sojicultores, pois se deu em razão da falta de soja no mercado para honrar os compromissos de venda futura, de modo que o país foi obrigado a importar soja em grão para cumprir tais contratos (BR2016.054, BR2016.055, BR2016.057, BR2016.059, BR2016.069, BR2016.057).

Nesse período, as discussões anteriores ao PAP indicavam que os recursos fornecidos não seriam suficientes e que os juros estariam muito altos. Contudo, com a divulgação do Plano, os sojicultores apontaram que se tratava de um dos mais ambiciosos até então, atendendo uma série de demandas da associação, como o aumento no limite de crédito de custeio por pessoa física e o aumento do preço mínimo do milho, embora todas as linhas de crédito tivessem tido aumento nos juros e houvesse também um direcionamento para a captação de recursos privados a taxas de juros livres (não subsidiadas). Maggi preferiu dar ênfase à desburocratização do Mapa, à expansão do mercado para exportações de commodities e à segurança jurídica no campo, além de ter sido elogiado por manter a interlocução com o setor, mas admitiu a falta de recursos do Ministério. Nesse período, a Aprosoja chega a demandar que o Mapa tivesse autonomia sobre seu orçamento diante dos demais ministérios, a fim de tomar decisões estratégicas de forma mais independente e menos “burocrática” (BR2016.056, BR2016.065, BR2016.078, MT2016.160, MT2016.073, MT2016.179).

Temer, por sua vez, em seu comparecimento ao Global Agribusiness Forum, agradeceu o apoio do agronegócio ao governo e recebeu das entidades um manifesto de confiança (BR2016.065). O presidente interino de fato abraçou importantes demandas da agricultura patronal, principalmente as ligadas à questão fundiária, manifestando seu desejo de solucionar as “inseguranças jurídicas” do setor. É interessante observar que, nesse período, as demandas da Aprosoja relativas à questão indígena e fundiária desaparecem, o que pode ser um sintoma da confiança na atuação do novo governo nesse âmbito. Temer se mostrou aberto às reivindicações da FPA que, durante a tramitação do *impeachment*, protocolou um documento

³⁹ DA ROSA, Marcos. *O grande desafio é traçar objetivos e metas para dez ou vinte anos*. Agroanalysis, v. 36, n. 6, p. 7, 2016.

com as diretrizes para as políticas direcionadas ao campo do futuro governo. Entre elas estava a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a criação de um fundo de investimentos específico para o agronegócio, a revisão das demarcações de áreas indígenas e quilombolas, a mudança constitucional para permitir a repressão do Exército aos movimentos sociais rurais e a concentração do poder de organização das atividades rurais no Mapa (MATTEI, 2017).

Contudo, o ano termina com a viabilidade da lavoura no limite: altos custos, ameaça de novos impostos, falta de seguro agrícola, de investimentos em infraestrutura, e de modernização das legislações ambiental, trabalhista e de agrotóxicos prejudicavam o setor. Na questão ambiental, a demanda é por flexibilização do licenciamento ambiental. De sua parte, o ministro da agricultura endossa o discurso dos produtores de que o setor não é um problema para o meio ambiente, mas a solução. Há uma ideia, nas publicações da Aprosoja MT, de que, no âmbito ambiental, o Estado deveria ter um papel menos “policialesco”, cobrando multas por infrações, e mais de apoio, auxiliando os produtores na recuperação de seus passivos ambientais. Já na questão logística, o governo demonstrou ouvir as demandas do setor: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes elaborou um calendário de obras prioritárias e Temer criou o Programa de Parcerias de Investimentos (MP 727/16), com foco na cooperação com o setor privado para “desburocratizar” as concessões de infraestrutura. A mudança na lei trabalhista para o campo também aparecia como um imperativo: “Temos de aproveitar esse momento para aprovar o que for necessário”⁴⁰ (BR2016.066, BR2016.068, BR2016.081, BR2016.089, BR2016.102, MT2016.109, MT2016.165, MT2016.264).

Um tema quase ausente até então, mas que começa a ganhar destaque em 2016, justamente pela situação de crise econômica, é a rejeição a novos tributos, principalmente no âmbito estadual, sendo o principal exemplo o ICMS sobre exportações (BR2016.011, BR2016.014, BR2016.016, BR2016.018, MT2016.121, MT2016.132). A Aprosoja defendia que os produtores não deveriam pagar pela crise, mas que ela deveria ser solucionada com “enxugamento da máquina pública e dos inúmeros desperdícios de dinheiro público e corrupção”, além de “um choque de gestão que gere ganho de produtividade e aperfeiçoamento dos serviços públicos”, o que foi repercutido pelo Mapa (BR2016.058, BR2016.074). Esse discurso, quando aparece nas publicações da associação, está sempre ligado ao aumento da eficiência das políticas estatais, e nunca plenamente encaixado à ideia de austeridade fiscal (exceto no âmbito estadual) ou à redução do orçamento estatal e dos investimentos. Ao

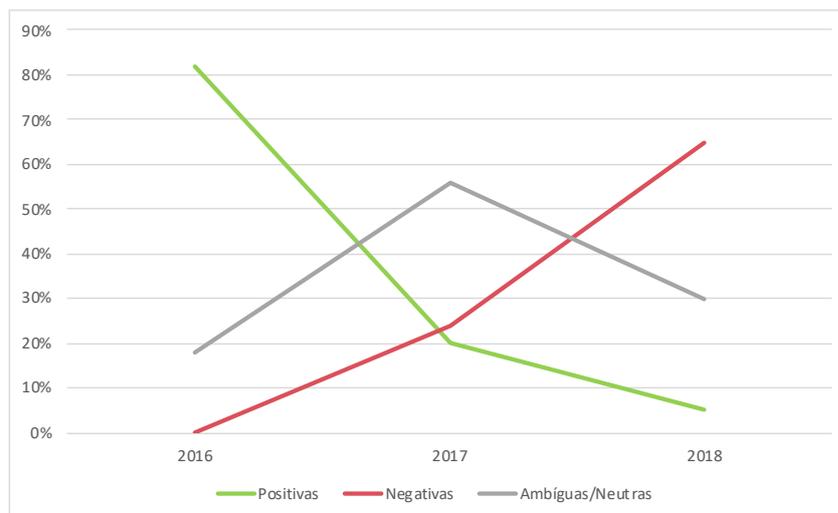
⁴⁰ *Ibidem*.

contrário, os sojicultores defenderam reiteradamente que a saída para a crise estava em investimentos estatais no agronegócio, setor tido como mais pujante da economia nacional (BR2017.238, MT2018.140, MT2018.149).

Este período de um ano e meio que compreende os antecedentes e resultados do processo de impedimento de Dilma Rousseff, foi, portanto, particularmente crítico para a sojicultura. Por um lado, a relação dos sojicultores com o governo Rousseff parecia estar em seu melhor momento, com o governo atendendo a uma série de demandas do setor e garantindo-lhe espaço no orçamento mesmo em meio ao ajuste fiscal. Por outro, o cenário econômico doméstico e internacional pressionava cada vez mais a rentabilidade da lavoura, enquanto os conflitos fundiários pareciam se intensificar. Nota-se, portanto, que a política econômica do governo Rousseff era especialmente vantajosa para a sojicultura e, após o golpe do *impeachment*, não demorou para que as restrições orçamentárias se abatessem sobre o setor. Também é fato que, no campo, as políticas social e de ordem do governo estavam chegando ao limite tolerado pelos sojicultores e pelo patronato rural como um todo, o que certamente foi um fator causal relevante na decisão da Aprosoja de apoiar o fim da política neodesenvolvimentista. Com efeito, no início de 2017, a Aprosoja reproduz um editorial d'O Globo que denunciava que, durante os governos do PT, “o campo não enfrentou dificuldades de acesso a crédito, porém nunca pôde estar tranquilo diante da insegurança jurídica em torno do direito constitucional de propriedade” (BR2017.002).

Com a assunção de Temer à Presidência, a Aprosoja manifestou entusiasmo e esperança de melhora na economia do país, mas também de resolução dos conflitos fundiários. De fato, a nova gestão manteve boa interlocução com o setor e se comprometeu desde o início a assegurar a segurança jurídica dos proprietários rurais e avançou, como se verá na próxima seção, em termos das desregulações que beneficiaram a sojicultura. Não obstante, a recuperação da rentabilidade da sojicultura nos anos seguintes parece ter sido aquém do esperado e, na relação com o governo Temer, logo começaram a prevalecer as críticas, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Menções positivas, negativa e ambíguas/neutras ao governo Temer, em % do total (2016-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

O gráfico acima foi elaborado da mesma forma que o Gráfico 1. Por um lado, o que se observa é um aumento significativo das críticas ao governo Temer ao longo do triênio – de totalmente ausentes em 2016 para quase dois terços das menções em 2018. Por outro, há também uma redução nas menções positivas – de mais de 80% em 2016 para quase ausentes em 2018. Em 2017, por sua vez, as menções positivas e negativas aparecem quase “empatadas”. Na seção a seguir será analisado o último biênio do governo Temer, a fim de elucidar essa progressiva inversão na relação dos sojicultores com o governo.

3.4 Governo Temer

Esta seção trata do último período sob análise, referente aos anos de 2017 e 2018, tomando cada ano separadamente. Nesses anos, a sojicultura recuperou seu ímpeto econômico e contou com boas safras, mas a rentabilidade da lavoura não chegou mais ao patamar dos anos de bonança. Na relação com Temer, por outro lado, o setor começou a enfrentar alguns atritos, devido principalmente a medidas apoiadas pelo governo que ameaçavam a rentabilidade da lavoura.

Nas publicações da Aprosoja, o ano de 2017 é marcado por constantes queixas quanto à rentabilidade da sojicultura: os custos mais altos da história, os preços da soja 15% mais baixos que a média dos últimos cinco anos, a descapitalização dos produtores e a valorização do real travaram a comercialização da safra e deixaram muitos produtores no prejuízo. A situação só não era pior pois, devido ao clima favorável, a sojicultura teve uma excelente colheita no país, o que permitiu o retorno do financiamento à lavoura. Com efeito, os produtores viveram o que foi chamado de “crise do silo cheio”, em que a produção foi boa, mas a comercialização não avançou, por falta de rentabilidade (BR2017.015, BR2017.022, BR2017.098, BR2017.105, BR2017.109, BR2017.120, BR2017.133, BR2017.134,

BR2017.146, BR2017.164, BR2017.198, BR2017.201, BR2017.248, BR2017.377, MT2017.231).

Marcos da Rosa, então presidente da Aprosoja Brasil, afirmou que “não adianta ter produtividade enquanto os custos de produção ficarem próximos aos de venda” e que “o câmbio está fazendo o produtor de escravo” (BR2017.093). Ele elencou como principais reivindicações para o ano a renegociação de dívidas do setor, mudanças no seguro rural, crédito agrícola e infraestrutura logística, ou seja, priorizou as políticas fiscais de apoio à rentabilidade da lavoura. Além disso, em diversas oportunidades, o presidente convocou os produtores a se mobilizar contra o aumento de custos, apontando a necessidade de mudança nas legislações trabalhista e para os agrotóxicos, bem como de resolver entraves fundiários e ambientais junto à Funai, ao Incra e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BR2017.064, BR2017.082, BR2017.129).

Era bastante presente nesse momento a ideia de que a agropecuária é que liderava a recuperação da economia brasileira e que, portanto, deveria receber um tratamento correspondente do governo, com uma política agrícola que solucionasse os entraves do setor: “o sucesso deste Brasil novo passa pelo sucesso da agropecuária”, afirmou Marcos da Rosa (BR2017.238). O não atendimento às demandas do setor resultaria em prolongamento da crise econômica, com aumento da inflação e do desemprego. Não obstante, a leitura da associação era de que a expectativa de estabilidade econômica não se concretizara e que os custos da cadeia da soja estavam sendo repassados à lavoura. De fato, uma série de escândalos passam a ser fonte de grande preocupação e instabilidade: a operação Carne Fraca da Polícia Federal, que derrubou os preços da soja; a delação premiada de Joesley Batista à operação Lava Jato, que ameaçou derrubar o próprio Temer e também prejudicou a cadeia de proteína animal, diretamente ligada à da soja; e a situação judicial em que a Odebrecht e outras empresas se envolveram no âmbito da operação Lava Jato, o que paralisou obras de infraestrutura importantes para o setor, como na BR163 (BR2017.124, BR2017.196, BR2017.209, BR2017.210, BR2017.299). Cabe pontuar ainda que, diante da delação de Batista e da ameaça ao governo Temer, os sojicultores não publicaram qualquer defesa do presidente – Marcos da Rosa chega a declarar: “O plano [PAP] vai andar bem porque é a única alternativa que o governo federal tem para garantir uma inflação menor, independentemente de o presidente Michel Temer prosseguir no cargo ou não” (BR2017.206).

Apesar de admitirem que o governo, principalmente na figura de Maggi, agiu rapidamente para conter os danos da operação Carne Fraca, é bastante claro que a Aprosoja não mostrava mais o mesmo entusiasmo com a gestão Temer em comparação ao ano anterior (BR2017.121). O ponto de virada a partir do qual passam a prevalecer as críticas ao governo

foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), no final de março de 2017, o que levou a demanda contra tributações a se tornar a principal desse ano. A contribuição previdenciária rural fora julgada inconstitucional pela Corte em 2010, num caso específico que abriu precedente para uma série de decisões em primeira instância que autorizavam os empregadores rurais a não recolher o tributo. Muitos produtores optaram por não recolher, inclusive sob orientação da Aprosoja MT, embora o recomendado fosse fazer os depósitos em contas judiciais, para caso o STF mudasse a decisão do julgamento (MT2017.007). Dessa forma, quando ocorreu essa mudança, criou-se um passivo de dívida dos produtores com a previdência que poderia superar os dez bilhões de reais, e os sojicultores elegeram o Funrural como sua principal preocupação no ano⁴¹.

Na visão dos produtores rurais, a decisão sobre o Funrural foi a gota d'água na situação de achatamento da rentabilidade do setor. Ela seria uma decisão política do STF, e não jurídica, pois tinha fins estritamente arrecadatórios para resolver a crise orçamentária então enfrentada pelo governo, obrigando os produtores a arcar com o endividamento brasileiro. Criou-se, na terminologia dos sojicultores, uma situação de “insegurança jurídica”, pois o passivo de dívida poderia tornar muitos produtores inadimplentes e sem acesso a crédito para a safra seguinte. Diante disso, os sojicultores passaram a reivindicar a criação de um programa de refinanciamento ou, mais idealmente, a não cobrança retroativa do tributo. Em atrito com a CNA, que declarara apoio ao Funrural às vésperas da decisão do STF, a Aprosoja se uniu às demais entidades do IPA e, com apoio da FPA, abriu uma ampla frente de contestação à contribuição previdenciária, que chegou inclusive a travar a reforma da previdência prometida pelo governo⁴² (BR2017.132, BR2017.138, BR2017.140, BR2017.145, BR2017.149, BR2017.178, MT2017.065). Em entrevista, o presidente da Aprosoja afirmou que o Brasil estava empobrecido e em situação de caos, que a crise chegara a todos os cidadãos, que não teriam culpa da “roubalheira” do período anterior e da “política de dar para quem não trabalha e tirar de quem trabalha”. O dirigente, inclusive, chegou a associar Temer ao governo anterior

⁴¹ LACERDA, Manáira. *Entenda como o Funrural surgiu e a evolução da cobrança ao longo dos anos*. 9 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/programas/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279/>> Acesso em 26 nov. 2022.

⁴² METRÓPOLES. *Reforma da Previdência esbarra em pressão de servidores e ruralistas*. 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/reforma-da-previdencia-esbarra-em-pressao-de-servidores-e-ruralistas>> Acesso em 26 nov. 2022.

e defender uma mobilização permanente contra a situação econômica e política do país e a baixa rentabilidade da sojicultura⁴³.

As discussões em torno do Funrural duraram até o final do ano seguinte, gerando um clima de incerteza entre os sojicultores. Inicialmente, o governo publicou a MP 793/17, por meio da qual foi reduzida a alíquota de contribuição em 38% e foi permitido o parcelamento das dívidas, com redução de multas e juros, em até 180 vezes, garantindo a adimplência dos produtores. Ao longo da tramitação da MP, a FPA logrou adicionar emendas que diminuíram a primeira parcela de 4% para 2,5% da dívida e isentaram a cobrança de multas, além de prorrogar o início do pagamento em mais de um ano (BR2017.195, BR2017.202, BR2017.334, BR2017.366, BR2017.395)

As demandas do setor por melhora na rentabilidade também se estenderam ao PAP. Os sojicultores demandaram redução dos juros em dois pontos percentuais, linhas de crédito específicas e melhores condições de financiamento e prazos. O governo, no entanto, entregou menos que o esperado. Para a maior parte dos recursos, a redução nos juros foi de um ponto percentual, mantendo-os acima da taxa Selic, o que tornou as taxas livres praticadas no mercado mais baratas que as taxas subsidiadas e foi tomado pelos produtores como um sinal de mudanças permanentes na política agrícola estatal. Houve também redução real dos recursos totais do PAP, com o aumento percentual inferior à inflação, e cortes nos recursos para o seguro rural. Ademais, a promessa do governo de tornar o PAP uma política plurianual não foi cumprida. Na leitura da Aprosoja, as razões para o PAP insatisfatório residiam na crise política provocada pelas delações de Batista, que ameaçavam o governo, mas principalmente na PEC 55/2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos, que teria limitado a capacidade do Estado de investir na agropecuária, o que, por sua vez, era visto pelo setor como a única solução para retomar o crescimento da economia e reduzir a inflação (BR2017.068, BR2017.184, BR2017.212, BR2017.230, MT2017.084, MT2017.106, MT2017.146).

Os sojicultores também demonstram insatisfação com a nova política de paridade de preços da Petrobrás, que encareceu o diesel, combustível que, além de ser usado pelos caminhões no escoamento da soja, é utilizado pelas máquinas agrícolas e, na opinião dos produtores, deveria ser alvo de uma política de preços diferenciada. Diante da situação então vivida pela lavoura, Marcos da Rosa alerta para um novo cenário de longo prazo para a

⁴³ CANAL RURAL. *Aprosoja: Caixa está vazio e governo quer arrecadar com Funrural*. 03 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/aprosoja-caixa-esta-vazio-governo-quer-arrecadar-com-funrural-79220/>> Acesso em 26 nov. 2022.

sojicultura, com crescimento menor do que nos dez anos anteriores, o que ameaçaria o papel do Brasil como produtor de alimentos para o mundo e geraria inflação. Entre as justificativas para sustentar seu argumento, o dirigente elencou: queda nos preços internacionais das *commodities*, margens reduzidas, corte nos recursos estatais (com a PEC do Teto de Gastos e a redução do crédito do PAP), exigências crescentes para financiamento e tendência de redução da área plantada com a regularização do CAR e a Moratória da Soja. A Aprosoja inclusive reproduziu notícia apontando que algumas das reformas promovidas pelo governo poderiam prejudicar a agropecuária – sem especificar quais seriam tais reformas. Um mês depois, presidentes das Aprosojas estaduais chegaram até mesmo a aprovar uma moção de apoio à elaboração de uma nova Constituição Federal que reformasse o sistema político nacional (BR2017.007, BR2017.264, BR2017.301, BR2017.314).

Além das demandas por políticas fiscais de apoio à sojicultura, nesse período a Aprosoja também pressionou o governo – embora com menos frequência que nos períodos anteriores – pelo avanço da infraestrutura logística e por mudanças nas leis trabalhistas, ambientais e indígenas, diante das supostas perseguições ideológicas sofridas por milhares de produtores e para garantir redução de custos. Temer, por sua vez, na cerimônia de posse da nova direção da FPA, lembrou que o setor foi o primeiro a apoiar seu governo e pediu para que o apoio continuasse, além de prometer simplificar o sistema tributário e acelerar a reforma trabalhista. Na ocasião, o presidente declarou que “Quando nós, no governo, dizemos que o Brasil tem rumo, a primeira direção para a qual olho é, exatamente, a agricultura, o agronegócio” (BR2017.048). De fato, Temer conseguiu a aprovação da lei 13.429/17, que flexibilizou a terceirização de mão de obra, e da lei 13.467/17, lei da reforma trabalhista. Além dessas legislações, os sojicultores também comemoraram a portaria 1.129/17 do Ministério do Trabalho (MTB), que dispôs sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo e que teria, na visão dos produtores, superado definições genéricas e trazido segurança jurídica. A portaria, no entanto, teve uma repercussão ruim e foi suspensa pelo STF por violar a Constituição, sendo substituída dois meses depois pela portaria 1.293/17, versão menos favorável ao patronato rural. Também foi comemorado entre os sojicultores o fim do auto de infração automático em fiscalizações trabalhistas, que ocorreu através da Instrução Normativa 129 da Secretária de Inspeção do Trabalho, que garantiu doze meses de prazo para que os produtores corrigissem irregularidades constatadas pela fiscalização (BR2017.123, BR2017.144, BR2017.355, BR2017.363, MT2017.009, MT2017.053, MT2017.081).

No âmbito da questão indígena, a Aprosoja apoiou o relatório final da CPI da Funai e do Incra, responsável por revelar “os abusos cometidos por promotores públicos, antropólogos e Governo Federal na figura da FUNAI e INCRA”, que teriam incitado a invasão de terras e a violência contra os produtores, e que permitiria “punir os culpados” e “frear essa sanha demarcatória ideológica e desrespeito ao povo brasileiro” (BR2017.182). Entre outros pontos, o relatório sugeria que uma nova lei estabelecesse a definição de “ocupação tradicional”, defendia que os indígenas deveriam ter autonomia para utilizar suas terras para fins comerciais e produtivos e pedia a anulação ou revogação dos decretos de desapropriação para reforma agrária que Rouseff fizera às vésperas de seu impedimento. Segundo o relator da comissão, deputado Nilson Leitão (PSDB), então presidente da FPA, a CPI revelara “um alarmante número de irregularidades” no Incra, como “a delegação a lideranças particulares a atribuição de escolher a propriedade que será alvo de reforma agrária e quem será assentado”, através do pagamento de mensalidades a essas lideranças. Na visão do deputado, as invasões de propriedade seriam um “expediente ardiloso e que tangencia a guerra revolucionária” e deixar de punir os invasores seria o pretexto para “uma anacrônica ditadura militar com base nas envelhecidas ideias marxistas” (BR2017.213).

A Aprosoja MT também admitiu enxergar uma mudança positiva nos trabalhos da Funai, que mostrava querer avançar com as obras de infraestrutura que afetavam terras indígenas. Ademais, Temer não reconheceu qualquer terra indígena durante seu mandato (fato inédito desde a redemocratização), vetou a revisão dos limites de terra já demarcados e assinou o Parecer 001/17 da AGU, que buscou instituir o chamado “marco temporal”⁴⁴, medida reiteradamente defendida pela Aprosoja que inviabilizaria a demarcação de novas terras indígenas e poderia até mesmo gerar revisão das demarcações já concluídas⁴⁵. O parecer, apoiado pela Aprosoja, também teria definido que a posse indígena das terras não impediria a ação do Estado na área, permitindo a instalação de infraestrutura, como estradas e redes de comunicação (BR2017.220, BR2017.276, BR2017.290, BR2017.362).

No que tange às questões ambiental e fundiária, passou a haver entre os sojicultores uma preocupação com a possibilidade de restrições ambientais vindas de compradores estrangeiros da soja – influenciados por ONGs que buscariam prejudicar a imagem do Brasil –

⁴⁴ Tese que restringe o direito constitucional de demarcação de terras de povos indígenas e comunidades quilombolas às terras comprovadamente ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988, ignorando o processo de expulsão sofrido por esses grupos.

⁴⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Entenda o que é o “Parecer Antidemarcação” e o que está em jogo no STF*. 20 mai. 2020. Disponível em <<https://cimi.org.br/2020/05/entenda-parecer-antidemarcacao-stf/>> Acesso em 26 nov. 2022.

e com o julgamento da constitucionalidade do Novo Código Florestal pelo STF, diante dos quais os sojicultores solicitaram o apoio do governo (BR2017.063, BR2017.317, BR2017.326, BR2017.357, BR2017.403, BR2017.408). Os sojicultores buscaram esclarecer a diferença entre o desmatamento legal e o ilegal, prevista no Código Florestal, e mostraram total rejeição à Moratória da Soja no Cerrado:

“O que está em jogo é uma questão de soberania nacional e de segurança alimentar. O cálculo é simples. Quando o Cerrado produz menos, aumentam o desemprego e a inflação dos alimentos. [...] Quando produz bem, o brasileiro come melhor e encontra oportunidades. Graças ao agricultor é que milhões de empregos e de hectares de mata nativa estão preservados, sem falar nos benefícios macroeconômicos festejados pelo governo e pela sociedade” (BR2017.411).

A partir de dados fornecidos pelo CAR e pela Embrapa, o setor passou a defender que os agricultores seriam os verdadeiros responsáveis pela preservação ambiental no Brasil, e que a sustentabilidade seria uma forma de reduzir custos, aumentar a rentabilidade e garantir a comercialização junto a compradores estrangeiros. Nesse âmbito, a principal reivindicação da Aprosoja passou a ser o PL 3.729/04, que isentaria uma série de atividades (inclusive a agricultura) da necessidade de obter licenciamento ambiental. Temer não conseguiu a aprovação desse PL, mas sancionou a MP 759/16, conhecida como “MP da grilagem”, que previu a regularização fundiária de terras públicas ocupadas por particulares até 2.500 hectares, mesmo sem cumprimento das exigências ambientais (BR2017.054, BR2017.063, BR2017.192, BR2017.313, BR2017.321, BR2018.012, BR2018.134, MT2018.018). No ano seguinte, o presidente editou dois decretos (9.309/18 e 9.311/18) que regulamentaram essa MP, da qual derivou a lei 13.465/17, por meio da qual se facilitava a regularização de terras griladas e se dificultava a política de reforma agrária⁴⁶. Temer também publicou as MPs 756/16 e 758/16, que buscavam alterar o limite de quatro Unidades de Conservação federais localizadas ao longo da BR163, principal via de escoamento da soja no Arco Norte, a fim de permitir o avanço de obras de infraestrutura na região⁴⁷. Nesse sentido, as reivindicações referentes à propriedade fundiária receberam especial atenção após o golpe do *impeachment*.

De modo geral, os entrevistados apresentaram uma visão positiva do governo de Temer. Para o entrevistado 1, foi um governo mais próximo dos produtores; para o 3, Temer

⁴⁶ CARTA CAPITAL. *Governo publica decretos que regulamentam a Lei da Grilagem*. 29 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/governo-publica-decretos-que-regulamentam-a-lei-da-grilagem/>> Acesso em 26 nov. 2022.

⁴⁷ CARTA CAPITAL. *Aprovadas, as MPs 756 e 758 ampliam a exploração na Amazônia*. Entenda. 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mps-756-e-758-ampliam-exploracao-na-amazonia-entenda/>> Acesso em 26 nov. 2022.

foi um bom estadista. Para o 2, foi “uma pena que ele não foi para reeleição”, pois não foi um governo bom apenas para os produtores, mas para o Brasil, por ter garantido estabilidade e tranquilidade para produzir. Da mesma forma, o entrevistado 6 destacou a melhora na segurança jurídica, o que teria permitido o avanço dos investimentos. Por fim, o entrevistado 5 destacou as reformas, principalmente a trabalhista, que teria melhorado as relações de mercado ao possibilitar a prevalência do acordado sobre o legislado, o que também teria permitido o retorno dos investimentos privados.

Em particular, os entrevistados 1, 3 e 6 citaram a importância da política de titulação de terras, impulsionada no governo Temer por meio das legislações citadas acima. Tal política consiste na regularização da posse por meio da entrega de títulos de propriedade para ocupantes irregulares (normalmente em terras públicas), garantindo assim o acesso a benefícios estatais, como o crédito rural. A titulação é frequentemente contraposta à política de criação de assentamentos para famílias sem terra ou com poucas terras, o que não envolve entrega de título de propriedade e normalmente ocorre por meio de desapropriação de terras consideradas improdutivas ou com indícios de irregularidades em sua aquisição. Segundo os entrevistados, a titulação é relevante para reduzir o poder de organizações como o MST sobre os produtores assentados e garantir-lhes acesso a crédito, o que teria contribuído para reduzir as ocupações de terra e aumentar a “segurança jurídica”. Fato é que a ênfase na titulação de terras em detrimento da desapropriação para criação de assentamentos da reforma agrária favorece ocupantes irregulares (como grileiros, por exemplo) e regulamenta o mercado de comercialização das terras do Estado, ao inserir nele porções de terras antes não mercantilizadas, ampliando assim a oferta nesse mercado e beneficiando os terratenentes (LEITE et al., 2018).

Ainda em 2017, no entanto, um projeto de política fundiária do governo não foi muito bem recebido pelos sojicultores: a tentativa de liberar a compra de terras por estrangeiros. No início do ano, Temer chegou a preparar uma MP para flexibilizar a aquisição de terras, ao que a Aprosoja respondeu alegando ser contra a total liberação da compra de terras por estrangeiros. A associação defendeu que o país mantivesse controle de seus estoques de terras, com regras mínimas como as limitações a fundos soberanos, por extensão da propriedade e em áreas de fronteira, além de indicar que a volatilidade do capital estrangeiro poderia afetar a economia municípios agrícolas e provocar aumento de preços das terras e custos de arrendamento. Não obstante, três meses depois, a Câmara Setorial da Soja aprovou uma moção de apoio ao PL 4.059/12, que regulamentava a estrangeirização de terras. A publicação indica que as *tradings* de soja, que também compõem a Câmara, manifestaram-se em favor do projeto,

com a justificativa de que ele atrairia investimentos externos e oportunidades de financiamento para a agropecuária (BR2017.088, BR2017.219).

Apesar das reivindicações por políticas de ordem, 2017 termina com a Aprosoja reforçando a importância das políticas econômicas de apoio à lavoura. A associação pede mais investimentos para a agricultura no orçamento do ano seguinte, destacando o seguro rural, o zoneamento agrícola e políticas de comercialização, além de demandar a redução do “custo Brasil”, com a reforma da previdência e investimentos em infraestrutura logística. Segundo o então presidente da associação, o Brasil carecia àquele momento de um “projeto de nação coletiva” que desenvolvesse o país (BR2017.367, BR2017.380).

O ano de 2018 seguiu a mesma tendência do ano anterior. A safra colhida no início do ano foi a maior até então, favorecida pelo clima. Preços melhores permitiram que a comercialização da produção avançasse mais rápido que em 2017, mas a rentabilidade não cresceu muito: mais da metade dos produtores estavam com a rentabilidade nula e apenas 19% deles estavam se financiando com recursos próprios (contra 40,5% em 2016), o que indica a descapitalização dos produtores. Ainda assim, as críticas aos altos custos e à baixa rentabilidade, bem como as demandas por financiamento estatal, foram bem menos frequentes nesse ano. Ademais, no começo de 2019, a entidade afirmou que nunca fora tão caro produzir no Brasil, revelando uma contínua deterioração da situação financeira dos sojicultores⁴⁸. Para Marcos da Rosa, os principais desafios nesse âmbito eram a alta carga tributária e os problemas de infraestrutura, além das campanhas estrangeiras contra a soja brasileira, ao que o governo deveria dar uma resposta enfática: “o país tem que ter projeto e o gasto público tem que responder à altura” (BR2018.066, BR2018.072).

Ademais, a lavoura continuou a enfrentar uma tendência de progressiva restrição do crédito agrícola – com recursos insuficientes, juros acima da taxa Selic e dificuldades de acesso – e de alta nos custos, com destaque ao diesel. De sua parte, o Mapa afirmou que garantir a renda dos produtores era uma obrigação do Ministério, mas as entidades tentaram, inclusive, viabilizar o acesso dos produtores a uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a renegociação de dívidas da lavoura. Com efeito, havia uma tendência declarada, inclusive por figuras como a presidenta da FPA, Tereza Cristina, de ampliar a participação do crédito privado na agricultura. A justificativa seria reduzir a dependência do crédito estatal, no entanto, medidas nesse sentido tendem a aumentar

⁴⁸ APROSOJA BRASIL. *Nunca foi tão caro produzir, afirma Aprosoja Brasil ao presidente Jair Bolsonaro*. 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2019/03/15/nunca-foi-tao-caroproduzir-afirma-aprosoja-brasil-ao-presidente-jair-bolsonaro/>> Acesso em 26 nov. 2022.

a dependência dos produtores em relação aos segmentos mais oligopolizados e economicamente poderosos da cadeia produtiva, como apontado no capítulo anterior (BR2018.002, BR2018.010, BR2018.019, BR2018.031, BR2018.115, BR2018.151).

A nova diretoria da Aprosoja Brasil assume no início do ano, ecoando esses desafios: Bartolomeu Braz, presidente empossado, apontou como principal objetivo da gestão o aumento da rentabilidade da sojicultura. Ele se comprometeu a atuar junto à FPA para garantir uma política agrícola bem definida, alicerçada no seguro rural e com crédito e juros em níveis compatíveis para todos os produtores. Ademais, também prometeu defender a Lei Kandir contra a criação de novos tributos para a lavoura, garantir o investimento de recursos estatais em obras de infraestrutura prioritárias para o setor, barrar a Moratória da Soja no Cerrado, avançar na modernização das leis de cultivares e agrotóxicos e buscar novos mercados internacionais para a soja (BR2018.080, BR2018.082, BR2018.086).

Como já citado na seção anterior, a partir de 2016 e até 2018, devido à situação de crise econômica, os sojicultores passaram a demandar com frequência que não houvesse a cobrança de novos tributos sobre a soja, principalmente no âmbito estadual. A manutenção da Lei Kandir é sempre a principal reivindicação e a possibilidade de sua revogação é tida como impensável, pois diminuiria a competitividade do setor para sustentar a ineficiência da máquina estatal. No caso do Funrural, contudo, o patronato rural teve que aceitar a derrota. Como já apontado, as discussões em torno do Funrural perduraram até o fim de 2018 e, embora os produtores não tenham conseguido extinguir o passivo de dívida ou impedir a cobrança do tributo, é fato que se evitou a inadimplência do setor e foram conquistadas condições de pagamento bastante vantajosas, com sucessivas prorrogações no início do pagamento. De qualquer forma, a longa discussão gerou desgastes com o Planalto, incluindo vetos de Temer que tiveram que ser derrubados pela FPA e protestos dos produtores em Brasília em 2017 e 2018, que chegaram a se unir aos protestos pela prisão de Lula da Silva e ameaçaram aderir à paralisação dos caminhoneiros (BR2017.168, BR2017.330, BR2017.341, BR2017.410, BR2018.004, BR2018.017, BR2018.064, BR2018.065, BR2018.071, BR2018.092, BR2018.098, BR2018.176, MT2017.089, MT2017.271, MT2018.016, MT2018.018, MT2018.037).

Por sua vez, a paralisação dos caminhoneiros, que ocorreu no final de maio de 2018, logo substituiu o Funrural no lugar de principal preocupação conjuntural do setor e de fonte de atritos com o governo, levando as demandas por logística a se destacarem nesse ano. Inicialmente, a Aprosoja Brasil e as associações estaduais repercutiram a paralisação de forma positiva, declarando apoio aos caminhoneiros contra o aumento nos preços do diesel. Na visão

dos sojicultores, a prática de reajustes do governo se mostrava insustentável e deveria ser compensada por redução de impostos sobre o combustível. Não obstante, poucos dias depois, a FPA e a Aprosoja passaram a defender o fim da greve, mesmo que por intervenção policial, por conta dos prejuízos que ela começara a causar. A partir de então, o grande impasse para os sojicultores estaria numa das principais propostas do governo para os caminhoneiros: o tabelamento do frete – MP 832/18 e Resolução 5.820/18 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (BR2018.090, BR2018.093, BR2018.094, BR2018.097).

Os produtores rurais se posicionaram veementemente contra o tabelamento, já que ele tenderia a aumentar um dos principais custos da lavoura – o frete. Para os sojicultores, o preço do frete deveria obedecer ao livre mercado, e o tabelamento seria uma solução política meramente cosmética que seria paga pela população via inflação. Qualquer intervenção no preço de mercado constituiria “flagrante inconstitucionalidade” – o que se contrapõe frontalmente a várias das demandas manifestadas pela própria Aprosoja, que frequentemente envolvem intervenção estatal nos preços, como é o caso do crédito agrícola, do seguro rural e das políticas de comercialização. A Aprosoja defendeu que a tabela fosse opcional ou declarada inconstitucional pelo STF, mas a Corte adiou as decisões a respeito da matéria. Diante da indefinição dos preços do transporte, a comercialização da soja e a compra de insumos foram travadas, gerando prejuízos milionários após o período conturbado de greve. No lugar do tabelamento, os sojicultores defendiam o aumento da competição no setor de combustíveis, a redução dos tributos sobre os insumos do transporte rodoviário e sobre os pedágios e a criação de uma agenda de Estado para o investimento em infraestrutura logística, o que não foi atendido pelo governo. As discussões em torno do tabelamento duraram todo o ano e somente foram apaziguadas em dezembro, quando o ministro Luiz Fux atendeu à demanda CNA e suspendeu as multas para quem descumprisse a tabela do frete, esvaziando, assim, a norma (BR2018.102, BR2018.112, BR2018.117, BR2018.120, BR2018.186, BR2018.198, MT2018.058, MT2018.062, MT2018.073).

Diante do tabelamento do frete e do reconhecimento de que o governo pouco avançava com as obras de infraestrutura necessárias ao escoamento da soja, ganhou força entre os sojicultores de Mato Grosso a ideia de que deveriam eles próprios investir e tornar-se acionistas de grandes empreendimentos privados de infraestrutura, a começar pela Estrada de Ferro 170, conhecida como Ferrogrão, que margeia a BR163. A ideia, que chegou a receber apoio do Mapa, era de que os produtores ganhariam com a valorização das terras, a redução do frete e com os lucros da ferrovia, uma vez que seriam sócios do empreendimento. Com efeito, o Mapa e a Embrapa chegaram a realizar um estudo para elencar as dez obras logísticas

prioritárias para o agronegócio, não para que o governo as priorizasse no orçamento, mas a fim de captar investimentos privados, o que denotava não haver pretensão do governo em atender a essa demanda da sojicultura. No ano anterior, a Aprosoja também já demonstrava a necessidade de os próprios produtores investirem em armazenagem, inclusive financiando a reabertura de silos da Conab, diante da perspectiva de que o governo seria incapaz de enfrentar o amplo déficit de armazenagem do país (BR2017.180, BR2017.226, BR2017.243, BR2017.322, BR2018.048, BR2018.154, BR2018.157).

Nas publicações da Aprosoja MT, 2018 é tido como um ano de ataque aos sojicultores: “de tempos em tempos, quem produz alimentos é alvo de ataques, críticas, tentativas de paralisação ou inviabilização de sua atividade. Em 2018, vivemos esse cenário praticamente o ano todo” (MT2018.158). Além das tentativas de taxaço, do Funrural e do tabelamento do frete, o setor também enfrentou crescentes questionamentos estrangeiros à responsabilidade ambiental da soja brasileira, com exigências pela Moratória da Soja no Cerrado e na Amazônia, além de repentinas restrições no uso de agrotóxicos importantes para a lavoura, como o glifosato. O julgamento da constitucionalidade do Novo Código Florestal no STF, por exemplo, despertou incertezas no setor, mas a Corte acabou por manter o marco temporal de 2008 para o desmatamento e a não cobrança de multas por áreas desmatadas, satisfazendo os sojicultores. Por outro lado, o cenário internacional – de guerra comercial entre Estados Unidos e China – e a proximidade das eleições também geraram incertezas e impasses, o que se refletiu em oscilações na taxa de câmbio (BR2018.036, BR2018.039, BR2018.114, BR2018.125, BR2018.141, BR2018.155, BR2018.193, BR2018.196, BR2018.197).

No que tange às demandas por agrotóxicos, é notável seu ressurgimento em 2018. Essas demandas, que figuram como terceira principal no período sob análise, foram muito reduzidas imediatamente depois do golpe do *impeachment*, uma vez que o novo governo acelerou a aprovação e registro de novos produtos, tendo liberado mais de mil agrotóxicos em menos de três anos⁴⁹. Em 2018, no entanto, elas reaparecem para defender o que os ruralistas chamaram de “Lei do Alimento Mais Seguro”, também conhecida por opositores como “pacote do veneno”. Trata-se de uma referência ao PL 6.299/02, que reuniu um conjunto de projetos de lei cujo objetivo era criar um marco regulatório dos agrotóxicos mais favorável ao agronegócio, flexibilizando o processo de registro de novos produtos. Entre as principais determinações do PL estava a concessão da prerrogativa de registro de novos agrotóxicos unicamente ao Mapa,

⁴⁹ COSTA, Homero. *PL do veneno: modernização ou retrocesso?* 04 mar. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/pl-do-veneno-modernizacao-ou-retrocesso/>> Acesso em 26 nov. 2022.

em detrimento da Anvisa e do MMA. Nesse quesito, os sojicultores também foram atendidos, uma vez que o governo deu andamento ao PL na Câmara⁵⁰. Temer ainda teria atendido os interesses da sojicultura ao sancionar a lei da Política Nacional do Biocombustível (RenovaBio, lei 13.576/17), que estimularia o consumo de soja e milho para a produção de biodiesel e etanol, mas a repercussão dada a esse tema pela Aprosoja foi exígua (BR2017.298, BR2018.010, BR2018.076, BR2018.081, BR2018.083, MT2017.155, MT2018.136).

Por fim, cabe destacar a aproximação da Aprosoja, no final do ano, com o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro. No início do ano, a associação já havia divulgado seu apoio ao ataque à Caravana Lula no Sul do país, por meio de uma publicação que tratava Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso como socialistas. A publicação também atribuía a ambos a responsabilidade por uma suposta destruição do país e da agropecuária, respectivamente. O então presidente da Aprosoja Rio Grande do Sul terminou a nota dizendo: “Em 19 de março de 2018 foi iniciada a reação dos brasileiros gaúchos contra o plano de socialização do país. É contra isso que lutamos!” e recebeu o apoio de outras Aprosojas estaduais (BR2018.054, BR2018.058). Poucos meses depois, a diretoria da Aprosoja já destacava a necessidade de engajamento dos sojicultores nas eleições de 2018, a fim de reeleger os parlamentares da FPA. Conforme indicou Bartolomeu Braz: “Temos que devolver [reeleger] nossos atuais parlamentares à FPA e trazer outras pessoas que nos representem e que nos vão dar a oportunidade de continuar produzindo” (BR2018.086).

No fim do ano, a Aprosoja, junto com a FPA, apoiou explicitamente a candidatura de Bolsonaro, diferentemente de 2014, quando não apoiara candidato algum. A associação indicou que as propostas do candidato agradavam aos produtores: enfrentamento da violência e da corrupção e valorização da família. Aqui cabe destacar um tema que começou a aparecer em 2017 nas publicações da Aprosoja Brasil e persistiu no ano seguinte: o da segurança no campo. Nesse caso, não se trata mais das invasões de terra e depredação de patrimônio, mas principalmente de roubos, geralmente perpetrados por quadrilhas organizadas. De fato, a Aprosoja MT aponta que 30% dos produtos agrícolas movimentados no estado eram ilegais ou roubados. A CNA criou, inclusive, um observatório da criminalidade para propor ações contra a crescente violência (BR2017.037, BR2017.221, BR2018.077, MT2017.029, MT2017.172, MT2018.003, MT2018.054). Questionados a respeito, os entrevistados 1 e 2 confirmaram o aumento desses eventos nos últimos anos de análise.

⁵⁰ MÍDIA NINJA. *Guia agrotóxicos: tudo que você não queria saber*. Disponível em <<https://midianinja.org/pacote-do-veneno/>> Acesso em 26 nov. 2022.

Bartolomeu Braz lembrou ainda que Bolsonaro prometia criminalizar o MST e destacou outras promessas que agradavam aos sojicultores: corte de gastos, venda de ativos estatais, “desaparelhamento da máquina pública de programas ligados à questão ideológica”, desburocratização de processos relativos a questões ambiental e trabalhista e “o fim da interferência de organizações não governamentais financiadas por capital estrangeiro atuando para dificultar o andamento da produção brasileira”. E acrescentou:

“Evitar a ascensão ao poder por parte de partidos que tenham agenda contrária à da moderna produção agrícola e garantir a proteção à propriedade privada são alguns dos principais motivos que levam os produtores a apoiarem Bolsonaro [...] Esperamos que ele devolva aos brasileiros o que é de direito, as terras para quem produz. O setor de grãos e de soja no Brasil está muito alinhado com o posicionamento do candidato à presidência. Ele é quase unanimidade no setor. O produtor rural está cansado da velha política” (BR2018.160).

Quase no fim de 2018, a Aprosoja Brasil e a Aprosoja MT mais uma vez elaboraram um documento com suas principais demandas, desta vez entregue ao então candidato Bolsonaro. Entre as demandas, constavam os seguintes temas: segurança (posse de armas e integração das forças policiais com a segurança privada), meio ambiente (fim do licenciamento ambiental e da Moratória da Soja), questão fundiária (marco temporal na demarcação de terras indígenas, não ampliação das demarcações e criminalização das invasões de terra), logística (avanço das obras em diversos modais, com foco no Arco Norte), política agrícola (crédito e juros compatíveis com o setor e seguro rural universal), impostos (urgência das reformas tributária e previdenciária e manutenção da Lei Kandir) e política externa (focar a diplomacia na exportação, principalmente para a China). Em notícia produzida pela agência de comunicação da Aprosoja Brasil por ocasião da entrega do documento ao vice na chapa de Bolsonaro, general Hamilton Mourão (PRTB), lê-se:

“Nós precisamos de mudança nesse país. Convocamos toda a sociedade brasileira a apoiar os candidatos que defendem o setor agropecuário e a liquidar esta fatura no primeiro turno”, disse Antônio Galvan referindo-se à eleição presidencial de Jair Bolsonaro, candidato que tem apoio declarado da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Aprosoja Brasil e da Aprosoja MT” (BR2018.162).

Em comparação com as demandas de 2014 e 2016, o que se nota é uma elevação do tom na defesa da propriedade privada da terra e da segurança jurídica, que aparecem priorizadas no documento, inclusive com a demanda explícita pelo porte de armas. Por outro lado, as demandas por agrotóxicos e as relacionadas às questões trabalhistas não aparecem mais, e há menos demandas por políticas de manutenção da renda do setor. Como novidade, aparecem as demandas por política externa visando à exportação e por flexibilização da política

ambiental. Ao que tudo indica, a ênfase é dada às políticas de ordem para opor o candidato Bolsonaro a seu principal adversário, Fernando Haddad (PT), estando relacionada à memória que os sojicultores têm dos governos do PT. Em outras palavras, o principal motivo de oposição do médio capital sojicultor ao PT estaria, de fato, na questão da propriedade privada da terra, nas políticas de ordem e social para o campo.

Quanto à política ambiental, essa passou a ser uma disputa cada vez maior no interior do agronegócio a partir desse ano. A defesa de que o produtor rural já respeitava a lei ambiental mais rigorosa do mundo e que a Moratória da Soja na Amazônia e no Cerrado seria um atentado ao direito do produtor de desmatar legalmente passou a gerar atritos com os segmentos a jusante, interessados na venda da soja para os mercados europeus, cada vez mais exigentes do ponto de vista ambiental (MT2018.120, MT2018.123, MT2018.130). Nas palavras do então presidente da Aprosoja MT:

“Na legislação brasileira, há a possibilidade de desmatamento legal e ainda há muitos estados novos que estão crescendo e precisarão desta área. Nós temos soberania. [...] As organizações não-governamentais (ONGs), fomentadas pelos grandes varejistas, levam uma informação distorcida do Brasil para a Europa e, com isso, fazem pressão para que os preços sejam interessantes para eles” (MT2018.144).

Após as eleições e a vitória de Bolsonaro, o presidente da Aprosoja admitiu ter perspectivas positivas para 2019, com um momento político novo e a recuperação do crescimento econômico, o que dependeria da reforma da previdência e da redução da burocracia e dos impostos. Havia uma expectativa de que o novo governo faria nomeações técnicas, reduziria o tamanho do Estado e aumentaria a produtividade da mão de obra. Ao final do período, a Aprosoja deu destaque, junto à FPA, à demanda por abertura de novos mercados internacionais para a soja por meio do aumento do número de adidos agrícolas brasileiros no exterior com foco nas exportações e da melhora da imagem do agronegócio brasileiro, o que foi prontamente atendido pelo então futuro Chanceler Ernesto Araújo, com a criação de um Departamento do Agronegócio no Itamaraty (BR2018.180, BR2018.200, BR2018.201). A despeito disso, conforme indicou o entrevistado 4, a abertura de novos mercados nunca foi uma demanda prioritária dos sojicultores, uma vez que o mercado da soja é bastante aquecido e quem realiza a venda são, na verdade, as *tradings*. Por conta disso, o trabalho da Aprosoja incide mais sobre promover a sustentabilidade da sojicultura brasileira, principalmente para o mercado europeu, do que propriamente abrir novos mercados.

O que se nota ao longo desse biênio é uma recuperação econômica, ainda que fraca, da sojicultura, mas sem recuperar os níveis de rentabilidade esperados pelos produtores. Nesse

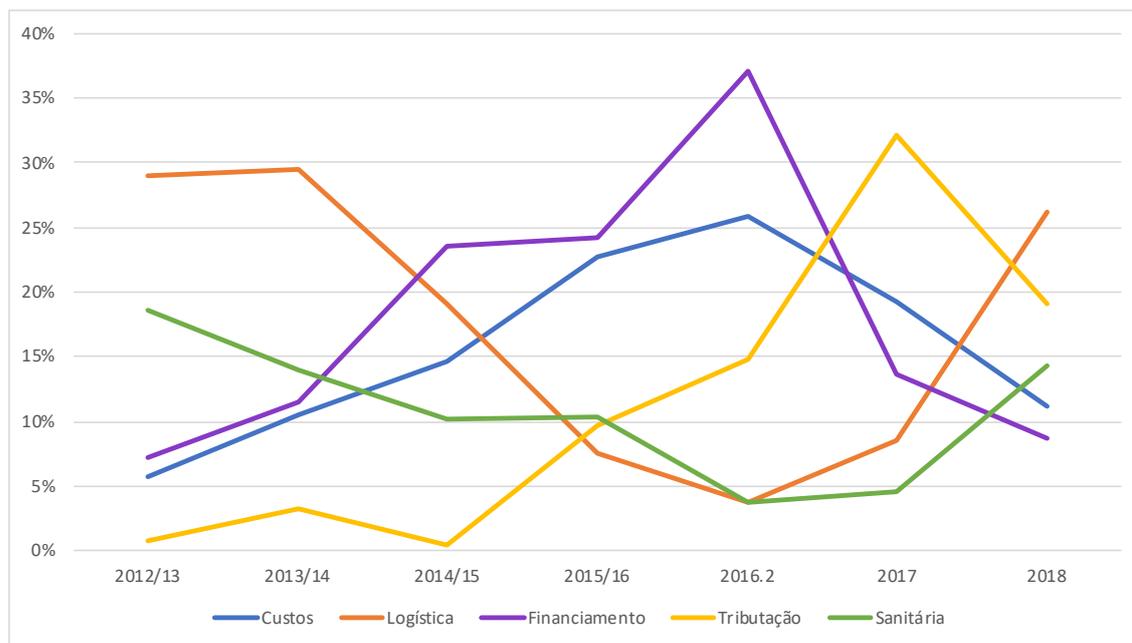
âmbito, a política econômica do governo Temer foi bastante desfavorável aos sojicultores, com restrições ao investimento e ao crédito dos quais eles são dependentes, o que os fez vislumbrar um futuro mais difícil para a sojicultura. Com efeito, a relação dos sojicultores com Temer é esvaziada do entusiasmo inicial e passam a prevalecer as críticas, tendo como principais fontes conjunturais de atrito o Funrural e o tabelamento do frete. Não obstante, Temer atendeu a uma série de interesses dos sojicultores – e do patronato rural, de forma geral – no âmbito das questões indígena, ambiental, trabalhista, sanitária e fundiária, interesses que não eram respaldados pelo governo anterior. Ao final do período, a oposição entre Bolsonaro e o PT nas eleições presidenciais explicitou novamente a antiga preocupação que os sojicultores nutrem contra o partido: suas políticas de ordem e social para o campo.

3.5 Conclusões

O presente capítulo buscou demonstrar que, assim como os demais segmentos da burguesia interna, o médio capital sojicultor teve sua trajetória política própria no contexto da crise do *impeachment*, tanto em termos de sua relação com o Executivo federal, quanto de suas demandas por políticas estatais nesse período.

Os dois gráficos abaixo sintetizam quantitativamente a evolução das demandas políticas manifestadas nas publicações da Aprosoja Brasil durante o período estudado. Foram selecionadas as dez subcategorias de demandas mais relevantes, entre as doze analisadas. Essas dez demandas foram divididas em dois gráficos, a fim de facilitar a visualização das variações – note-se a diferença de escala entre os dois gráficos. Assim como o texto deste capítulo, os gráficos são periodizados por safra até o segundo semestre de 2016, que aparece individualmente, seguido pelos anos inteiros de 2017 e 2018. Mais informações sobre o levantamento e análise dos dados são encontradas no capítulo 1.

Gráfico 3 – Demandas políticas dos sojicultores por categoria, em % do total (2012/2013-2018) – Parte 1



Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

As demandas por investimento em infraestrutura logística foram as mais frequentes em todo o período e são apontadas reiteradamente como o maior gargalo do setor (principalmente nas regiões de fronteira agrícola), embora diminuam um pouco após o *impeachment*. Como indicado, parece haver uma compreensão por parte da Aprosoja de que, durante a crise econômica, o governo precisou cortar esses investimentos. Elas voltam a aumentar somente em 2018, com a greve dos caminhoneiros, fonte de grande tensão com o governo Temer.

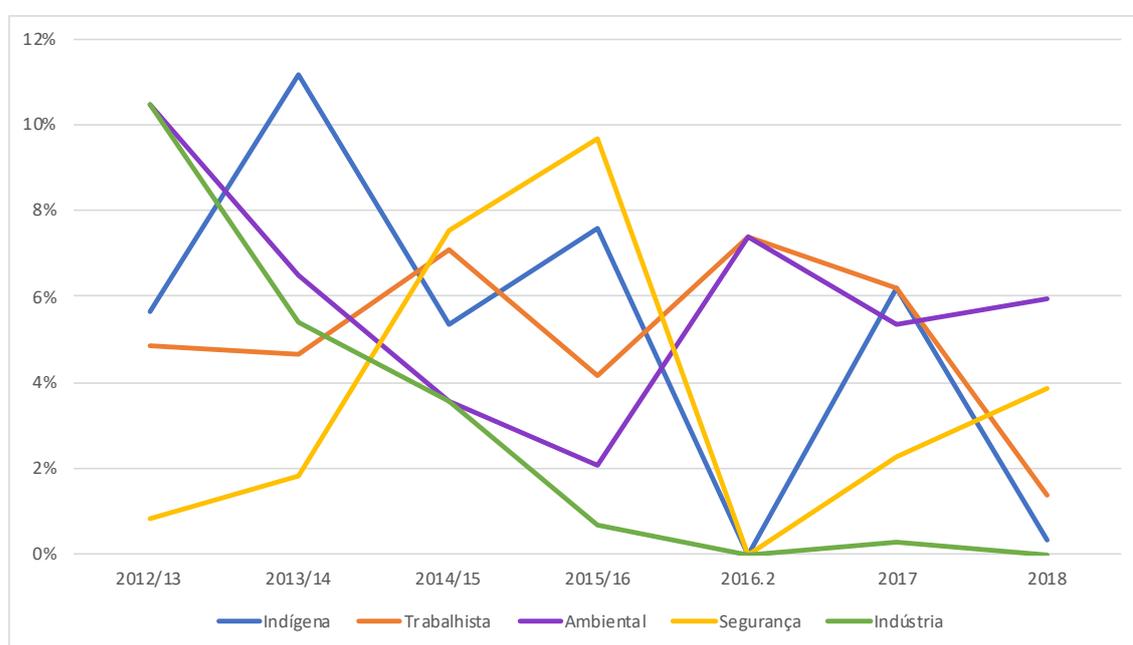
As demandas por financiamento estatal ocupam o segundo lugar entre as mais frequentes e se juntam às queixas quanto aos altos custos e a baixa rentabilidade para revelar a trajetória econômica da sojicultura ao longo desses anos. Ambas crescem ao longo do governo Rousseff, atingindo seus respectivos picos após o golpe do *impeachment*, momento da pior rentabilidade da lavoura de soja nesse período. A diminuição dessas demandas no último biênio indica uma recuperação econômica da lavoura, embora as publicações deixem claro que essa recuperação foi aquém do esperado e do necessário para os produtores, que continuaram a requerer maior espaço no orçamento estatal.

A questão tributária também é reveladora da trajetória dos sojicultores, pois embora a defesa da Lei Kandir seja uma constante, as demandas contra tributação se tornam muito mais intensas na segunda metade do período, quando a lavoura passa a enfrentar ameaças de ajuste fiscal e aumento de impostos diante da crise econômica que se abatia sobre o país. O maior

exemplo é a cobrança do Funrural, que foi motivação para várias críticas da Aprosoja ao governo Temer.

Por outro lado, as demandas no âmbito da questão sanitária são mais estáveis que as demais, conquanto mais presentes durante o governo Rousseff. Após o golpe do *impeachment*, houve grande esforço do governo para atender essas demandas, o que pode estar relacionado à sua redução. O aumento em 2018 está ligado à defesa da nova Lei de Defensivos.

Gráfico 4 – Demandas políticas dos sojicultores por categoria, em % do total (2012/2013-2018) – Parte 2



Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

O gráfico 4 apresenta as demandas menos frequentes da Aprosoja, mas não por isso menos importantes. O destaque é dado às demandas relacionadas à questão indígena e à segurança. É bastante claro que aquelas foram importante fonte de tensão durante todo o governo Rousseff, enquanto estas se intensificaram às vésperas do *impeachment*, com o aumento das tensões e conflitos fundiários. Em geral, as demarcações de terras indígenas são tratadas como entrave à produção e fonte de insegurança jurídica, mas também há bastantes relatos de conflitos, invasões e perda de propriedade. Ambas desaparecem repentinamente durante o governo interino, e seu crescimento posterior está relacionado, no caso da questão indígena, ao apoio às deliberações da CPI da Funai e do Incra e, no caso da segurança, ao aumento da criminalidade (principalmente roubos) no campo.

Por outro lado, as demandas no âmbito da questão trabalhista são frequentes durante todo o período, mas aparecem mais em forma de crítica às políticas trabalhistas antes do golpe do *impeachment* e mais em apoio à reforma trabalhista durante o governo Temer. Em 2018, com a consecução da reforma, essas demandas se arrefecem. A situação das demandas relacionadas à questão ambiental é diferente. Tanto no início quanto no fim do período, as discussões estão ligadas à defesa do Novo Código Florestal. No entanto, no último biênio, há maior preocupação com as restrições estrangeiras à soja por motivos ambientais e reivindicações pelo fim do licenciamento ambiental. Por fim, quanto às demandas por investimento na indústria e na verticalização da cadeia da soja, é interessante notar que estavam bastante presentes no início do período, ligadas à demanda por uma política de produção nacional de insumos agrícolas e à demanda por beneficiamento da soja, mas principalmente do milho. Ao longo dos anos, contudo, essas reivindicações desaparecem.

Vale notar que grande parte das demandas do médio capital sojicultor envolve intervenção direta do Estado no mercado, como as demandas por crédito, por seguro rural, por políticas de comercialização, por investimento em infraestrutura, por isenção tributária, por favorecimento da indústria nacional de insumos etc. Apesar disso, em diversas ocasiões, os produtores adotam um discurso a favor da livre concorrência, contra a concentração de capital e contra a intervenção estatal nos preços, tratando-a inclusive como inconstitucional. Essa contradição é típica dos médios capitais que compõem a burguesia interna que, por se encontrarem em disputa por mercados contra o capital estrangeiro, reivindicam a proteção estatal quando lhe convém, sem deixar de apelar para o discurso liberal quando é necessário atacar os oligopólios estrangeiros ou intervenções estatais em favor deles. Ao mesmo tempo, o médio capital sojicultor sempre se mostra contrário a outro tipo de intervenção estatal, qual seja, aquela que favorece as classes dominadas, como a reforma agrária, a legislação trabalhista ou as políticas assistenciais – em suma, às políticas sociais como um todo.

Quanto à relação dos sojicultores com o Executivo federal, mostrou-se uma melhora durante o governo Rousseff de meados de 2013 a meados de 2015, intervalo em que a economia brasileira desacelerava e avançavam as manifestações contra o governo iniciadas com as “Jornadas de Junho” de 2013. Do ponto de vista econômico, a lavoura se mantinha como um dos últimos setores com crescimento na economia, embora a rentabilidade dos sojicultores também estivesse enfrentando seguidas quedas ao longo desse período. Atribuiu-se a melhora na relação governo-sojicultores à postura da própria gestão, que decidiu ampliar os recursos orçamentários para atender as demandas do setor, mesmo em meio à piora do cenário

econômico mundial e doméstico e da situação fiscal. Tal fato teria se refletido numa melhora no posicionamento do médio capital sojicultor no bloco no poder.

De fato, a conjuntura na qual a gestão de Rousseff passou a enfrentar dificuldades crescentes, com oposição militante nas manifestações de rua, foi, ao mesmo tempo, a de maior convergência do médio capital sojicultor com o governo. Esse fato contraria a tese presente na literatura de que, na crise do *impeachment*, “a burguesia no seu conjunto” teria decidido romper com o governo. Dessa forma, soma-se ao conjunto de análises que busca demonstrar que, em tal conjuntura política, cada segmento da burguesia brasileira teve sua própria trajetória, enfraquecendo a hipótese de uma atuação em conjunto da classe burguesa contra o governo.

A partir de meados de 2015, observou-se uma inversão na relação dos sojicultores com o governo, ao mesmo tempo em que a situação econômica da lavoura acabou por degradingolar. Destaca-se que, embora haja manifestações de apoio da Aprosoja ao governo Rousseff, esse sempre foi um apoio crítico, com contradições típicas de uma frente política como foi a frente neodesenvolvimentista. A ofensiva restauradora do capital associado aproveitou-se justamente dessas contradições que o patronato rural, de forma geral, sempre nutriu contra os governos do PT, para levar o médio capital sojicultor a abandonar essa frente e a apoiar o golpe do *impeachment*. Essas contradições dizem respeito primordialmente à questão fundiária, à propriedade privada capitalista da terra, e se tornaram intoleráveis quando a crise econômica se abateu também sobre a lavoura, extinguindo a rentabilidade que os sojicultores mantinham há quase uma década. O compromisso do governo Rousseff com os produtores impedia e moderava medidas favoráveis aos camponeses, indígenas e quilombolas. Tanto é verdade que, após assistir ao rompimento de sua relação com as principais representações do agronegócio, a presidenta tomou uma série de medidas relacionadas à política fundiária em aceno às suas bases populares. Ademais, se é fato que a maioria dos entrevistados negou a relação da questão fundiária com o apoio da Aprosoja ao golpe do *impeachment*, também é verdade que eles não hesitaram em relacionar a mesma questão ao seu receio quanto à volta do PT ao poder em 2023, uma contradição que aponta para a relevância das medidas de política fundiária no ressentimento que os sojicultores nutrem contra o PT, embora eles não a apresentem como razão de seu próprio comportamento político passado.

Vale lembrar ainda que a Aprosoja apoiou o *impeachment* de forma tardia, conforme foi-se mostrando sua viabilidade (diante da perda de apoio social e parlamentar pela presidenta), assim como fizeram outros segmentos da burguesia interna. Nesse sentido, o médio capital sojicultor não se organizou de maneira autônoma no movimento pelo *impeachment*, mas

foi a reboque de outros segmentos da burguesia, e especificamente de outros segmentos do agronegócio, conforme o processo avançava na cena política.

Valle (2021), pesquisando o comportamento político de diferentes segmentos do capital financeiro na crise política do *impeachment*, aponta que a adesão da burguesia interna à frente golpista não significou uma convergência de uma “frente única burguesa” em torno do rentismo ou uma defesa irrestrita da política econômica neoliberal ortodoxa de austeridade fiscal. Segundo esse pesquisador, o que unificou a frente golpista foi “o programa de reformas neoliberais contra os trabalhadores, representado pelo discurso do ‘custo Brasil’, envolvendo as reformas trabalhista, previdenciária e tributária, além das privatizações” (VALLE, 2021, p. 267). Ou seja, havia unidade em torno de uma parte do programa neoliberal, aquela que se volta contra os trabalhadores, mas não em torno desse programa no seu conjunto – ajuste fiscal ortodoxo, redução da intervenção do Estado na economia, ausência de protecionismo diante do capital estrangeiro etc. É verdade que os sojicultores, enquanto burguesia interna, também não defenderam a austeridade fiscal de forma irrestrita, mas particularmente aquela que recaía sobre as políticas sociais, de modo a preservar o setor produtivo. Também é verdade que eles intensificaram a defesa pelas reformas neoliberais ao longo da crise do *impeachment*, principalmente da trabalhista.

No entanto, como apresentado, para o médio capital sojicultor, outros aspectos da política estatal podem ter sido mais importantes para sua decisão de aderir à frente golpista, quais sejam, as políticas de ordem e social para o campo. Afinal, o conjunto dessas políticas afeta o patronato rural de forma distinta das outras frações da burguesia, uma vez que não impactam somente seu lucro, mas também aquilo que lhe é constitutivo enquanto classe burguesa – a propriedade capitalista. Em outras palavras, enquanto outras frações da burguesia podem perder parte de seu lucro por conta de políticas salariais ou previdenciárias mais favoráveis aos trabalhadores, políticas de demarcação e distribuição de terras ameaçam a propriedade dos meios de produção deste ou daquele produtor ou de um conjunto de produtores, fato que é percebido, contudo, como uma ameaça geral à propriedade do patronato rural em seu conjunto, afetando diretamente a sua reprodução enquanto classe. Esse fato é importante para explicar o extremismo de determinadas reivindicações do patronato rural. Conforme pontuaram os entrevistados 1, 3 e 6, a defesa da propriedade privada da terra não é apenas ou até mesmo principalmente uma questão de remover entraves à expansão da produção em novas terras. Os capitalistas sojicultores têm um receio concreto, seja material ou ideológico, de perder suas propriedades para as ocupações de terra que eles percebem como invasões.

A Aprosoja demonstrou entusiasmo com o início do governo interino, e este deu consecução a uma série de medidas em favor do patronato rural no âmbito das questões fundiária, indígena, sanitária e ambiental. No entanto, logo a relação dos sojicultores com o governo Temer também enfrentaria certos atritos. As taxas de juros e de câmbio e o Teto de Gastos foram pontos fulcrais da política econômica desse governo que obstaculizaram a recuperação da rentabilidade da lavoura, gerando tensões com outras frações da frente golpista. A esses pontos de tensão acrescentam-se a defesa pelo governo da cobrança do Funrural e do tabelamento do frete, que levou a repetidas críticas da Aprosoja. Sendo assim, o médio capital sojicultor se mostrou incapaz de dirigir o processo de *impeachment* e o governo posterior a ele, isto é, ele não teve condições de inserir seu programa político como prioritário na agenda do governo, bem como foi preterido pela política econômica a partir de então. O atendimento aos interesses dos sojicultores se restringiu às desregulamentações fundiária, sanitária e ambiental que, embora fossem demandas importantes que não encontravam respaldo no governo anterior, figuraram como medidas compensatórias às dificuldades econômicas que os sojicultores continuaram a enfrentar durante esse governo.

Essa contraposição da situação do médio capital sojicultor antes e depois do golpe do *impeachment* também ajuda a elucidar a posição que esse segmento burguês ocupa no bloco no poder, posição essa caracterizada por uma constante insatisfação com ao menos parte das políticas adotadas pelos diferentes governos. Fato é que nenhum dos dois governos do período representou – nem seria capaz de representar – o médio capital sojicultor por meio da concretização da integralidade de seus interesses de fração de classe, justamente por esse se tratar de um médio capital, que ocupa posição subordinada no bloco no poder e não tem perspectiva de conquistar a hegemonia nesse bloco. Ademais, o médio capital sojicultor também demonstrou, como é típico da burguesia interna, um comportamento político pendular: em determinado momento, priorizou as políticas econômicas que o favoreciam; noutro, passou a priorizar as políticas de ordem. Na cena política brasileira, contudo, não há representação política capaz de atender a essas duas demandas integral e simultaneamente, de modo que o médio capital sojicultor resta sempre (mesmo que parcialmente) insatisfeito.

Por fim, foi possível identificar alguns fatores que alimentaram o processo de fascistização (BOITO JR., 2021) pelo qual passaram os sojicultores, que os levaram a ser classe

apoio ativa do governo Jair Bolsonaro⁵¹. A melhora econômica para a lavoura foi aquém do esperado durante o governo Temer e os produtores continuaram a enfrentar importantes obstáculos para manter sua rentabilidade. O avanço da operação Lava Jato sobre o governo também alimentou a descrença dos produtores sobre o sistema político-partidário. Ademais, houve um aumento da violência e da criminalidade no campo nos anos imediatamente anteriores à eleição de Bolsonaro. Esses fatores contribuíram para criar uma situação de insatisfação entre os sojicultores, sobre a qual as atuais lideranças da Aprosoja Brasil e Aprosoja MT foram capazes de capitalizar politicamente, trazendo propostas mais extremistas – como as entregues ao candidato Bolsonaro – e intensificando o discurso de oposição aos grandes capitais da cadeia da soja, principalmente no que tange à questão ambiental. Como o estudo desse processo escapa ao escopo desta pesquisa, salienta-se que o aprofundamento desse tema é um importante objeto para futuras investigações.

⁵¹ MENDES, Lucas. *Moraes determina bloqueio de contas da Aprosoja para rastrear apoio a atos*. Poder 360, 06 set. 2021. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/moraes-determina-bloqueio-de-contas-da-aprosoja-para-rastrear-apoio-a-atos/>>. Acesso em 10 fev. 2023.

QUADROS, Vasconcelo. *Investigado por atos antidemocráticos, Galvan obteve vantagens do governo para produtores*. 07 set. 2022. Disponível em <<https://apublica.org/2022/09/investigado-por-atos-antidemocraticos-galvan-obteve-vantagens-do-governo-para-produtores/>>. Acesso em 10 fev. 2023.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o posicionamento político do médio capital sojicultor no contexto da crise do *impeachment*, entre os anos de 2013 e 2018, perguntando-se as razões para o apoio desses capitalistas ao golpe do *impeachment* e se eles foram capazes de dirigir esse processo. Para atingir tal objetivo, foram desdobrados três objetivos específicos, quais sejam: (i) identificar os principais conflitos existentes entre o médio capital sojicultor e os demais segmentos burgueses da cadeia produtiva da soja, (ii) investigar o posicionamento das entidades representativas do médio capital sojicultor em relação aos governos de Dilma Rousseff e de Michel Temer, e (iii) analisar as demandas desses capitalistas por políticas estatais, e como elas foram atendidas ou não.

Com base na análise de conteúdo das publicações disponibilizadas pelas entidades representativas do médio capital sojicultor e em entrevistas com representantes dessas entidades, a pesquisa pôde identificar que o médio capital sojicultor cultivava uma série de conflitos – embora não antagônicos – com os demais segmentos de sua cadeia produtiva, principalmente com os fornecedores de insumos e *trading companies*, conflitos esses calcados no porte, na nacionalidade e na atividade econômica dos diferentes capitais. E, nesse sentido, o médio capital sojicultor seria um segmento da burguesia interna e teria composto a frente neodesenvolvimentista que deu sustentação aos governos do PT.

Também foi possível identificar duas importantes inflexões no relacionamento do médio capital sojicultor com os governos do período. Depois de ao menos três anos de progressiva melhora na relação com o governo Rousseff, que se refletiu na melhora da posição do médio capital sojicultor no bloco no poder, essa relação se inverteu de maneira repentina, com a decisão dos sojicultores de aderir à frente golpista. De forma menos abrupta, a relação do médio capital sojicultor com o governo de Temer também se inverteu à medida que o entusiasmo inicial com a retomada do crescimento econômico foi substituído pela decepção com as políticas econômicas direcionadas ao campo, que foram insuficientes para a recuperação da renda dos sojicultores. Tal fato indica uma piora do posicionamento do médio capital sojicultor no bloco no poder após o golpe do *impeachment* e, portanto, esses capitalistas teriam sido incapazes de dirigir o movimento pelo *impeachment*.

Quanto ao apoio do médio capital sojicultor ao golpe do *impeachment*, foi possível identificar que as políticas de ordem e social do PT para o campo, mesmo que brandas, foram importante fonte de insegurança para os sojicultores, ao criar uma sensação de ameaça àquilo que lhes é constitutivo enquanto burguesia – a propriedade privada da terra. Nesse sentido, essas

políticas foram toleradas enquanto a situação econômica era favorável à sojicultura. No momento em que a crise internacional se abateu sobre a economia doméstica e sobre o preço da soja, as políticas econômicas do PT se tornaram insuficientes para manter o médio capital sojicultor aderente à frente neodesenvolvimentista, tornando-o vulnerável à ofensiva do imperialismo e do capital associado. Nesse contexto, os sojicultores foram levados a optar por uma política de ordem mais rigorosa em detrimento da política econômica que os favorecia, de modo que a política de ordem para o campo foi um importante fator causal para o apoio do médio capital sojicultor ao golpe do *impeachment*.

Quanto às limitações da pesquisa, cabe citar o fato de que a análise de conteúdo realizada, que se fundamenta na frequência dos temas categorizados, pode não necessariamente refletir a importância – maior ou menor – de um tema, dado que determinados temas podem ter sua divulgação mais restrita. Ademais, cita-se também a realização de um número limitado de entrevistas, que não abrangeu representantes da sojicultura de todas as regiões produtoras e cuja análise não foi feita de forma sistemática. Apesar disso, foi possível constatar a existência de diferentes discursos e visões entre os entrevistados e, por conseguinte, a importância desse método para o estudo das diferentes frações da burguesia.

A partir dos resultados apresentados, espera-se que a pesquisa tenha sido capaz de contribuir para a compreensão das disputas sociais que levaram ao golpe do *impeachment* e da inflexão política que esse evento representou, bem como para a ampliação do conhecimento a respeito das cisões e conflitos existentes no interior do agronegócio brasileiro e seus impactos na política. De forma mais ampla, a pesquisa interpela o presente político brasileiro. Ela espera ter logrado indicar pistas para a compreensão do processo de fascistização do médio capital sojicultor a partir da conjuntura de 2017/2018, e ela também suscita ainda a pergunta sobre a possibilidade de esse capital vir a integrar uma nova frente neodesenvolvimentista. Esses são objetos cuja investigação aprofundada fica sugerida a pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo; et al. **Chronicle of a Defeat Foretold: The PT Administrations from Compromise to the Coup**. Latin American Perspectives, v. 46, i. 1, p. 85-104, 2018.
- BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Editora Appris, 2015.
- BICUDO DA SILVA, Ramon Felipe; et al. **The Soybean Trap: Challenges and Risks for Brazilian Producers**. Frontiers in Sustainable Food Systems, v. 4 (12), 2020.
- BOITO JR., Armando. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista de Sociologia e Política, v. 28, p. 57-73, 2007.
- _____. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder**. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. **A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia**. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 42, p. 155-162, 2016.
- _____. **Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- _____. **O caminho brasileiro para o fascismo**. Caderno CRH (UFBA), v. 34, p. 1-23, 2021.
- BRAGA, Ruy; SANTOS, Luís. **The Political Economy of Lulism and Its Aftermath**. Latin American Perspectives, v. 47, i. 1, p. 169-186, 2019.
- BRUNO, Regina. **Movimento 'Sou Agro'. Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 14, p. 85-101, 2014.
- CHADDAD, Fabio. **The Economics and Organization of Brazilian Agriculture: Recent Evolution and Productivity Gains**. Elsevier, 2016.
- CHAGAS, Luã. **O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina (Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan)**. Revista Compólitica, v. 6(2), p. 105-119, 2016.
- CUNHA, Roberto. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- CYRINO, Thiago. **A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- DEL PASSO, Octávio. **O desenvolvimento do conceito Poulantziano de hegemonia**. Cadernos Cemarx, n. 12, p. 89-111, 2019.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **World Food and Agriculture Statistical Yearbook 2020**. Rome, 2020.
- FARIAS, Francisco. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas**. Crítica Marxista, n. 28, 2009.
- FERREIRA, Mariana. **O agronegócio da soja e a indústria têxtil frente à política externa brasileira para a China (2003-2010)**. In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (org.). **A Burguesia Brasileira em Ação: de Lula a Bolsonaro**. Enunciado Publicações, 2021.
- FORLINI, Luana. **O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

- FORLINI, Luana. Os produtores de soja e o primeiro ano do governo Bolsonaro. In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (org.). **A Burguesia Brasileira em Ação: de Lula a Bolsonaro**. Enunciado Publicações, 2021.
- GALE, Fred; et al. **Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade**. United States Department of Agriculture, Economic Research Service, OCS-19F-01, 2019.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; et al. (org.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.
- KASAHARA, Yuri; MARSTEINTREDET, Levi. **Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.49, n. 1, p. 30-54, 2018
- LEITE; Acácio; et al. **A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer**. Okara: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 247-274, 2018.
- LIMA, Thiago. **Agricultural Subsidies for Non-farm Interests: An Analysis of the US Agro-industrial Complex**. Agrarian South Journal of Political Economy, v. 4(1), p. 54-84, 2015.
- LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale. **Land Foreignisation in Brazil: Contemporary Issues Regarding Law, Investments and Transnational Land Acquisition**. Journal of Public Administration, v. 53, n. 2.1, 2018.
- LIMA, Thiago; et al. **O Agrololpe e a política externa: dismantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio**. Okara: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 396-421, 2018.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **A crise atual e o debate institucional**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 36.03, p. 79-97, 2017.
- LIMONGI, Fernando. **Impedindo Dilma**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, especial, p. 5-13, 2017.
- LIÑÁN, Aníbal. **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições de lulismo – a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MARTUSCELLI, Danilo. **Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.14, n. 2, p. 67-102, 2020.
- MATTEI, Lauro. A política agrária e rural do governo Temer. In: MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.
- MATOS, Marcos; et al. **A influência do câmbio na formação de preços do agronegócio**. Revista de Política Agrícola, ano XVII, n. 4, 2008.
- MENDES, Gabriel. **O impeachment de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.49, n. 1, p. 253-278, 2018.
- MONTEIRO, Leonardo. **Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.49, n. 1, p. 55-97, 2018.
- NETO, Aroldo (org.). **Evolução dos custos de produção de soja no Brasil**. Brasília: Compêndio de Estudos Conab, v. 1, 2016.
- PARAIZO, Maria Angélica. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas. In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (org.). **A Burguesia Brasileira em Ação: de Lula a Bolsonaro**. Enunciado Publicações, 2021.
- PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

- PINTO, Eduardo. **Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- POMPEIA, Caio. **Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, 2020.
- POMPEIA, Caio. **Uma Etnografia do Instituto Pensar Agropecuária**. Mana (UFRJ Impresso), v. 28, p. 1-33, 2022.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SAUER, Sérgio. **Rural Brazil during the Lula Administrations: Agreements with Agribusiness and Disputes in Agrarian Policies**. Latin American Perspectives, v. 46, i. 4, p. 103-121, 2017.
- SCHREIER, Margrit. **Qualitative Content Analysis in Practice**. London: Sage Publications, 2012.
- SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, 2015.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma**. Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Mayra, et al. **Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.49, n. 1, p. 166-201, 2018.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: Entenda Como e por que Você Foi Enganado**. São Paulo: LeYa, 2016.
- TULIO, Francisco; VIEIRA, Ivan. **Impeachment e remoção presidencial no Brasil: estudo qualitativo das condições de sucesso e fracasso**. Semina Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 42, n. 2, p. 183-200, 2021.
- VALLE, André. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-16. In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (org.). **A Burguesia Brasileira em Ação: de Lula a Bolsonaro**. Enunciado Publicações, 2021.
- VITULLO, Gabriel; SILVA, Fabricio. **O que a Ciência Política (não) tem a Dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.14, n. 2, p. 27-66, 2020.
- WELCH, Clifford. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe de 2016. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo (org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas**. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- WESZ, Valdemar. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

Fontes Documentais

BR2012.005: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA (APROSOJA BRASIL). **Líderes conclamam a unidade dos produtores durante posse da Aprosoja Brasil.** 22 mai. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/05/22/94/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.008: _____. **Clima e falta de investimento afetam desempenho no PIB, aponta Aprosoja Brasil.** 01 jun. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/06/01/clima-e-falta-de-investimento-afetam-desempenho-no-pib-aponta-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.015: _____. **Grão nascerá com ferrugem.** 21 ago. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/08/21/grao-nascera-com-ferrugem/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.023: _____. **Produtores rurais buscam soluções para falta de política para insumos.** 17 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/10/17/produtores-rurais-buscam-solucoes-para-falta-de-politica-para-insumos/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.024: _____. **Justiça nega pedido de reconsideração da Monsanto e cobrança de royalties continua suspensa.** 07 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/10/17/justica-nega-pedido-de-reconsideracao-da-monsanto-e-cobranca-de-royalties-continua-suspensa/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.047: _____. **Programa de Investimento para Portos é uma carta de alforria para o setor produtivo, avalia Aprosoja.** 06 dez. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2012/12/06/programa-de-investimento-para-portos-e-uma-carta-de-alforria-para-o-setor-produtivo-avalia-aprosoja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.054: _____. **Os apagões da safra 2013.** 01 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/10/01/os-apagoes-da-safra-2013/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.055: _____. **Os decretos, MPs, Portarias e suas consequências na vida real.** 10 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/10/10/os-decretos-mps-portarias-e-suas-consequencias-na-vida-real/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.056: _____. **Os vetos ao Código Florestal são uma ameaça à democracia?** 16 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/10/16/os-vetos-ao-codigo-florestal-sao-uma-ameaca-a-democracia/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.057: _____. **Por que importamos fertilizantes se temos tantas jazidas no Brasil?** 28 out. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/10/28/porque-importamos-fertilizantes-se-temos-tantas-jazidas-no-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.063: _____. **Justiça injusta.** 26 nov. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/11/26/justica-injusta/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2012.065: _____. **O governo precisa valorizar a produção brasileira no exterior.** 03 dez. 2012. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2012/12/03/o-governo-precisa-valorizar-a-producao-brasileira-no-exterior/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.009: _____. **O Plano Safra que pedimos.** 10 jun. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/06/10/o-plano-safra-que-pedimos/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.012: _____. **Custos aumentam na safra 2013/14.** 12 jun. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/06/12/custos-aumentam-na-safra-201314/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.013: _____. **"Brasil precisa acordar para exportar mais", diz Aprosoja Brasil.** 13 jun. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/06/13/brasil-precisa-acordar-para-exportar-mais-diz-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.017: _____. **"Pão e Circo".** 24 jun. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/06/24/pao-e-circo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.020: _____. **Soja, o tesouro brasileiro mal cuidado pelo Governo.** 08 jul. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/07/08/soja-o-tesouro-brasileiro-mal-cuidado-pelo-governo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.026: _____. **Acordo da Monsanto gera polêmica e divergência em diferentes estados.** 26 jul. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/07/26/acordo-da-monsanto-gera-polemica-e-divergencia-em-diferentes-estados/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.030: _____. **A batalha da produção brasileira.** 05 ago. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/08/05/a-batalha-da-producao-brasileira/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.033: _____. **Fórum Soja Brasil reúne líderes rurais e indígenas na Expointer 2013.** 21 ago. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/08/21/forum-soja-brasil-reune-lideres-rurais-e-indigenas-na-expointer-2013/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.041: _____. **Aprosoja discute classificação e descontos de soja nesta segunda-feira.** 02 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/09/02/aprosoja-discute-classificacao-e-descontos-de-soja-nesta-segunda-feira/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.044: _____. **Semente salva, a quem interessa não permitir?** 09 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/09/09/semente-salva-a-quem-interessa-nao-permitir/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.045: _____. **Agricultura pede permissão para trabalhar.** 16 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/09/16/agricultura-pede-permissao-para-trabalhar/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.048: _____. **Etanol de cereais, chegou nossa vez.** 23 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/09/23/etanol-de-cereaischegou-nossa-vez/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.052: _____. **Sucesso total no Lançamento Oficial do Plantio da Safra 2013/14.** 26 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/09/26/sucesso-total-no-lancamento-oficial-do-plantio-da-safra-201314/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.065: _____. **Expedição termina semana em Vera e Sorriso.** 04 nov. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/11/04/expedicao-termina-semana-em-vera-e-sorriso/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2013.079: _____. **Fórum do Projeto Soja Brasil discute as perspectivas e desafios da safra.** 25 nov. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/11/25/forum-do-projeto-soja-brasil-discute-as-perspectivas-e-desafios-da-safra/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

- BR2013.080: _____. **A emergência que não é urgente.** 25 nov. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/11/25/a-emergencia-que-nao-e-urgente/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.083: _____. **O Jogo do empurra logístico e o descaso com a produção.** 03 dez. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/12/03/o-jogo-do-empurra-logistico-e-o-descaso-com-a-producao/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.089: _____. **O que o agronegócio deve esperar de 2014.** 10 dez. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/12/10/o-que-o-agronegocio-deve-esperar-de-2014/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.091: _____. **Questão indígena é tema de Audiência Pública em Brasília.** 11 dez. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2013/12/11/questao-indigena-e-tema-de-audiencia-publica-em-brasilia/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.092: _____. **Um Brasil de oportunidades.** 14 fev. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2013/02/14/um-brasil-de-oportunidades/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.093: _____. **Os integrados da biotecnologia.** 19 fev. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2013/02/19/os-integrados-da-biotecnologia/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.095: _____. **Nações em terra brasileira.** 12 jun. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2013/06/12/nacoes-em-terra-brasileira/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2013.100: _____. **Aos índios brasileiros terra ou dignidade?** 03 set. 2013. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2013/09/03/aos-indios-brasileiros-terra-ou-dignidade/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.003: _____. **Paraná recebe lançamento oficial da colheita da safra 2013/14.** 20 jan. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/01/20/parana-recebe-lancamento-oficial-da-colheita-da-safra-201314/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.004: _____. **Uma safra de muito trabalho e custo.** 21 jan. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/01/21/uma-safra-de-muito-trabalho-e-custo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.008: _____. **Colheita da Safra de Soja 2013/14 – A maior produção brasileira.** 03 fev. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/02/03/colheita-da-safra-201314/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.010: _____. **Dois mil produtores rurais são esperados em Lucas do Rio Verde.** 10 fev. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/02/10/dois-mil-produtores-rurais-sao-esperados-em-lucas-do-rio-verde/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.011: _____. **Agronegócio em clima eleitoral.** 17 fev. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/02/17/agronegocio-em-clima-eleitoral/>>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BR2014.025: _____. **Aprosoja Brasil realiza balanço do Projeto Soja e comemora os objetivos alcançados.** 14 mar. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/03/14/aprosoja-brasil-realiza-balanco-do-projeto-soja-e-comemora-os-objetivos-alcancados/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.028: _____. **Se o USDA acertar desta vez, teremos um grande problema.** 25 mar. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/03/25/se-o-usda-acertar-desta-vez-teremos-um-grande-problema/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.029: _____. **Aprosoja Brasil recebe representantes de países da União Europeia.** 28 mar. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/03/28/aprosoja-brasil-recebe-representantes-de-paises-da-uniao-europeia/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.030: _____. **MPF está em guerra ideológica com a produção brasileira.** 01 abr. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/04/01/mpf-esta-em-guerra-ideologica-com-a-producao-brasileira/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.033: _____. **PL cria nova classificação oficial obrigatória para grãos.** 03 abr. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/04/03/pl-cria-nova-classificacao-oficial-obrigatoria-para-graos/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.041: _____. **Você já fez a conta se produzir está sendo rentável?** 22 abr. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/04/22/voce-ja-fez-a-counta-se-produzir-esta-sendo-rentavel/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.051: _____. **Lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015.** 19 mai. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/05/19/lancamento-do-plano-agricola-e-pecuario-20142015-2/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.055: _____. **Logística é prioridade para a nova gestão da Aprosoja Brasil.** 22 mai. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/05/22/logistica-e-prioridade-para-a-nova-gestao-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.056: _____. **Presidente Dilma Rousseff oferece jantar a Time Agro no Palácio da Alvorada.** 25 mai. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/05/25/presidente-dilma-rousseff-oferece-jantar-a-time-agro-no-palacio-da-alvorada/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.060: _____. **Grandes conquistas, desafios ainda maiores.** 30 mai. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/05/30/grandes-conquistas-desafios-ainda-maiores/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.061: _____. **O novo líder da Aprosoja.** 03 jun. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/06/03/o-novo-lider-da-aprosoja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.064: _____. **Em encontro com setor produtivo de MS, Aécio Neves defende o cumprimento da constituição.** 06 jun. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/06/06/700/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.067: _____. **Aprosoja BR pede ao MAPA solução para o Seguro Rural.** 11 jun. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/06/11/aprosoja-br-pede-ao-mapa-solucao-para-o-seguro-rural/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.069: _____. **Recursos para subvenção ainda preocupam produtores.** 24 jun. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/06/24/recursos-para-subvencao-ainda-preocupam-produtores/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.073: _____. **Após segurar venda, produtor de milho do país encara preço baixo.** 15 jul. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/07/15/apos-segurar-venda-produtor-de-milho-do-pais-encara-preco-baixo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.075: _____. **“Leilão de Pepro para o milho é necessário”, afirma presidente da Aprosoja Brasil.** 23 jul. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/07/23/leilao-de-pepro-para-o-milho-e-necessario-afirma-presidente-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.078: _____. **Agronegócio propõe chancela privada a escolha de ministro.** 01 ago. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/08/01/agronegocio-propoe-chancela-privada-a-escolha-de-ministro/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.080: _____. **Plano de armazenagem da Conab patina.** 04 ago. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/08/04/plano-de-armazenagem-da-conab-patina/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.083: _____. **Aprosoja Brasil participa de evento Presidenciais 2014.** 06 ago. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/08/06/aprosoja-brasil-participa-de-evento-presidenciais-2014/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.086: _____. **Queda de margens da soja preocupa MT.** 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/08/11/queda-de-margens-da-soja-preocupa-mt/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.099: _____. **Primeiro Fórum Soja Brasil 2014/2015 reúne mais de 400 participantes em Rio Verde.** 25 ago. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/08/25/primeiro-forum-soja-brasil-reune-mais-de-400-participantes-em-rio-verde/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.101: _____. **SOJA BRASIL: Legislação trabalhista e ambiental afligem produtores de todo o país.** 04 set. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/09/04/soja-brasil-legislacao-trabalhista-e-ambiental-afligem-produtores-de-todo-o-pais/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.104: _____. **Mapa libera Pepro de trigo, após pleito da Aprosoja.** 09 set. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/09/09/mapa-libera-pepro-de-trigo-apos-pleito-da-aprosoja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.110: _____. **Aprosoja vê prejuízo em polos de MT e MS.** 18 set. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2014/09/18/aprosoja-ve-prejuizo-em-polos-de-mt-e-ms/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.117: _____. **Presidentes da Aprosoja estão entre os mais influentes do agronegócio brasileiro.** 09 out. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/10/09/presidentes-da-aprosoja-estao-entre-os-mais-influentes-do-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.131: _____. **Caravana Soja Brasil: Clima dificulta o plantio da soja no norte do Paraná.** 21 out. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/10/21/clima-dificulta-o-plantio-da-soja-no-norte-do-parana/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.150: _____. **ALL-Rumo enfrenta restrições no Cade.** 04 nov. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/11/04/all-rumo-enfrenta-restricoes-no-cade/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.163: _____. **Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas debate temas polêmicos do setor.** 19 nov. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/11/19/comissao-nacional-de-cereais-fibras-e-oleaginosas-debate-temas-polemicos-do-setor/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.175: _____. **Agronegócio em pauta, nas mãos de quem decide.** 28 nov. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2014/11/28/agronegocio-em-pauta-nas-maos-de-quem-decide/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.187: _____. **Cotada para ser ministra, Kátia Abreu ouve elogios de Dilma ao tomar posse na CNA.** 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias>>

novidades/2014/12/16/cotada-para-ser-ministra-katia-abreu-ouve-elogios-de-dilma-ao-tomar-posse-na-cna/>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.199: _____. **Seguro Rural: uma questão de quebra de paradigmas**. 26 jun. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/06/26/seguro-rural-uma-questao-de-quebra-de-paradigmas/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.200: _____. **Por que mudar a legislação trabalhista?** 22 jul. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/07/22/por-que-mudar-a-legislacao-trabalhista/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.202: _____. **Onde vão parar os custos cartoriais?** 08 out. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/10/08/onde-vaio-parar-os-custos-cartoriais/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.203: _____. **A organização do setor no combate à ferrugem asiática**. 13 out. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/10/13/a-organizacao-do-setor-no-combate-a-ferrugem-asiatica/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.204: _____. **Falta de Infraestrutura e Logística: inimigo número um do produtor rural**. 21 out. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/10/21/falta-de-infraestrutura-e-logistica-inimigo-numero-um-do-produtor-rural/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.205: _____. **Sem retrocessos**. 04 nov. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/11/04/sem-retrocessos/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.206: _____. **Os alimentos não estão contaminados com agrotóxicos, com a palavra a Anvisa**. 18 nov. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/11/18/os-alimentos-nao-estao-contaminados-com-agrotoxicos-com-a-palavra-a-anvisa/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.207: _____. **A Força da Agricultura Brasileira, a Força de uma Nação**. 04 dez. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/12/04/a-forca-da-agricultura-brasileira-a-forca-de-uma-nacao/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.208: _____. **Qual o conceito de sustentabilidade?** 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/12/10/qual-o-conceito-de-sustentabilidade/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.209: _____. **Seguro incerto, vamos mudar isso?** 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/12/16/seguro-incerto-vamos-mudar-isso/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2014.211: _____. **Que tecnologia queremos**. 31 dez. 2014. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2014/12/31/3683/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.010: _____. **Aprosoja Brasil leva suas demandas a nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu**. 19 jan. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/01/19/aprosoja-brasil-leva-suas-demandas-a-nova-ministra-da-agricultura-katia-abreu/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.012: _____. **Ministério discute saídas para pendência no seguro rural**. 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/01/21/ministerio-discute-saidas-para-pendencia-no-seguro-rural/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.017: _____. **Produtor de MS vai à Justiça contra demarcação**. 27 jan. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/01/27/produtor-de-ms-vai-a-justica-contrademarcacao/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.021: _____. **E foi dada a largada: Alto Garças (MT) realiza a abertura Oficial da Colheita da Safra de Soja 2014/2015.** 29 jan. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/01/29/e-foi-dada-a-largada-alto-garcas-mt-realiza-a-abertura-oficial-da-colheita-da-safra-de-soja-20142015/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.027: _____. **Classificação de grãos é retomada em núcleos de MT.** 06 fev. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/02/06/classificacao-de-graos-e-retomada-em-nucleos-de-mt/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.041: _____. **Fazenda em Sorriso (MT) é invadida durante colheita de soja.** 04 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2015/03/04/fazenda-em-sorriso-mt-e-invadida-durante-colheita-de-soja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.044: _____. **Produtores do Amapá se organizam e fundam a Aprosoja-AP.** 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/03/10/produtores-do-amapa-se-organizam-e-fundam-a-aprosoja-ap/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.046: _____. **NOTA DE REPÚDIO.** 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/03/10/nota-de-repudio-2/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.049: _____. **Aprosoja participa de reunião para desenvolvimento do MAPITOBA.** 16 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/03/16/aprosoja-participa-de-reuniao-para-desenvolvimento-do-mapitoba/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.055: _____. **Colheita de soja avança e plantio do milho finaliza.** 27 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/03/27/colheita-de-soja-avanca-e-plantio-do-milho-finaliza/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.056: _____. **Juros do novo Plano Safra podem chegar a 8%.** 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/03/30/juros-do-novo-plano-safra-podem-chegar-a-8/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.061: _____. **Ministério diz que recursos do Plano Safra 2015/16 podem chegar a R\$ 176 bilhões.** 08 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/08/ministerio-diz-que-recursos-do-plano-safra-201516-podem-chegar-a-r-176-bilhoes/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.063: _____. **Produtores discutem investimentos no Cerrado.** 10 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/10/produtores-discutem-investimentos-no-cerrado/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.065: _____. **"Plantar soja é um ciclo sem fim", diz presidente da Aprosoja Brasil.** 14 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/14/plantar-soja-e-um-ciclo-sem-fim-diz-presidente-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.066: _____. **Pré-custeio será liberado nesta semana, garante ministro da Fazenda.** 14 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2015/04/14/pre-custeio-sera-liberado-nesta-semana-garante-ministro-da-fazenda/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.067: _____. **NOTA APROSOJA BRASIL SOBRE TERCEIRIZAÇÃO.** 15 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/15/nota-aprosoja-brasil-sobre-terceirizacao/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.068: _____. **Poupança rural e depósito à vista dificultam o pré-custeio no Brasil.** 17 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/17/poupanca-rural-e-deposito-a-vista-dificultam-o-pre-custeio-no-brasil/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.069: _____. **Produtor rural apoia projeto de terceirização.** 20 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/20/produtor-rural-apoia-projeto-de-terceirizacao/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.070: _____. **Ministra anuncia Plano Agrícola e Pecuário para 19 de maio.** 24 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/24/ministra-anuncia-plano-agricola-e-pecuario-para-19-de-maio/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.071: _____. **Aprosoja Brasil debate importância do uso do Glifosato na Câmara Setorial da Soja.** 28 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/04/28/aprosoja-brasil-debate-importancia-do-uso-do-glifosato-na-camara-da-soja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.074: _____. **Plano Nacional de Defesa Agropecuária trará mais agilidade e modernidade ao setor.** 06 mai. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/05/06/plano-nacional-de-defesa-agropecuaria-trara-mais-agilidade-e-modernidade-ao-setor/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.075: _____. **Etanol de milho, cada vez mais viável.** 12 mai. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/05/12/etanol-de-milho-cada-vez-mais-viavel/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.076: _____. **Estudo aponta que estratégia para comprar fertilizante pode ser diferencial de lucro da próxima safra.** 12 mai. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/05/12/estudo-aponta-que-estrategia-para-comprar-fertilizante-pode-ser-diferencial-de-lucro-da-proxima-safra/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.083: _____. **Plano Safra fortalece ainda mais o agronegócio brasileiro.** 02 jun. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/06/02/plano-safra-fortalece-ainda-mais-o-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.090: _____. **Estoques em alta, indefinições sobre a liberação de crédito para próxima safra, além da alta nos juros, aumentam as incertezas no mercado da soja.** 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/06/25/estoques-em-alta-indefinicoes-sobre-a-liberacao-de-credito-para-proxima-safra-alem-da-alta-nos-juros-aumentam-as-incertezas-no-mercado-da-soja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.091: _____. **Aprosoja Brasil no VII Congresso Brasileiro de Soja.** 25 jun. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/06/25/aprosoja-brasil-no-vii-congresso-brasileiro-de-soja/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.092: _____. **Parlamentares e produtores se reúnem para buscar soluções em conflitos indígenas.** 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/06/30/parlamentares-e-produtores-se-reunem-para-buscar-solucoes-em-conflitos-indigenas/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.099: _____. **Pesquisadores nacionais e internacionais debatem a Agricultura mundial.** 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/07/17/pesquisadores-nacionais-e-internacionais-debatem-a-agricultura-mundial/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.100: _____. **Agricultura propõe um novo modelo de seguro rural no país.** 21 jul. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/07/21/agricultura-propoe-um-novo-modelo-de-seguro-rural-no-pais/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.101: _____. **Safra bem planejada pode gerar economia de até 35%.** 21 jul. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/07/21/safra-bem-planejada-pode-gerar-economia-de-ate-35/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.109: _____. **Presidente da Aprosoja Brasil se reúne com ministro da Suprema Corte.** 06 ago. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/08/06/presidente-da-aprosoja-brasil-se-reune-com-ministro-da-suprema-corte/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.113: _____. **Produtor reclama de acesso difícil a crédito.** 18 ago. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/08/18/produtor-reclama-de-acesso-dificil-a-credito/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.116: _____. **NOTA DE REPÚDIO.** 20 ago. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/08/20/nota-de-repudio-3/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.118: _____. **Combate as pragas é prioridade para o Ministério da Agricultura.** 25 ago. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/08/25/combate-as-pragas-e-prioridade-para-o-ministerio-da-agricultura/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.122: _____. **Bienal do Agronegócio trata com prioridade questão fundiária.** 02 set. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/09/02/bienal-do-agronegocio-trata-com-prioridade-questao-fundiaria/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.124: _____. **Incertezas da safra de soja são foco de debate no Rio Grande do Sul.** 04 set. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/09/04/incertezas-da-safra-de-soja-sao-foco-de-debate-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.126: _____. **Cardozo admite discutir novo marco regulatório para demarcar terras indígenas.** 09 set. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/09/09/cardozo-admite-discutir-novo-marco-regulatorio-para-demarcar-terras-indigenas/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.132: _____. **Nota de Esclarecimento.** 28 set. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/09/28/nota-de-esclarecimento/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.136: _____. **Agricultores reclamam do alto custo de sementes em audiência na Câmara.** 15 out. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/10/15/agricultores-reclamam-do-alto-custo-de-sementes-em-audiencia-na-camara/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.138: _____. **Safra de Soja 2015/2016 no Paraná mais produtiva.** 23 out. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2015/10/23/safra-de-soja-20152016-no-parana-mais-produtiva/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.139: _____. **A Aprosoja Brasil recebe Prêmio Mérito Agropecuário Homero Pereira.** 28 out. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/10/28/a-aprosoja-brasil-recebeo-premio-merito-agropecuario-homero-pereira/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.140: _____. **Terras Indígenas: Comissão aprova relatório da PEC 215.** 28 out. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/10/28/terras-indigenas-comissao-aprova-relatorio-da-pec-215/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.142: _____. **Audiência pública expõe inconsistência na reavaliação de Agrotóxicos pela Anvisa.** 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/11/06/audiencia-publica-expoe-inconsistencia-na-reavaliacao-de-agrotoxicos-pela-anvisa/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.144: _____. **Fórum Soja Brasil trata de temas cotidianos da situação das lavouras e também dos cenários político e econômico do País.** 17 nov. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/11/17/forum-soja-brasil-trata-de-temas-cotidianos-da-situacao-das-lavouras-e-tambem-dos-cenarios-politico-e-economico-do-pais/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.145: _____. **Aprosoja Brasil participa do Fórum Mega Agro, para debater as incertezas e os casos de sucesso do agronegócio brasileiro.** 25 nov. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2015/11/25/aprosoja-brasil-participa-do-forum-mega-agro-que-trata-das-incertezas-e-cases-de-sucesso-no-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.152: _____. **Produtividade e ideologia no campo.** 07 fev. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2015/02/07/produtividade-e-ideologia-no-campo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.154: _____. **Terceirização, justiça no trabalho do campo.** 20 abr. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2015/04/20/terceirizacao-justica-no-trabalho-do-campo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2015.155: _____. **Produtividade anuncia nova revolução tecnológica no campo.** 07 ago. 2015. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2015/08/07/produtividade-anuncia-nova-revolucao-tecnologica-no-campo/>>. Acesso em 15 fev. 2023.

BR2016.009: _____. **Chuvas fortes castigam lavouras de soja no Matopiba; já há danos irreversíveis.** 27 jan. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/01/27/chuvas-fortes-castigam-lavouras-de-soja-no-matopiba-ja-ha-danos-irreversiveis/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.011: _____. **NOTA DE REPÚDIO.** 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/02/nota-de-repudio-4/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.012: _____. **Falta de seguro rural e incertezas climáticas foram os principais gargalos para a Aprosoja.** 04 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/04/falta-de-seguro-rural-e-incertezas-climaticas-foram-os-principais-gargalos-para-a-aprosoja/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.013: _____. **Aprosoja Brasil busca solução para esgotamento do modelo de crédito rural.** 15 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/15/aprosoja-brasil-busca-solucao-para-esgotamento-do-modelo-de-credito-rural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.014: _____. **Aumentar tributação não é solução.** 17 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/17/aumentar-tributacao-nao-e-solucao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.016: _____. **Setor se mobiliza contra a taxa da soja e do milho.** 24 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/24/setor-se-mobiliza-contra-a-taxacao-da-soja-e-do-milho/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.018: _____. **Mobilização de produtores faz governo suspender decreto que restringe exportações de soja e milho em Goiás.** 26 fev. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/02/26/mobilizacao-de-produtores-faz-governo-suspender-decreto-que-restringe-exportacoes-de-soja-e-milho-em-goias/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.019: _____. **Frete rodoviário para escoar soja em grão deve subir 30%.** 02 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/03/02/frete-rodoviario-para-escoar-soja-em-grao-deve-subir-30/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.022: _____. **Publicado cronograma de liberação da subvenção do seguro rural.** 07 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/03/07/publicado-cronograma-de-liberacao-da-subvencao-do-seguro-rural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.024: _____. **FPA faz balanço positivo de seminário sobre o Plano-Safra 2016/2017.** 07 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/03/07/fpa-faz-balanco-positivo-de-seminario-sobre-o-plano-safra-20162017/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.028: _____. **Produtores no Sul do Maranhão registram perdas de até 50% nas lavouras. Média do estado deve ficar abaixo de 38 scs/há.** 09 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2016/03/09/produtores-no-sul-do-maranhao-registram-perdas-de-ate-50-nas-lavouras-media-do-estado-deve-ficar-abaixo-de-38-scs-ha/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.032: _____. **NOTA DE REPÚDIO.** 17 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/03/17/nota-de-repudio-5/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.034: _____. **Problemas na classificação da soja causam perdas a produtores no MS.** 22 mar. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/03/22/problemas-na-classificacao-da-soja-causam-perdas-a-produtores-no-ms/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.041: _____. **CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.** 06 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/04/06/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.042: _____. **Fechamento do Soja Brasil prepara os produtores para a safra 2016/2017.** 08 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/04/08/fechamento-do-soja-brasil-prepara-os-produtores-para-a-safra-20162017/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.044: _____. **Federações mobilizam produtores para votação do impeachment em Brasília neste final de semana.** 12 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/04/12/federacoes-mobilizam-produtores-para-votacao-do-impeachment-em-brasilia-neste-final-de-semana/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.045: _____. **Deputados da FPA criticam silêncio de dirigente da Contag na CPI da Funai e do Inbra.** 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2016/04/13/dirigente-da-contag-e-convocado-pela-cpi-da-funai-e-do-incra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.047: _____. **Entidades do setor agropecuário apoiam ação da CNA pelo impeachment.** 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/04/15/entidades-do-setor-agropecuario-apoiam-acao-da-cna-pelo-impeachment/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.048: _____. **Nota Oficial Aprosoja Brasil.** 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/04/18/nota-oficial-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.054: _____. **Aprosoja Brasil solicita apoio ao Ministro Maggi para quebra de safra.** 17 mai. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/05/17/aprosoja-brasil-solicita-apoio-ao-ministro-maggi-para-quebra-de-safra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.055: _____. **Segurança Jurídica e quebra de safra são temas trados na posse da Diretoria da Aprosoja Brasil Biênio 2016/2018.** 19 mai. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/05/19/seguranca-juridica-e-quebra-de-safra-sao-temas-trados-na-posse-da-diretoria-bienio-20162018-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.056: _____. **Aprosoja Brasil encontra com secretário de política agrícola para aprimorar o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017.** 03 jun. 2016. Disponível em:

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/06/03/aprosoja-brasil-encontra-com-secretario-de-politica-agricola-do-mapa-para-aprimorar-o-plano-agricola-e-pecuario-20162017/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.057: _____. **Prorrogação de parcelas de custeio e investimento ainda preocupa Aprosoja BR.** 10 jun. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/06/10/prorrogacao-de-parcelas-de-custeio-e-investimento-ainda-preocupa-aprosoja-br/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.058: _____. **FPA vai tentar ação no STF contra a taxaço de grãos em Goiás.** 15 jun. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/06/15/6109-2/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.059: _____. **Aprosoja Brasil leva ao Banco do Brasil as necessidades da sojicultora nacional.** 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/06/17/aprosoja-brasil-leva-ao-banco-do-brasil-as-necessidades-da-sojicultora-nacional/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.064: _____. **Uma classificação justa da soja é prioridade para Aprosoja Brasil.** 30 jun. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/06/30/uma-classificacao-justa-da-soja-e-prioridade-para-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.065: _____. **Global Agribusiness Fórum 2016: um compromisso com o novo Agro Brasil.** 05 jul. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/07/05/global-agribusiness-forum-2016-um-compromisso-com-o-novo-agro-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.066: _____. **Crise política e econômica brasileira foram destaques no 11º Circuito Aprosoja MT.** 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/07/08/crise-politica-e-economica-brasileira-foram-destaques-no-11o-circuito-aprosoja-mt/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.068: _____. **Demandas da Aprosoja Brasil foram debatidas na Expovale em Água Boa (MT).** 13 jul. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2016/07/13/demandas-da-aprosoja-brasil-foram-debatidas-na-expovale-em-agua-boa-mt/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.069: _____. **Prorrogação de custeio e investimentos e recursos para seguro foram temas de reunião da Aprosoja BR com a SPA.** 14 jul. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/07/14/prorrogacao-de-custeio-e-investimentos-e-recursos-para-seguro-foram-temas-de-reuniao-da-aprosoja-br-com-a-spa/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.071: _____. **Clima e mercado para a safra 2016/2017 exigem cautela dos produtores.** 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/07/29/clima-e-mercado-para-a-safra-20162017-exigem-cautela-dos-produtores/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.074: _____. **NOTA DE REPÚDIO.** 22 ago. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2016/08/22/nota-de-repudio-6/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.078: _____. **Aprosoja Brasil dá largada do Lançamento do Plantio da Safra de Soja 2016/2017.** 22 set. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/09/22/aprosoja-brasil-da-largada-do-lancamento-do-plantio-da-safra-de-soja-20162017/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.081: _____. **Debatendo a sustentabilidade da agricultura brasileira.** 26 out. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/10/26/debatendo-a-sustentabilidade-da-agricultura-brasileira/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.089: _____. **Aprosoja participa de salão de inovação na Bahia.** 04 dez. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2016/12/04/aprosoja-participa-de-salao-de-inovacao-na-bahia/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2016.102: _____. **A sustentabilidade da energia, por Evaristo de Miranda.** 18 ago. 2016. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2016/08/18/a-sustentabilidade-da-energia-por-evaristo-de-miranda/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.002: _____. **Agricultura dá exemplo para o resto da economia.** 10 jan. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2017/01/10/agricultura-da-exemplo-para-o-resto-da-economia/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.007: _____. **Agronews Exclusivo: Diesel mais caro pode elevar frete em até 17% na entrada da safra.** 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/01/13/agronews-exclusivo-diesel-mais-carro-pode-elevar-frete-em-ate-17-na-entrada-da-safra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.015: _____. **Pó de rocha pode substituir fertilizantes e reduzir custos ao produtor.** 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/01/20/po-de-rocha-pode-substituir-fertilizantes-e-reduzir-custos-ao-produtor/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.022: _____. **Aprosoja BR defende aumento da rentabilidade ao produtor.** 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/01/27/na-abertura-da-colheita-2017-aprosoja-br-defende-aumento-da-rentabilidade/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.037: _____. **CNA cria Observatório da Criminalidade no Campo.** 02 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/02/02/cna-cria-observatorio-da-criminalidade-no-campo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.048: _____. **Temer ressalta força da FPA na posse de Nilson Leitão.** 15 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/02/15/temer-ressalta-forca-da-fpa-na-posse-de-nilson-leitao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.054: _____. **CAR mostra que estabelecimentos rurais preservam mais do que unidades de conservação.** 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/02/17/car-mostra-que-estabelecimentos-rurais-preservam-mais-do-que-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.063: _____. **Câmara Setorial da Soja propõe arbitragem em classificação de grãos.** 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/02/22/camara-setorial-da-soja-propoe-arbitragem-em-classificacao-de-graos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.064: _____. **Colheita de Soja no Maranhão mostra viabilidade do Matopiba.** 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/02/22/colheita-de-soja-no-maranhao-mostra-viabilidade-do-matopiba/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.068: _____. **Câmara Setorial e Aprosoja querem linhas de crédito especiais para armazenagem da próxima safra.** 24 fev. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/02/24/camara-setorial-e-aprosoja-querem-linhas-de-credito-especiais-para-armazenagem-da-proxima-safra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.082: _____. **Revista coloca presidente da Aprosoja Brasil entre os 100 nomes mais influentes do agronegócio.** 04 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/04/presidente-da-aprosoja-br-esta-entre-os-100-nomes-mais-influentes-do-agronegocio/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.088: _____. **Aprosoja Brasil se posiciona contra a total liberação da compra de terras por estrangeiros.** 09 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/09/aprosoja-brasil-se-posiciona-contra-a-venda-e-arrendamento-de-terras-por-estrangeiros/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.093: _____. **'Câmbio está fazendo produtor de escravo', diz presidente da Aprosoja BR.** 13 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/13/cambio-esta-fazendo-produtor-de-escravo-diz-presidente-da-aprosoja-br/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.098: _____. **Juros nos EUA serão essenciais para a formação dos preços da soja no Brasil.** 14 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/14/juros-nos-eua-serao-essenciais-para-a-formacao-dos-precos-da-soja-no-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.105: _____. **Preços da soja tem dia de severas baixas no Brasil nesta 5ª e portos trabalham na casa dos R\$ 70/saca.** 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/17/precos-da-soja-tem-dia-de-severas-baixas-no-brasil-nesta-5a-e-portos-trabalham-na-casa-dos-r-70saca/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.109: _____. **Retração vendedora do produtor brasileiro e demanda forte pela soja americana ajudam a sustentar soja acima dos US\$10,00/bushel.** 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/17/retracao-vendedora-do-produtor-brasileiro-e-demanda-forte-pela-soja-americana-ajudam-a-sustentar-soja-acima-dos-us1000bushel/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.120: _____. **Tupanciretã cedia abertura da colheita da soja no RS, que chega a 22% da área.** 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/24/colheita-da-soja-atinge-22-da-area-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.121: _____. **FPA propõe comissão geral sobre operação Carne Fraca.** 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/03/24/fpa-propoe-comissao-geral-sobre-operacao-carne-fraca/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.123: _____. **Terceirização aumentará competitividade do agronegócio, diz Aprosoja Brasil.** 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/03/24/camara-aprova-projeto-de-lei-da-terceirizacao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.124: _____. **Carne Fraca derruba preços da soja no mercado mundial.** 27 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/27/carne-fraca-derruba-precos-da-soja-no-mercado-mundial/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.129: _____. **Presidente da Aprosoja Brasil quer atitude urgente para superar gargalos da produção rural.** 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/03/28/presidente-da-aprosoja-brasil-quer-atitude-urgente-para-superar-gargalos-da-producao-rural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.132: _____. **Aprosoja Brasil lamenta cobrança do Funrural e defende programa para produtor quitar passivo.** 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/03/30/aprosoja-brasil-lamenta-cobranca-do-funrural-e-defende-programa-para-produtor-quitar-passivo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.133: _____. **Queda do dólar e das commodities mantém preço defasado no Maranhão.** 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/03/31/queda-do-dolar-e-das-commodities-mantem-preco-defasado-no-maranhao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.134: _____. **Preocupação com os preços da soja e do milho no Paraná é geral.** 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/03/31/preocupacao-com-os-precos-da-soja-e-do-milho-no-parana-e-geral/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.138: _____. **A decisão pela constitucionalidade do Funrural leva as contas dos produtores para o negativo, diz Aprosoja Brasil.** 03 abr. 2017. Disponível em:

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/03/a-decisao-pela-constitucionalidade-do-funrural-leva-as-contas-dos-produtores-para-o-negativo-diz-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.140: _____. **Aprosoja Brasil: Caixa está vazio e governo quer arrecadar com Funrural.** 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/04/aprosoja-brasil-caixa-esta-vazio-e-governo-quer-arrecadar-com-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.144: _____. **Nota oficial sobre Funrural.** 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/07/nota-oficial-sobre-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.145: _____. **Aprosoja BR busca solução jurídica e política para contornar cobrança do Funrural.** 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/04/07/aprosoja-brasil-busca-solucao-juridica-e-politica-para-contornar-cobranca-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.146: _____. **Melhorar comunicação é dever de casa para entidades do agro.** 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/04/07/melhorar-comunicacao-e-dever-de-casa-para-entidades-do-agro/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.149: _____. **Entidades do agro se reuniram na SRB para encontrar saída para cobrança do Funrural.** 11 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/11/advogados-de-entidades-do-agro-se-reuniram-na-srb-para-encontrar-saida-e-evitar-o-caos-promovido-pela-cobranca-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.164: _____. **Produtor mantém soja estocada à espera de melhora no preço do grão.** 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/24/produtor-mantem-soja-estocada-a-espera-de-melhora-no-preco-do-grao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.165: _____. **Os limites e as alternativas para o seguro rural no Brasil.** 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/24/os-limites-e-as-alternativas-para-o-seguro-rural-no-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.168: _____. **Confaz renova isenção de ICMS para transporte interestadual de insumos agropecuários.** 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/04/25/confaz-renova-isencao-de-icms-para-transporte-interestadual-de-insumos-agropecuarios/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.178: _____. **Audiência pública sobre Funrural mobiliza produtores de todo o Brasil.** 03 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/03/7442-2/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.180: _____. **Especialista do Cepea recomenda produtor a investir em armazéns privados.** 04 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/04/7470-2/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.182: _____. **Nota de Apoio da Aprosoja Brasil à CPI da Funai/Incrá.** 06 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/06/nota-de-apoio-da-aprosoja-brasil-a-cpi-da-funai/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.184: _____. **Plano Safra 2017/18: taxa de juros gera impasse entre Mapa, Fazenda e BC.** 09 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/09/plano-safra-201718-taxa-de-juros-gera-impasse-entre-mapa-fazenda-e-bc/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.192: _____. **Plenário pode votar hoje MP sobre regularização de terras da União.** 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/15/plenario-pode-votar-hoje-mp-sobre-regularizacao-de-terras-da-uniao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.195: _____. **Aprosoja Brasil considera que MP do Funrural não é a melhor alternativa, porém vai evitar inadimplência do setor.** 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/17/aprosoja-brasil-considera-que-mp-do-funrural-nao-e-a-melhor-alternativa-porem-vai-evitar-inadimplencia-do-setor/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.196: _____. **Nova crise política promove disparada do dólar e preços da soja no Brasil sobem até 4% nesta quinta-feira.** 18 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/18/nova-crise-politica-promove-disparada-do-dolar-e-precos-da-soja-no-brasil-sobem-ate-4-nesta-quinta-feira/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.198: _____. **Supersafra não enche bolso do produtor mas tira país da crise.** 18 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/18/supersafra-nao-enche-bolso-do-produtor-mas-tira-pais-da-crise/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.201: _____. **Melhorar a gestão de custos é estratégia contra crise do silo cheio.** 19 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/19/melhorar-a-gestao-de-custos-e-estrategia-contracrise-do-silo-cheio/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.202: _____. **Funrural: Meirelles acelera a pauta e deve anunciar a MP nesta segunda.** 22 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/22/funrural-meirelles-acelera-a-pauta-e-deve-anunciar-a-mp-nesta-segunda/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.206: _____. **Aprosoja Brasil diz que Plano Safra 17/18 caminha, mesmo com crise da JBS; Dólar preocupa setor.** 25 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/25/aprosoja-brasil-diz-que-plano-safra-1718-caminha-mesmo-com-crise-da-jbs-dolar-preocupa-setor/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.209: _____. **Operação da PF investiga irregularidades nas obras da Ferrovia Norte-Sul.** 26 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/26/operacao-da-pf-investiga-irregularidades-nas-obras-da-ferrovia-norte-sul/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.210: _____. **Melhoria da renda do produtor é tema de debate promovido pelo Governo de MT e Santander.** 26 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/26/melhoria-da-renda-do-produtor-e-tema-de-debate-promovido-pelo-governo-de-mt-e-santander/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.212: _____. **Redução de 1% nos juros do Plano Safra pode resultar em taxas maiores do que as praticadas pelo mercado.** 30 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/30/reducao-de-1-nos-juros-do-plano-safra-pode-resultar-em-taxas-maiores-do-que-as-praticadas-pelo-mercado/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.213: _____. **CPI da Funai e do Inbra aprova texto final com 67 pedidos de indiciamento.** 30 mai. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/05/30/cpi-da-funai-e-do-incra-aprova-texto-final-com-67-pedidos-de-indiciamento/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.219: _____. **Câmara da Soja aprova moção de apoio à compra de terras por estrangeiros com restrições.** 01 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/01/camara-da-soja-aprova-mocao-de-apoio-a-compra-de-terras-por-estrangeiros-com-restricoes/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.220: _____. **Aprosoja Brasil e Movimento Pró-Logística apresentam reivindicações a novo presidente da Funai.** 02 jun. 2017. Disponível em:

<<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/02/aprosoja-brasil-e-movimento-prologistica-apresentam-reivindicacoes-a-novo-presidente-da-funai/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.221: _____. **Produtor tem 20 toneladas de soja roubada de silo bolsa.** 02 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/02/produtor-tem-20-toneladas-de-soja-roubada-de-silo-bolsa/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.226: _____. **Governo anuncia R\$ 190,25 bilhões com juros menores para financiar agricultura.** 07 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/07/governo-anuncia-r-19025-bilhoes-com-juros-menores-para-financiar-agricultura/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.230: _____. **Reajuste do Plano Safra foi inferior à inflação dos últimos 12 meses.** 09 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/09/reajuste-do-plano-safra-foi-inferior-a-inflacao-dos-ultimos-12-meses/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.238: _____. **14º Agrimark: “O sucesso deste Brasil novo passa pelo sucesso da agropecuária”, diz Marcos da Rosa.** 14 jul. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/14/o-sucesso-deste-brasil-novo-passa-pelo-sucesso-da-agropecuaria-diz-presidente-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.243: _____. **Entrevista à SNA: Juro de financiamento para armazenagem poderia ser menor, avalia Aprosoja Brasil.** 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/19/entrevista-a-sna-juro-de-financiamento-para-armazenagem-poderia-ser-menor-avalia-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.248: _____. **Da Folha: Para banco, soja terá rentabilidade curta na próxima safra.** 22 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/06/22/da-folha-para-banco-soja-tera-rentabilidade-curta-na-proxima-safra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.261: _____. **Renegociação de dívida agrícola junto a bancos tem novas regras.** 04 jul. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/07/04/senado-aprova-novas-regras-para-renegociacao-de-dividas/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.264: _____. **Cenário aponta para redução da produção no médio e longo prazos.** 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/07/11/cenario-aponta-para-reducao-da-producao-no-medio-e-longo-prazos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.276: _____. **AGU diz que regras do STF vão balizar novas demarcações de terras indígenas.** 20 jul. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/07/20/agu-diz-que-regras-do-stf-vaio-balizar-novas-demarcacoes-de-terras-indigenas/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.286: _____. **Sojicultor brasileiro paga até 150% mais por royalties da Intacta que seus vizinhos.** 03 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/08/03/sojicultor-brasileiro-paga-ate-150-mais-por-royalties-da-intacta-que-seus-vizinhos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.290: _____. **Parecer da AGU sobre terras indígenas tem apoio de entidades.** 04 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/08/04/parecer-da-agu-sobre-terras-indigenas-tem-apoio-de-entidades/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.298: _____. **MP do RenovaBio pode sair nos próximos dias.** 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/08/11/mp-do-renovabio-pode-sair-nos-proximos-dias/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.299: _____. **Aprosoja BR alerta Planalto sobre elevação dos custos de produção.** 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/08/11/aprosoja-br-alerta-planalto-sobre-elevacao-dos-custos-de-producao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.301: _____. **Agro defende nova Constituinte alinhada aos interesses da sociedade.** 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/08/11/agro-defende-nova-constituente-alinhada-aos-interesses-da-sociedade/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.313: _____. **Produzir melhor com menor custo é o foco da Agricultura Sustentável.** 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/08/25/produzir-melhor-com-menor-custo-e-o-foco-da-agricultura-sustentavel/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.314: _____. **Nesta quinta: não perca o 2º Fórum Soja Brasil, em Esteio.** 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/08/31/nesta-quinta-nao-perca-o-2o-forum-soja-brasil-em-esteio/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.317: _____. **Aprosoja BR diz a jornalistas estrangeiros que 66,3% do país é preservado.** 01 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/09/01/aprosoja-br-diz-a-jornalistas-estrangeiros-que-663-do-pais-e-preservedo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.321: _____. **"O produtor rural é o verdadeiro ambientalista do Brasil", diz líder da bancada ruralista.** 06 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/09/06/o-produtor-rural-e-o-verdadeiro-ambientalista-do-brasil-diz-lider-da-bancada-ruralista/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.322: _____. **Aprosoja Brasil alerta sobre necessidade de ampliar armazenagem privada.** 08 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/09/08/aprosoja-brasil-alerta-sobre-necessidade-de-ampliar-armazenagem-privada/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.326: _____. **Meio ambiente e agricultura ameaçados.** 13 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/09/13/meio-ambiente-e-agricultura-ameacados/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.330: _____. **Convênio 100/97: Aprosoja BR alerta para ameaça de elevação do ICMS sobre insumos.** 21 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/09/21/convenio-10097-aprosoja-br-alerta-para-ameaca-de-elevacao-do-icms-sobre-insumos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.334: _____. **Prazo de adesão ao Funrural é adiado para 30 de novembro.** 29 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/09/29/prazo-de-adesao-ao-funrural-e-adiado-para-30-de-novembro/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.341: _____. **Aprosoja Brasil defende manutenção da Lei Kandir em debate na Câmara Federal.** 06 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/10/06/aprosoja-brasil-defende-manutencao-da-lei-kandir-em-debate-na-camara-federal/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.355: _____. **Comunicado sobre a portaria 1.129/2017 do Ministério do Trabalho.** 19 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/10/19/comunicado-sobre-a-portaria-1-1292017-do-ministerio-do-trabalho/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.357: _____. **Embaixador recomenda maior presença de entidades do agro no parlamento europeu.** 24 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/10/24/embaixador-recomenda-maior-presenca-de-entidades-do-agro-no-parlamento-europeu/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.362: _____. **Deputado diz que índios do Paraguai querem demarcar terras no Paraná.** 27 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2017/10/27/deputado-diz-que-indios-do-paraguai-querem-demarcar-terras-no-parana/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.363: _____. **Setor produtivo discute portaria que dispõe sobre trabalho escravo em Brasília.** 01 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/01/setor-produtivo-discute-portaria-que-dispoe-sobre-trabalho-escravo-em-brasilia/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.366: _____. **Relatório da MP do Funrural pode ser votado nesta terça-feira no Senado.** 07 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/07/relatorio-da-mp-do-funrural-pode-ser-votado-nesta-terca-feira-no-senado/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.367: _____. **Aprosoja Brasil e entidades pedem reforço no orçamento da União para 2018.** 07 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/07/aprosoja-brasil-e-entidades-pedem-reforco-no-orcamento-da-uniao-para-2018/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.369: _____. **Aprosoja MT pede na Justiça Federal a nulidade da patente da Soja Intacta da Monsanto.** 09 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/09/aprosoja-mt-pede-na-justica-federal-a-nulidade-da-patente-da-soja-intacta-da-monsanto/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.377: _____. **Aprosoja Brasil: com baixa rentabilidade, comercialização de soja não avança.** 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/28/aprosoja-brasil-com-baixa-rentabilidade-comercializacao-de-soja-nao-avanca/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.380: _____. **Produção de etanol de milho é opção para o centro-oeste.** 30 nov. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/11/30/producao-de-etanol-de-milho-e-opcao-para-o-centro-oeste/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.388: _____. **Entidades assinam manifesto de apoio às alterações na Lei de Proteção de Cultivares.** 07 dez. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/12/07/entidades-assinam-manifesto-de-apoio-as-alteracoes-na-lei-de-protexao-de-cultivares/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.395: _____. **Funrural: proposta segue para análise no Senado.** 13 dez. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2017/12/13/funrural-proposta-segue-para-analise-no-senado/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.403: _____. **Opinião: Quem preserva o meio ambiente.** 05 jun. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2017/06/05/opinio-que-preserva-o-meio-ambiente/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.408: _____. **Estadão: Segurança jurídica e ambiental.** 25 set. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2017/09/25/estadao-seguranca-juridica-e-ambiental/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.410: _____. **Ideia genial: Para arrecadar mais, por que não exportar impostos?** 19 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2017/10/19/lei-kandir-para-arrecadar-mais-por-que-nao-exportar-impostos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2017.411: _____. **Agricultor do Brasil lidera ranking mundial de preservação ambiental.** 30 out. 2017. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2017/10/30/agricultor-do-brasil-lidera-ranking-mundial-de-preservacao-ambiental/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.002: _____. **Safra de soja deve passar das 110 milhões de toneladas segundo Conab.** 11 jan. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/01/11/safra-de-soja-deve-passar-dos-110-milhoes-de-toneladas-segundo-conab/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.004: _____. **Apesar dos vetos, Aprosoja Brasil faz balanço positivo do Funrural.** 12 jan. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/01/12/apesar-dos-vetos-aprosoja-brasil-faz-balanco-positivo-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

- BR2018.010: _____. **Colheita brasileira da soja é oficialmente aberta em Mato Grosso.** 22 jan. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/01/22/colheita-brasileira-da-soja-e-oficialmente-aberta-em-mato-grosso/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.012: _____. **Produtores rurais discutem resultados práticos da agricultura sustentável.** 24 jan. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/01/24/produtores-rurais-discutem-resultados-praticos-da-agricultura-sustentavel/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.016: _____. **Aprosoja Brasil defende novas regras para classificação de grãos.** 31 jan. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/01/31/aprosoja-brasil-defende-novas-regras-para-classificacao-de-graos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.017: _____. **Comunicado sobre a adesão ao Refis do Funrural.** 01 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/02/01/comunicado-sobre-a-adesao-ao-refis-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.019: _____. **Banco do Brasil anuncia, em Rio Verde (GO), R\$ 12,5 bi para o Custeio da Safra.** 19 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/02/02/banco-do-brasil-anuncia-em-rio-verde-go-r-125-bi-para-o-custeio-da-safra/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.031: _____. **Deputada Federal Tereza Cristina (MS) assume presidência da FPA.** 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/02/20/deputada-federal-tereza-cristina-ms-assume-presidencia-da-fpa/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.036: _____. **Editorial do Estadão: Irresponsabilidade com o campo.** 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/02/26/editorial-do-estadao-irresponsabilidade-com-o-campo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.039: _____. **Código Florestal: Supremo decide a favor dos agricultores.** 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/02/28/codigo-florestal-supremo-decide-a-favor-dos-agricultores/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.048: _____. **Embrapa e Mapa elencam dez obras em logística para elevar competitividade do agro.** 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/03/12/9041-2/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.054: _____. **Mensagem da Aprosoja RS à sociedade brasileira.** 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/03/19/mensagem-da-aprosoja-rs-a-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.058: _____. **Aprosojas estaduais se manifestam por respeito aos produtores.** 27 mar. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/03/27/aprosojas-estaduais-se-manifestam-por-respeito-aos-produtores/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.064: _____. **FPA derruba vetos ao Funrural com apoio de entidades do setor produtivo.** 06 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/04/06/congresso-nacional-derruba-vetos-ao-funrural-com-apoio-de-entidades-do-setor-produtivo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.065: _____. **Produtores rurais protestam contra cobrança retroativa do Funrural.** 06 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/04/06/produtores-rurais-protestam-contr-cobranca-retroativa-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BR2018.066: _____. **Mais da metade dos produtores rurais tem rentabilidade zero, alerta Aprosoja Brasil.** 09 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/04/09/mais-da-metade-dos-produtores-rurais-tem-rentabilidade-zero-alerta-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.071: _____. **Entidades solicitam nova prorrogação do prazo de adesão ao Funrural.** 19 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/04/19/entidades-solicitam-nova-prorrogacao-do-prazo-de-adesao-ao-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.072: _____. **Valor Econômico: Preço ainda incentiva a comercialização de soja.** 19 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/04/19/valor-economico-preco-ainda-incentiva-a-comercializacao-de-soja/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.076: _____. **Câmara: Entidades manifestam apoio à aprovação da lei do alimento mais seguro.** 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/04/25/camara-entidades-manifestam-apoio-a-aprovacao-da-lei-do-alimento-mais-seguro/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.077: _____. **FENASOJA: Insegurança no campo é tema de audiência pública em Santa Rosa (RS).** 26 abr. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/04/26/fenasoja-inseguranca-no-campo-e-tema-de-audiencia-publica-em-santa-rosa-rs/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.080: _____. **Aprosoja Brasil dá posse dia 8/5 para nova diretoria em Brasília.** 03 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/03/aprosoja-brasil-da-posse-para-nova-diretoria-em-brasilia/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.081: _____. **Conheça e compartilhe a campanha em prol da Lei do Alimento Mais Seguro.** 04 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/04/conheca-e-compartilhe-a-campanha-em-prol-da-lei-do-alimento-mais-seguro/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.082: _____. **Aprosoja Brasil dá posse para nova diretoria em Brasília.** 08 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/08/aprosoja-brasil-da-posse-para-nova-diretoria-em-brasilia-2/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.083: _____. **Aprosoja BR acompanha discussão sobre projeto de lei dos defensivos.** 08 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/08/aprosoja-br-acompanha-discussao-sobre-projeto-de-lei-dos-defensivos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.086: _____. **Aumentar rentabilidade é objetivo da nova diretoria da Aprosoja Brasil.** 11 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/11/aumentar-rentabilidade-no-campo-e-objetivo-de-nova-diretoria-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.090: _____. **Nota de apoio à paralisação dos transportadores de cargas.** 22 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/22/nota-de-apoio-a-paralisacao-dos-transportadores-de-cargas/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.092: _____. **Comunicado sobre julgamento dos embargos do Funrural no STF.** 24 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/24/comunicado-sobre-julgamento-dos-embargos-do-funrural-no-stf/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.093: _____. **Aprosoja Bahia manifesta apoio à paralisação dos transportadores de cargas.** 25 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/05/25/aprosoja-bahia-manifesta-apoio-a-paralisacao-dos-transportadores-de-cargas/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.094: _____. **Associação de produtores de soja de MS apoia greve dos caminhoneiros.** 25 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/05/25/associacao-de-produtores-de-soja-de-ms-apoia-greve-dos-caminhoneiros/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.097: _____. **Greve dos Caminhoneiros: FPA e entidades do setor produtivo nacional defendem o fim das paralisações.** 29 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/29/greve-dos-caminhoneiros-fpa-e-entidades-do-setor-produtivo-nacional-defendem-o-fim-das-paralisacoes/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.098: _____. **Governo prorroga para 30/10 prazo de adesão ao Funrural.** 30 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/05/30/governo-prorroga-para-3010-prazo-de-adesao-ao-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.102: _____. **Aprosoja Brasil entra com ação na justiça contra tabelamento do frete.** 13 jun. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/06/13/aprosoja-brasil-entra-com-acao-na-justica-contra-tabelamento-do-frete/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.112: _____. **Luiz Fux adia decisão sobre tabela de frete.** 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/06/29/luiz-fux-adia-decisao-sobre-tabela-de-frete/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.114: _____. **Vem aí o 1º Fórum Soja Brasil da temporada 2018/2019.** 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/07/04/vem-ai-o-1o-forum-soja-brasil-da-temporada-20182019/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.115: _____. **Aprosoja quer menos burocracia do BB para acesso ao crédito agrícola.** 05 jul. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/07/05/aprosoja-quer-menos-burocracia-do-bb-para-acesso-ao-credito-agricola/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.117: _____. **Tabelamento do frete eleva cesta básica e pressiona inflação.** 10 jul. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/07/10/tabelamento-do-frete-eleva-cesta-basica-e-pressiona-inflacao/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.120: _____. **Setor de grãos de Goiás calcula prejuízos milionários após o tabelamento do frete.** 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/07/11/setor-de-graos-de-goias-calcula-prejuizos-milionarios-apos-o-tabelamento-do-frete/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.125: _____. **Sem glifosato, não haverá safra de soja 2018/19, diz Aprosoja Brasil.** 08 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/08/08/sem-glifosato-nao-havera-safra-de-soja-2018-19-diz-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.131: _____. **Sistema de classificação de grãos precisa evoluir, alerta Aprosoja Brasil.** 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/08/16/precisamos-evoluir-em-relacao-a-classificacao-de-graos-alerta-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.134: _____. **Fórum de Agricultura Sustentável reúne produtores de 17 estados, do DF e Paraguai em Goiânia.** 22 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/08/22/forum-de-agricultura-sustentavel-reune-produtores-de-17-estados-do-df-e-paraguai-em-goiania/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.141: _____. **Folha: Estudo financiado por sojicultores minimiza riscos do glifosato.** 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/08/27/folha-estudo-financiado-por-sojicultores-minimiza-riscos-do-glifosato/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.151: _____. **Entidades buscam viabilizar acesso de produtores à linha de crédito do BNDES.** 06 set. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/09/06/entidades-buscam-viabilizar-acesso-de-produtores-rurais-a-linha-de-credito-do-bndes/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.154: _____. **Aprosoja pede ao STF decisão sobre frete e acelera debate sobre construção da Ferrogrãos.** 12 set. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/09/12/aprosoja-pede-ao-stf-decisao-sobre-frete-e-acelera-debate-sobre-construcao-da-ferrograos/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.155: _____. **Plantio da Safra 18/19 é aberto em Terenos (MS). Veja como foi.** 17 set. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/09/17/esta-aberto-oficialmente-o-plantio-de-soja-da-safra-2018-2019-veja-como-foi/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.157: _____. **Logística é uma palavra-chave para o agronegócio.** 20 set. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/09/20/logistica-e-uma-palavra-chave-para-o-agronegocio-diz-xico-graziano/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.160: _____. **Propostas de Jair Bolsonaro agradam produtores, diz presidente da Aprosoja Brasil.** 02 out. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/10/02/propostas-de-jair-bolsonaro-agradam-produtores-diz-presidente-da-aprosoja-brasil/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.162: _____. **Conheça as propostas da Aprosoja entregues a candidato a vice de Jair Bolsonaro.** 04 out. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/10/04/conheca-as-propostas-da-aprosoja-entregues-a-candidato-a-vice-de-bolsonaro/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.176: _____. **Aprosoja Brasil orienta produtores sobre adesão ao Refis do Funrural.** 09 nov. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/11/09/aprosoja-brasil-orienta-produtores-sobre-adesao-ao-refis-do-funrural/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.180: _____. **Aprosoja estreita relações com futuros ministros com foco no comércio exterior.** 09 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-novidades/2018/11/20/aprosoja-estreita-relacoes-com-futuros-ministros-com-foco-no-comercio-exterior/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.186: _____. **Folha SP: Ministro Luiz Fux suspende multas para quem descumprir tabela do frete.** 07 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/12/07/folha-sp-ministro-luiz-fux-suspende-multas-para-quem-descumprir-tabela-do-frete/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.193: _____. **O STF e a extinção dos pequenos agricultores.** 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/02/26/o-stf-e-a-extincao-dos-pequenos-agricultores/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.196: _____. **Opinião: Pimentão envenenado e outras fábulas.** 30 mai. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/05/30/opinioao-pimentao-envenenado-e-outras-fabulas/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.197: _____. **Qual representação os produtores querem?** 02 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/08/02/qual-representacao-os-produtores-querem-por-glauber-silveira/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.198: _____. **Tabelamento: Solução para caminhoneiros ou mais custo para sociedade?** 09 ago. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/08/09/tabelamento-solucao-para-caminhoneiros-ou-mais-custo-para-sociedade/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.200: _____. **O que nos espera em 2019? Por Bartolomeu Braz Pereira.** 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/12/18/o-que-nos-espera-em-2019-por-bartolomeu-braz-pereira/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

BR2018.201: _____. **Agradecimento público ao chanceler Ernesto Araújo.** 22 dez. 2018. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2018/12/22/agradecimento-publico-ao-chanceler-ernesto-araujo/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2015.028: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO (APROSOJA MT). **Taxação sobre exportação inviabiliza soja, milho e algodão em MT.** 20 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/taxacao-sobre-exportacao-inviabiliza-soja-milho-e-algodao-em-mt>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2015.033: _____. **Diretor-executivo do Movimento Pró-Logística assume cargo no MAPA.** 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/diretor-executivo-do-movimento-pro-logistica-assume-cargo-no-mapa>>. Acesso em 16 fev. 2023.

- MT2015.036: _____. **Mais recursos, mas com juros mais altos.** 02 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/mais-recursos-mas-com-juros-mais-altos>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.091: _____. **Aprosoja faz segunda missão ao Arco Norte nesta semana.** 03 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-faz-segunda-missao-ao-arco-norte-nesta-semana>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.098: _____. **Arco Norte: iniciativa privada avança, enquanto governo.** 10 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/arco-norte-iniciativa-privada-avanca-enquanto-governo-patina>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.102: _____. **Câmara Setorial da Soja se reúne com Kátia Abreu.** 14 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/camara-setorial-da-soja-se-reune-com-katia-abreu>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.134: _____. **Comissão de Logística da Aprosoja define prioridades para 2016.** 24 set. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/comissao-de-logistica-da-aprosoja-define-prioridades-para-2016>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.141: _____. **Custeio para a safra de milho está garantido, diz superintendente do BB.** 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/custeio-para-a-safra-de-milho-esta-garantido-diz-superintendente-do-bb>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2015.148: _____. **Com incertezas na safra 2015/16, Circuito Tecnológico Etapa Soja chega a 7ª edição.** 14 out. 2015. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/com-incertezas-na-safra-201516-circuito-tecnologico-etapa-soja-chega-a-7-edicao>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.022: _____. **Aprosoja completa 11 anos nesta quinta (04).** 04 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-completa-11-anos-nesta-quinta-04>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.039: _____. **Em busca da expertise mato-grossense.** 24 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/em-busca-da-expertise-mato-grossense>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.046: _____. **PIB do agro cresce 1,8%, mas o do país cai 3,8%.** 03 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/pib-do-agro-cresce-18-mas-o-do-pais-cai-38>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.060: _____. **Aprosoja pede imediata substituição do Governo Federal.** 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-pede-imediata-substituicao-do-governo-federal>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.064: _____. **Comissão discute rumos do Plano Agrícola Pecuário.** 21 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/comissao-discute-rumos-do-plano-agricola-pecuario>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.066: _____. **Líderes se reúnem para discutir ações pró-impeachment.** 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/lideres-se-reunem-para-discutir-acoes-pro-impeachment>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2016.073: _____. **Plano Safra recebe contribuições da Aprosoja.** 31 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/plano-safra-recebe-contribuicoes-da-aprosoja>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.082: _____. **Entidades de MT entregam manifesto a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff.** 07 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/entidades-de-mt-entregam-manifesto-a-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.093: _____. **Produtores de Mato Grosso comemoram aprovação do pedido de impeachment.** 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/produtores-de-mato-grosso-comemoram-aprovacao-do-pedido-de-impeachment>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.099: _____. **Grito do Ipiranga completa 10 anos.** 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/grito-do-ipuranga-completa-10-anos>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.109: _____. **Propriedades privadas têm mais vegetação nativa preservada do que as unidades de conservação, diz ministra do Meio Ambiente.** 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/propriedades-privadas-tem-mais-vegetacao-nativa-preservada-do-que-as-unidades-de-conservacao-diz-ministra-do-meio-ambiente>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.118: _____. **Aprosoja apoia indicação de Maggi ao Mapa.** 10 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-apoia-indicacao-de-maggi-ao-mapa>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.121: _____. **Agro de MT responde por 51% da arrecadação de ICMS.** 11 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/agro-de-mt-responde-por-51-da-arrecadacao-de-icms>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.125: _____. **Aprosoja acredita na recuperação econômica brasileira.** 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-acredita-na-recuperacao-economica-brasileira>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.132: _____. **Carta aberta aos mato-grossenses.** 23 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/carta-aberta-aos-mato-grossenses>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.154: _____. **Ricardo Tomczyk assume Sedec.** 17 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/ricardo-tomczyk-assume-sedec>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.160: _____. **Mapa quer atualizar normativas.** 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/mapa-quer-atualizar-normativas>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.165: _____. **Dnit define calendário de obras da BR-163.** 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/dnit-define-calendario-de-obras-da-br-163>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.179: _____. **Aprosoja orienta produtores sobre as novidades no Plano Safra.** 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-orienta-produtores-sobre-as-novidades-no-plano-safra>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.222: _____. **Produtores de Mato Grosso conhecem realidade agrícola dos EUA.** 05 set. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/produtores-de-mato-grosso-conhecem-realidade-agricola-dos-eua>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.263: _____. **Mapa visita Austrália para entender Lei de Defensivos Agrícolas do país.** 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/mapa-visita-australia-para-entender-lei-de-defensivos-agricolas-do-pais>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2016.264: _____. **Infraestrutura e logística com foco no usuário são discutidas em Brasília.** 08 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/infraestrutura-e-logistica-com-foco-no-usuario-sao-discutidas-em-brasil>>. Acesso em 16 fev. 2023.

- MT2017.007: _____. **Certidão do Funrural é atualizada.** 17 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/certidao-do-funrural-e-atualizada>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.009: _____. **Cai auto de infração automático em fiscalizações trabalhistas.** 18 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/cai-auto-de-infracao-automatica-em-fiscalizacoes-trabalhistas>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.012: _____. **União Europeia reconhece a produção da soja mato-grossense como sustentável.** 20 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/uniao-europeia-reconhece-a-producao-da-soja-mato-grossense-como-sustentavel>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.029: _____. **Aprosoja e Sesp firmam Termo de Cooperação Técnica.** 09 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-e-sesp-firmam-termo-de-cooperacao-tecnica>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.053: _____. **Legislação trabalhista é foco da comissão de Sustentabilidade da Aprosoja.** 17 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/legislacao-trabalhista-e-foco-da-comissao-de-sustentabilidade-da-aprosoja>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.065: _____. **Aprosoja repudia posicionamento da CNA em relação ao Funrural.** 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-repudia-posicionamento-da-cna-em-relacao-ao-funrural>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.081: _____. **Lei da Terceirização dá mais segurança jurídica no meio rural.** 18 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/lei-da-terceirizacao-da-mais-seguranca-juridica-no-meio-rural>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.084: _____. **Fórum Agro MT e Governo do Estado assinam propostas para o PAP 2017/2018.** 24 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/forum-agro-mt-e-governo-do-estado-assinam-propostas-para-o-pap-20172018>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.089: _____. **Confaz renova isenção de ICMS para transporte interestadual de insumos agropecuários.** 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/confaz-renova-isencao-de-icms-para-transporte-interestadual-de-insumos-agropecuarios>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.106: _____. **Fórum Agro MT entrega propostas do Plano Safra a Blairo Maggi.** 10 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/forum-agro-mt-entrega-propostas-do-plano-safra-a-blairo-maggi>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.129: _____. **Mais de 4.000 participam do Circuito Aprosoja 2017.** 14 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/mais-de-4-000-participam-do-circuito-aprosoja-2017>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.131: _____. **Longe da realeza: conheça os agricultores mato-grossenses.** 14 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/longe-da-realeza-conheca-os-agricultores-mato-grossenses>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.146: _____. **Aprosoja participa de fórum sobre futuro do agronegócio.** 11 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-participa-de-forum-sobre-futuro-do-agronegocio>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.155: _____. **Aprosoja é contra mudança em regras de defensivos agrícolas.** 19 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-e-contra-mudanca-em-regras-de-defensivos-agricolas>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.172: _____. **Combate a roubos e furtos é tema do primeiro workshop Força no Campo.** 14 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/combate-a-roubos-e-furtos-e-tema-do-primeiro-workshop-forca-no-campo>>. Acesso em 16 fev. 2023.

- MT2017.202: _____. **Academia de Liderança simula processo eleitoral em último módulo.** 15 set. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/academia-de-lideranca-simula-processo-eleitoral-em-ultimo-modulo>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.220: _____. **Cade questiona fusão Monsanto & Bayer.** 04 out. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/cade-questiona-fusao-monsanto-bayer>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.231: _____. **Atraso no plantio começa a preocupar produtores de MT.** 16 out. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/atraso-no-plantio-comeca-a-preocupar-produtores-de-mt>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.249: _____. **Aprosoja pede na Justiça Federal a nulidade da patente da Soja Intacta da Monsanto.** 09 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-pede-na-justica-federal-a-nulidade-da-patente-da-soja-intacta-da-monsanto>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.262: _____. **Enfim, benzoato recebe registro definitivo.** 30 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/enfim-benzoato-recebe-registro-definitivo>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2017.271: _____. **Funrural é aprovado pelo Senado.** 14 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/funrural-e-aprovado-pelo-senado>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.003: _____. **Agricultores podem denunciar roubos e furtos por celular.** 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/agricultores-podem-denunciar-roubos-e-furtos-por-celular>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.016: _____. **Nota de recomendação - Funrural.** 09 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/nota-de-recomendacao-funrural>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.018: _____. **Comissão define ações prioritária para 2018.** 15 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/comissao-define-acoes-prioritaria-para-2018>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.037: _____. **Apesar de vetos derrubados, agricultores protestam contra Funrural em Brasília.** 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/apesar-de-vetos-derrubados-agricultores-protestam-contr-funrural-em-brasilia>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.053: _____. **Brasil é o país que paga mais caro por royalties da Monsanto, afirma Aprosoja.** 22 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/brasil-e-o-pais-que-paga-mais-carro-por-royalties-da-monsanto-afirma-aprosoja>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.054: _____. **Segurança pública em propriedades rurais de MT é tema do Circuito Aprosoja.** 23 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/seguranca-publica-em-propriedades-rurais-de-mt-e-tema-do-circuito-aprosoja>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.058: _____. **Nota: Aprosoja esclarece sobre tabelamento do preço de frete.** 01 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/nota-aprosoja-esclarece-sobre-tabelamento-do-preco-de-frete>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.062: _____. **Nota de esclarecimento sobre tabelamento de frete.** 13 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/nota-de-esclarecimento-sobre-tabelamento-de-frete>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- MT2018.073: _____. **Aprosoja reforça posicionamento contrário ao tabelamento de frete.** 09 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-reforca-posicionamento-contrario-ao-tabelamento-de-frete>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.120: _____. **Moratórias do Cerrado e da Amazônia são temas de reunião.** 25 set. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/moratorias-do-cerrado-e-da-amazonia-sao-temas-de-reuniao>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.123: _____. **Mapa e Aprosoja debatem sobre proposta de reserva no Cerrado.** 27 set. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/mapa-e-aprosoja-debatem-sobre-proposta-de-reserva-no-cerrado>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.130: _____. **Aprosoja reforça contrariedade à Moratória da Soja e exige cumprimento da legislação brasileira.** 17 out. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-pede-que-tradings-respeitem-legislacao-ambiental-brasileira>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.136: _____. **Lei do Alimento Mais Seguro: é preciso banir fake news e buscar informação.** 31 out. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/lei-do-alimento-mais-seguro-e-preciso-banir-fake-news-e-buscar-informacao>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.140: _____. **Aprosoja reforça contrariedade à taxaço e mobiliza produtores do interior.** 12 nov. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-reforca-contrariedade-a-taxacao-e-mobiliza-produtores-do-interior>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.144: _____. **Soja mato-grossense será reconhecida como sustentável por meio de programa da Aprosoja.** 28 nov. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/soja-mato-grossense-sera-reconhecida-como-sustentavel-por-meio-de-programa-da-aprosoja>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.149: _____. **Debate sobre taxaço do agro continua e Aprosoja reforça contrariedade.** 04 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/debate-sobre-taxacao-do-agro-continua-e-aprosoja-reforca-contrariedade>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.157: _____. **Aprosoja orienta associados a plantarem semente de soja para uso próprio em fevereiro.** 18 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-orienta-associados-a-plantarem-semente-de-soja-para-uso-proprio-em-fevereiro>>. Acesso em 16 fev. 2023.

MT2018.158: _____. **2019, estamos prontos!** 27 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/noticia/2019-estamos-prontos>>. Acesso em 16 fev. 2023.

Apêndices

Apêndice A – Soma das Menções aos Governos do Período, por ano e tipo de menção (2012-2018)

Menções	Rousseff				Temer		
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016	2017	2018
Positivas	29	23	11	12	42	8	15
Negativas	16	1	2	2	17	17	16
Ambígua	47	19	23	5	29	12	1
TOTAL	92	43	36	19	88	37	32

Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

Apêndice B – Soma das Menções aos Segmentos da Cadeia da Soja, por ano e tipo de menção (2012-2018)

	Menções	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Fornecedores	Positivas	0	0	0	0	0	1	0	1
	Negativas	3	6	2	2	0	6	1	20
	Ambígua	0	1	0	0	0	2	0	3
Tradings	Positivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Negativas	0	1	2	1	4	3	4	15
	Ambígua	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiadores	Positivas	0	0	0	0	0	1	0	1
	Negativas	0	0	3	4	2	1	0	10
	Ambígua	0	0	0	0	0	1	0	1
Demais segmentos	Positivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Negativas	0	0	2	0	1	1	1	5
	Ambígua	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil

Apêndice C – Soma das Valências Atribuídas às Subcategorias da Codificação, por semestre e subcategoria (2012-2018)

Ano	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		TOTAL
	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º		
Semestre	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	TOTAL	
Custos	3	4	23	6	22	11	20	13	7	53	15	29	3	209	
Logística	23	13	42	40	27	16	6	5	1	26	4	25	50	278	
Financiamento	6	3	5	27	27	26	11	24	10	36	12	17	8	212	
Tributação	0	1	1	8	1	0	2	12	4	61	53	32	23	198	
Sanitária	23	0	18	21	15	8	15	0	1	11	5	19	22	158	
Indígena	6	1	17	14	5	7	11	0	0	13	9	1	0	84	
Trabalhista	5	1	6	7	8	8	5	1	2	12	10	2	2	69	
Ambiental	12	1	5	13	6	2	2	1	2	10	9	12	5	80	
Segurança	0	1	0	5	5	12	6	8	0	8	0	3	8	56	
Pesquisa	3	0	3	1	3	5	1	0	0	3	1	4	10	34	
Indústria	13	0	11	4	2	6	1	0	0	0	1	0	0	38	
Mercados	2	3	0	1	2	1	1	0	0	1	1	4	8	24	
TOTAL	96	28	131	147	123	102	81	64	27	234	120	148	139		

Fonte: Elaboração própria a partir das publicações da Aprosoja Brasil